

A Roménia na transição e democratização na Europa de Leste

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Por

OLIMPIA CORINA FARCAS DUARTE

Nome do orientador

Prof. Doutor MANUEL FILIPE CANAVEIRA

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FCSH
2018

Índice:

Introdução	4
1º Capítulo	
O conceito de democratização e consolidação democrática	8
1.1 Definição de democratização	8
1.2 Os motivos que levaram à democratização	22
1.3 Consolidação democrática	28
1.4 As fases da democratização	41
2º Capítulo	
Regimes democráticos e não democráticos	47
2.1 Definições e caracterizações	47
Regimes democráticos	47
Regimes não democráticos	49
2.2 Regime totalitário	51
2.3 Regime sultanista	61
2.4 Regime pós-totalitário	64
2.5 Regime autoritário	68
3º Capítulo	
A necessidade das transições na Europa de Leste – Roménia	72
3.1 Plano Gorbatchov	77
3.2 A revolução de 1989 – a queda do regime na Roménia	84
3.3 O desenvolvimento dos partidos políticos	91
3.4 A tendência de não cumprimento da lei e a corrupção	96
4º Capítulo	
A integração da Roménia na EU	104
4.1 As negociações para a EU	104
5º Capítulo	
Considerações finais	109
Bibliografia	118

Democrazia è anche accettare una dose sopportabile di ingiustizia per evitare ingiustizie maggiori.

(Umberto Eco)

Abstract

After the violent collapse of communism and the dissolution of its only existing political party had to be built a new society and another mentality. It is known that 1989 was a year of great disorder which completely involved Romania. The purpose of this study is to analyze the way in which the reminiscences of the former communist period influenced the construction of a new society in the first years of transition to democracy. For this approach, this study analyses the tumble of communist regime and its influence on the configuration of new political and social space.

Palavras chave

Transição; Democratização; Regimes políticos; Corrupção; Integração europeia

Introdução

No mundo contemporâneo ocorreram *três ondas de democratização* (S. Huntington), e cada uma delas afetou vários países sendo que durante o seu desenvolvimento algumas transições seguiram no sentido inverso. Devido ao caráter multidirecional da história, as duas primeiras ondas de democratização foram seguidas de ondas reversas, quando alguns países que se tinham tornado democráticos reverteram a ordem para um regime não-democrático.

Três décadas após o início da transição nos países da *terceira onda* de democratização são poucos os regimes que conseguiram alcançar um grau satisfatório de consolidação democrática. Nesse sentido, surge uma preocupação maior por parte de vários politólogos em relação à consolidação e à qualidade das novas democracias enquanto simultaneamente procuram soluções viáveis ao impedimento de uma onda reversa.

A Roménia sendo o país em que focaremos o nosso trabalho é classificada, com algumas reservas, entre as últimas recentes democracias que faz parte dessa terceira onda com regimes democráticos consolidados. No entanto, devemos admitir que o regime democrático romeno ainda está sob o espectro de incertezas quanto à obtenção das características das democracias liberais que são democracias consolidadas.

Os últimos anos mostram claramente os sintomas de tentações regressivas no comportamento de algumas forças ou de atores consideráveis, que pareciam estar comprometidos no campo democrático; o que de facto, tendem a enfraquecer as estruturas institucionais e, alterando os mecanismos funcionais do regime democrático, ainda em consolidação, degradam ou até mesmo comprometem a continuação do processo de consolidação da democracia.

O objetivo que propomos com este trabalho é perceber o processo de transição que a Roménia atravessou desde a revolução de 1989, da perspectiva do paradigma da democratização dos regimes de transição pós-autoritários/totalitários.

O objetivo declarado requer, antes de mais, investigar o curso específico desse processo e a seleção das variáveis contextuais que explicam o desenvolvimento difícil e incoerente da democratização, nomeadamente os obstáculos relacionados com o antigo regime, a pouca ou nenhuma experiência democrática, o fraco compromisso com a

democracia e o hábito comportamental ou ideológico-cultural do eleitorado, e não menos importante, de alguns atores políticos influentes.

Para cumprir esse objetivo, estabelecemos quatro partes que correspondem aos capítulos deste trabalho.

O termo *transição* foi introduzido no final da década de 1960 e início de 1970, por ter sido considerado necessário explicar as mudanças de regime, especialmente na América Latina e no sul da Europa. Naquela época, o resultado da transição permaneceu bastante vago, não ficou bem esclarecido qual era a política dos estados em questão após a queda ou mudança do anterior regime. O'Donnell e Schmitter (1986) oferecem uma definição útil no seu trabalho resumido. A “*transição é o intervalo entre um regime político e outro... onde as regras do jogo político não estão ainda claramente definidas*”. (Guillermo O'Donnell, Philippe C. Schmitter, *Transition from Authoritarian Rule. Tentative Conclusion about Uncertain Democracies*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1986, p.6)

Nesse sentido, após várias discussões e debates sobre a *transição*, O'Donnell e Schmitter na sua obra de referência “*Transitions From Authoritarian Rule: Tentative Conclusions About Uncertain Democracies*” chegam à conclusão que o estudo destes próprios sobre a *transição inicia-se* com o início do processo da dissolução do regime autoritário e termina quando qualquer forma de democracia se estabelece, ou então o encaminhamento para um outro tipo de regime autoritário ou mesmo o surgimento de outros cenários de regimes.

Se tivéssemos que olhar para a *transição* como um todo, a sua explicação altera-se. Com a queda dos regimes comunistas na Europa, fala-se essencialmente em transição para a democracia. Assim, resulta que os sintagmas da transição política e da mudança política são sinónimos e representam a transição de um regime político para outro.

Dnkwart Rustov no seu artigo intitulado “*Transições para a democracia: rumo a um modelo dinâmico*”, publicado em 1970, introduz o termo “*transição*” para aludir à transição de um regime político para outro. No entanto, neste caso a conclusão que Rustov atinge é que os países em desenvolvimento estão empenhados em saber como surge uma democracia.

No seu trabalho, Rustov concentra-se no facto de que as oligarquias estão gradualmente a evoluir para uma democracia, sendo que este trabalho é aludido

normalmente por investigadores desta área, como a principal fonte de estudo, como por exemplo Guillermo O'Donnel, Paul Schmitter e Samuel Huntington.

O primeiro capítulo destina-se a expor e elucidar o conceito normativo de democracia, que nos leva ao território da teoria da democracia, nas suas hipóteses empíricas ou normativas, e ao campo das ideologias políticas. Debates sobre o conceito de democracia são antigos, e seria impossível fornecer uma visão geral detalhada aqui.

Far-se-á uma abordagem sobre os fatores que determinam a sustentabilidade e a consolidação da democracia.

Vários estudos sobre literatura de especialidade provam que o processo de consolidação democrática é o mais complicado, porque vários fatores podem influenciá-lo a qualquer momento.

O'Donnell acredita que a democracia é consolidada e passamos a citar originalmente: “*when C actors (those seeking democratic consolidation) playing high politics eliminate from their decision function the constraint of not playing into the hand of B actors (those actively seeking democratic breakdown)*”. (Timothy Power, *Theorizing a Moving Target: O'Donnell's Changing View of Post authoritarian Regimes* University of Oxford, Oxford, pág.8)

Relativamente a esse processo, Linz e Stepan na sua obra “*Problems of Democratic Transition and Consolidation*” admitem que uma transição democrática está completa quando forem feitas reformas suficientes para que um governo seja eleito após eleições livres, quando o governo tem a liberdade de gerar novas políticas, e não menos importante, quando o poder executivo legislativo é totalmente independente do judicial. Por outras palavras, eles querem dizer que a democracia deve ser “*the only game in town*”. Juan Linz, Alfred Stepan, *Problems of Democratic Transition and Consolidation*, Baltimore: John Hopkins University Press, 1996, p.5

O segundo capítulo procura definir e abordar as características dos regimes democráticos em contraste com os não democráticos evidenciados na literatura da transição. Serão apresentadas várias teorias de politólogos subjacentes ao conceito do regime político, onde discutir-se-á uma série de questões no que diz respeito à tipologia e classificação dos regimes não democráticos, critérios de classificação, a influência que os regimes não democráticos têm no processo de transição e consolidação democrática.

Para a elaboração do segundo capítulo foi importante a pesquisa da obra de Juan Linz e Alfred Stepan “*Problems of Democratic Transition and Consolidation*”, na qual nos baseámos.

Deparamos na mesma obra “*Problems of Democratic Transition and Consolidation*”, uma análise dos tipos de regimes políticos modernos não democráticos e a forma como o perfil do regime influencia a transição para a democracia e a consolidação democrática.

A Roménia, país foco deste trabalho, teve um regime de partido único, onde a oposição era inexistente. Mesmo a oposição clandestina não existia porque ao menor sinal de pensamento alternativo, havia lugar à forte repressão, sendo por isso que a sociedade era caracterizada por um alto grau de anomia e desconfiança.

No terceiro capítulo apresentaremos os principais eventos pelos quais a Roménia passou desde a queda do regime totalitário ou seja de 1989 até 2004 quando, do ponto de vista de alguns analistas referidos neste trabalho, a transição terminou. Este capítulo mostra-se necessário para a nossa abordagem científica, porque nos vai ajudar a compreender melhor o novo contexto das realidades políticas, sociais e culturais do regime totalitário.

A perda de autoridade da União Soviética, com os seus problemas internos como o colapso da sua economia e a forte expansão ocidental levou à limitação da sua esfera de influência. Com isto após a década de 1980, duas políticas conhecidas como a “*perestroika*” e a “*glasnost*” foram introduzidas por iniciativa de Mikhail Gorbatchov, com o objetivo de desanuviar a influência da União Soviética na Europa do Centro e Leste, introduzir alguma abertura nas políticas económicas, eliminar a censura e dar passos no processo de democratização.

Faremos uma abordagem sobre o desenvolvimento dos partidos políticos após a queda do regime anterior.

Não podemos deixar de referir o fenómeno da *corrupção* que se impõe principalmente no impacto negativo na qualidade da democracia, equidade social, justiça e respeito dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

No quarto capítulo destacamos as dificuldades nas negociações da adesão à UE sendo que a corrupção foi o principal fator de afetação no processo de integração da Roménia na União Europeia.

Pretende-se que o presente trabalho seja apenas o início de um análise mais ampla que observará os progressos realizados pela Roménia nos critérios económicos, na adaptação da legislação romena com o acervo comunitário e a forma como é este implementado neste país.

1º Capítulo - O conceito de democratização e consolidação democrática

1.1 Definição de democratização

A democracia é sem dúvida um fenómeno complexo, cuja análise tem provocado ao longo dos tempos várias teorias filosóficas indiciando modelos e idealismos democráticos.

Historiadores, cientistas políticos e até politólogos têm analisado e interpretado a sua complexidade de forma a darem respostas e explicações de evidência empírica, sobre os fundamentos de afirmação, funcionamento, manutenção ou disseminação da democracia.

A fim de analisar a evolução do conceito de democracia, é imprescindível expor as ideias de alguns autores referenciais sobre o estudo da democracia e ideias essas em que este trabalho se baseia.

O termo “democracia” é um conceito que apareceu há cerca de dois mil e quatrocentos anos, na Grécia antiga. Esse conceito era um conceito político, portanto a democracia em si era uma democracia política.

Mas este conceito de democracia política evoluiu ao longo da história, encontrando-se hoje numa forma difusa e inconsistente que varia de estado para estado, dependendo do nível económico, das condições sociais ou das práticas políticas existentes nessas nações. É precisamente por isso, que a democracia é difícil de definir e identificar no espectro político contemporâneo.

O significado etimológico da democracia pode ser encontrado na Grécia antiga, como acima referi, o que significa muito simplesmente, o poder do povo que traduzindo significa a dominação da maioria. Obviamente que o significado do conceito de democracia sofreu várias alterações, assumindo diferentes formas ao longo da história, contudo a essência do conceito permaneceu inalterado. ¹ (David Held, 1987)

Nas suas diversas formas, podemos observar a democracia com os seus aspetos teóricos, como a encontramos no modelo ateniense clássico, nas ideias de Rousseau ou de Marx, ou podemos observar a democracia como está presente nas variantes contemporâneas de Schumpeter, Dahl, Hayek ou Sartori.

Em relação a estes últimos autores estes intervieram e influenciaram fortemente o pensamento político liberal, sendo que a teoria da democracia obteve assim uma série de implicações importantes.

O ponto essencial da democracia ateniense foi a participação direta dos cidadãos no processo de tomada de decisão, fator essencial para gerir os problemas existentes na comunidade.

A participação direta na vida política dos cidadãos da antiga Atenas com direitos políticos, era um elemento essencial nas suas vidas, tendo o ateniense participação nos diversos debates políticos sempre que havia necessidade de tomar decisões. Para além do facto de que a participação direta na vida política além de um direito, era também uma obrigação.

Pericle, líder político de Atenas, considerava que uma “*constituição [...] é chamada de democracia porque o poder está nas mãos, não de uma minoria, mas de todo o povo*”. ² (David Held, 1987); enquanto o pensador grego Platão defendia que o povo deveria ser governado pelos mais sábios, porque se os cidadãos fossem guiados pelas suas próprias ideias, estes poderiam cair na anarquia, distanciando-se assim dos objetivos naturalmente propostos.

Observa-se que a democracia específica da Grécia antiga se baseava na grande participação dos cidadãos na vida política, estando o poder nas mãos do povo.

Da antiguidade para a época medieval, a democracia sofre influências do surgimento da lei natural e da corrente de contratualismo.

¹ Held, D., in Modelos de Democracia, Ed. Paidéia Ltda, 1987, pág.14-21.

² Ibidem, pág.16

John Locke entendia que uma governação perfeita era obtida pelo consentimento ativo dos cidadãos que têm direitos políticos. Observamos nessa teoria uma primeira tentativa de representatividade dos cidadãos através da democracia.³ (David Held, 1987)

Para Rousseau, o conceito de democracia tinha um significado diferente, mostrando que a ideia de democracia não tem nada a ver com a ideia de representatividade política porque “*os deputados do povo não são e também não podem ser seus representantes; eles são meramente seus agentes; e eles não podem decidir nada em termos finais. Qualquer lei que o povo não tenha ratificado pessoalmente é nula; não é uma lei, em absoluto*”.⁴ (David Held, 1987)

Para Rousseau a melhor maneira de governar, era aquela forma que permitia a todos os cidadãos, por meio da vontade geral da comunidade, envolverem-se na vida política e pública, na elaboração das leis e em reuniões periódicas de natureza geral.

Contudo a sua teoria foi e ainda é quase impossível, sendo que muitas vezes o filósofo francês foi contestado, tanto por regimes autoritários como por regimes liberais.

Tal como Rousseau, Marx, que teorizou uma democracia em que os cidadãos ganhavam liberdade, considerava que devia desaparecer a organização sociopolítica em que se baseava o uso do homem como um instrumento, e a extinção das classes sociais, afastando-se assim o chamado poder de uma classe. Basicamente, estes eram os meios pelos quais Marx acreditava que a plena democratização da sociedade poderia ser alcançada.

Sartori criticou a lógica proposta por Marx argumentando que “*se descrevermos o comunismo como “democracia comunista”, então podemos dizer que Marx queria uma democracia apátrida, que governasse sozinha, sem coerção e sem estruturas verticais, sem problemas de poder ou conflitos de qualquer tipo*”⁵ (David Held, 1987) – em suma, imaginava a mais primitiva, simplista e idílica gestão na existência da comunidade.

As variantes contemporâneas da democracia são mais plausíveis e algumas delas foram implementadas em diferentes formas, especialmente após a Segunda Guerra Mundial e após o colapso do regime comunista.

Assim as definições minimalistas começam com Joseph Schumpeter, um adepto de uma democracia elitista, que sempre procurou desenvolver um modelo digamos mais

³ Ibidem, pág.46-49

⁴ Held, D. in Modelos de Democracia, Ed. Paideia, 1987, pág: 66-71

⁵ Ibidem, pág. 101-109

realista de democracia, de bases empíricas. Ele vê na democracia “*um conjunto de arranjos institucionais que são colocados em prática para chegar a certas decisões políticas, pelas quais os indivíduos adquirem o poder de decidir através de uma luta competitiva, sendo que o objetivo é ganhar o voto por parte da população*”.⁶ (David Held, 1987) Este considera o “*elitismo competitivo como o modelo mais adequado, funcional e apropriado de democracia*”.

Huntington, entre outros, adotou explicitamente a ênfase de Schumpeter na competição eleitoral como sendo a essência da democracia. Ao longo do tempo, no entanto, a definição brevemente concisa de Schumpeter exigiu elaborações periódicas (ou melhor “nuances”, como Collier e Levitsky consideraram) para evitar a inclusão de casos que não se sobrepõem ao caso padrão.⁷ (Romanian Academic Society, 2002)

Vários teóricos, cientistas na área de estudo apontam que a elaboração mais influente sobre a democracia foi a teoria das “poliarquias” de Robert Dahl.⁸ (Romanian Academic Society, 2002) Robert Dahl substitui o termo “democracia” por “poliarquia” que, segundo a opinião do autor, esta definição pode ser entendida de várias maneiras: “*Como um resultado histórico dos esforços pela democratização e liberalização das instituições políticas do Estado-nação; como um tipo peculiar de ordem ou regime políticos que, em muitos aspectos importantes, difere não apenas dos sistemas não democráticos de todos os tipos, como também das democracias anteriores, em pequena escala; como um sistema de controlo político no qual os funcionários do mais alto escalão no governo do Estado são induzidos a modificar sua conduta a fim de vencer eleições quando em competição com outros candidatos, partidos e grupos; como um sistema de direitos políticos; ou como um conjunto de instituições necessárias ao processo democrático em grande escala*”.⁹(Dahl, 2012)

Na teoria de Robert Dahl a *poliarquia* para esse autor equivale a uma democracia com uma participação reforçada e mais ativa em termos de contribuição por parte dos cidadãos na vida política mas também no respeito das garantias constitucionais que os líderes políticos devem seguir.¹⁰ (David Held, 1987)

⁶ Ibidem, pág.151-155;158-159

⁷ Romanian Academic Society, in Journal of Political Science Vol. 2, No. 1, April 2002, Teoria democratizarii – trad.: A teoria da democratização, pág. 41-42

⁸ Ibidem, pág. 92

⁹ Dahl, R., in A democracia e seus críticos, Editora WMF Martins Fontes São Paulo, 2012, pág. 346-347.

¹⁰ Ibidem, pág.174-175

As regras constitucionais são fundamentais para um bom desenvolvimento da democracia, segundo Dahl, mas este argumentava que o significado das regras constitucionais é “trivial” quando comparado com as regras e práticas não constitucionais.¹¹ (David Held, 1987)

Sartori referia no seu relevante ensaio *The Reformed Theory of Democracy* que “o comportamento político dos indivíduos depende da ideia geral do que é, o que deve ser e o que pode ser a democracia”. “Quando se argumenta que um sistema político é mais democrático ou menos democrático do que outros, as avaliações dos indivíduos dependem do que consideram ser a verdadeira democracia”.¹² (Romanian Academic Society, 2002)

Muitos teóricos tentaram definir a democracia com base no seu comportamento político, como diz Sartori. Este também ilustra a existência da democracia através de um condicionamento: “se a relação entre o governado e o governante obedece ao princípio de que o Estado está ao serviço dos cidadãos, e não os cidadãos estão à mercê do estado, o governo existe para o povo e, vice-versa, então há democracia”.¹³ (Romanian Academic Society, 2002)

Continuando com essa ideia, Abraham Lincoln num discurso em Gettysburg, em 1863, proporcionou uma caracterização memorável da democracia, dizendo que “a democracia significa governo não apenas pelo povo mas também para o povo – ou seja governo de acordo com a preferência popular”.¹⁴ (Lijphart, 2002)

Essas declarações fornecem uma perspectiva sugestiva sobre a democracia, embora na literatura de especialidade pareça demasiada simplista em relação aos mecanismos atuais da democracia.

O conceito de democracia evoluiu, como já foi referido, e em termos de política pode assumir muitas formas, uma vez que, assim como a política em geral, a democracia baseia-se na relação entre governados e governantes.

A democracia pode ser vista como uma teoria política que ao longo do tempo demonstrou uma grande capacidade de adaptação às diferentes condições impostas pela

¹¹ Ibidem pág. 176

¹² Romanian Academic Society, in Journal of Political Science Vol. 2, No. 1, April 2002, Teoria democratizarii – trad.: A teoria de democratização, pág 19-22.

¹³ Ibidem

¹⁴ Lijphart, A. Patterns of Democracy – Government Forms and Performance in Thirty-six countries, 2ª edição Yale University Press/ New Haven & London, 2012, pág.1

história, uma grande capacidade de aprendizagem e um potencial significativo de adaptações ao longo do tempo, dependendo de certos fatores históricos.

Nas ideias comuns dos autores que foram expostos já aqui, o conceito de democracia traduz-se pela soberania do povo, soberania essa escolhida pela maioria dos cidadãos onde a autoridade suprema dentro de uma sociedade, deve recair sempre sobre os indivíduos que formam essa mesma sociedade, e não para umas elites ou minorias oligárquicas, ou de forma ainda mais radical, num único indivíduo que possua o pleno poder que nesta última situação poderá levar facilmente a um regime antidemocrático, autoritário e ditatorial.

No entanto, é evidente que nas democracias dos estados modernos, os indivíduos não possam exercer o poder diretamente e objetivamente, sendo que por isso é que surgiram certas formas de organização política, que pressupõem uma certa *profissionalização* da política.

Assim, as democracias modernas encetaram a delegação de poder e liderança da maioria (*dos demos*) a uma minoria profissional de políticos. Por outras palavras, as pessoas transferem o poder (legislativo e executivo) para os políticos eleitos por um período determinado. Estes últimos podem ser considerados como representantes daqueles que os escolheram. Precisamente daí o nome de uma primeira forma de democracia: democracia representativa ou democracia parlamentar (designada também por este nome porque o poder geralmente é transferido por voto para um órgão supremo, ou seja, o legislativo chamado Parlamento, Assembleia da República, Congresso ou Senado conforme a nação).

Houve vários teóricos da teoria da democracia que questionaram as características da democracia representativa, vista da perspectiva do modelo democrático em que o poder pertence diretamente ao povo, e não através de representantes. Assim, no pensamento e na prática da política moderna, a ideia de uma democracia imediata nunca foi afastada, na qual os cidadãos possam participar diretamente na tomada de decisões políticas.¹⁵ (Romanian Academic Society, 2002)

Surgiu assim uma nova forma de democracia, ou seja a democracia direta.

A atual forma de democracia direta é o referendo, um procedimento político através do qual todos os cidadãos, ao votar, participam politicamente, decidindo sobre questões ou decisões de grande interesse.

¹⁵ Romanian Academic Society, in Journal of Political Science Vol. 2, No. 1, April 2002, Teoria democratizării –trad.: A teoria de democratização, pág.147

Na análise de vários autores estudiosos desta temática, a democracia na sua essência deve ser vista como um meio em que o Estado de Direito é respeitado, os direitos humanos são respeitados, onde a separação de poderes no estado é evidente, e os direitos e as liberdades fundamentais e garantias são iguais para todos. Tudo isto a respeitar e fazer-se respeitar por um conjunto de leis, contidas na constituição desse estado. O respeito pela Constituição se o houver é uma garantia de democracia.

No entanto não se deve olhar para a democracia como um regime político que seria capaz de enfrentar os problemas de uma sociedade. Temos a própria história que testemunhou várias situações nas décadas de 1970 a 1990 em alguns países da Ásia que ao tentarem introduzir regimes políticos democráticos fracassaram, não tendo a democracia conseguido ultrapassar as questões de índole cultural, de mentalidade, tradição ou das várias clivagens etnolinguísticas.¹⁶ (Romanian Academic Society, 2002)

A democracia tem sido e continuará a ser um desafio para a própria teoria política. Ela é provavelmente no momento atual, o tipo mais complexo, estável e apropriado dos sistemas políticos para os estados modernos.

No caso da Roménia, tema a desenvolver com maior profundidade neste trabalho, considera-se legítimo perguntar o que é de facto a democracia neste país?

Obviamente para podermos responder a esta questão que se torna tão complexa quanto à complexidade do próprio termo democracia, teremos que voltar para a década de 1990, um ano de grande importância para a história da democracia na Roménia.

A revolução de 1989, sobre a qual falaremos num outro capítulo à frente, é o despoletar da extinção de um regime totalitário e o princípio da democratização num país do Leste Europeu que até ai fortemente distante de todas as teorias sobre a democracia dos vários autores já aqui falados.

Assim, com o novo regime instaurado, nasceu a esperança de os problemas da sociedade romena considerados de maior necessidade viriam a ser resolvidos. Sabemos que nos primeiros anos do regime pós comunista não se encontra na Roménia uma coletividade com boa intenção a nível da classe política para a construção de uma realidade política de tipo democrático.

Na primeira fase de transição para um regime democrático, a Roménia teve bastantes falhas que foram desde o poder político até aos movimentos violentos que aconteceram nas ruas das cidades de todo o país no ano de 1990. Daí devemos admitir

¹⁶ Ibidem, pág 76-77

que os primeiros dias logo após a queda do regime não apontavam para uma certeza de se chegar à democracia.

“A Constituição é a garantia da democracia, mas o Parlamento romeno pós-comunista não era nada mais de que uma Assembleia Constitucional cujo objetivo de interesses, não era de se afastar do passado mas continuar sob a regra do passado. As elites do antigo regime eram aquelas que na realidade conduziam o novo regime pós-comunista”.¹⁷ (Barbu, 2004)

Voltando para a teoria da democracia e a democratização, segundo Sandru, estas duas analiticamente, englobam duas características distintas. Ou seja, em primeiro sentido, *“referem-se a certos componentes definitivos, conceitos centrais ou elementos essenciais”*. Num outro sentido, *“preocupam-se com certas pré-condições ou pré-requisitos considerados essenciais para o surgimento e desenvolvimento de ordens políticas democráticas”*.¹⁸ (Romanian Academic Society, 2002). Os dois aspetos estão estritamente relacionados, *“sendo as condições prévias normalmente tratadas como parte integrante da definição”*.¹⁹ (Romanian Academic Society, 2002)

Importa salientar que de acordo com vários observadores e teóricos, entre eles também o politólogo Sandru Daniel, o conceito de democratização ganha influência na análise das ciências políticas com o trabalho de Robert Dahl sobre a *“poliarquia”*, como já foi referido, no qual o teórico americano está a realizar um procedimento do processo de democratização pelo qual passaram os países ocidentais de ponto de vista sócio histórico, levando em cálculo dois fatores: a contestação pública das decisões governamentais e o direito dos cidadãos de participarem em eleições e em cargos políticos.

Dependendo desses dois fatores, o autor caracteriza os regimes políticos como: *“hegemonias fechadas”* (onde não há a oportunidade de contestar, nem de participar), *“hegemonias abrangentes”* (quando existe o direito de participar, mas não há oposição pública), *“oligarquias competitivas”* (existe a possibilidade da contestação mas não o direito de participar), ou *“poliarquias”* (onde os cidadãos têm o direito tanto de contestar

¹⁷ Barbu, D., in *“Republica absentă”*, Ed. Nemira Bucureste, 2004, pág.20-21

¹⁸ Romanian Academic Society, in *Teoria democratizării*- trad.: A teoria de democratização, Journal of Political Science Vol. 2, No. 1, April 2002, pág.25

¹⁹ Ibidem

as decisões governamentais como a possibilidade de participar na vida política).²⁰ (Philipp Claret, Stelian Tănase, Calin Sinescu, 2010)

Ao basearmo-nos na teoria do Dahl, a *poliarquia* faz referência à prática democrática, afastando-se da perspectiva teórica sobre a democracia. Na prática, o estabelecimento das poliarquias no espaço ocidental como resultado do processo de democratização ocorreu, segundo Dahl, sob aspeto sócio histórico, de três formas principais.²¹ (Romanian Academic Society, 2002)

O autor refere o caso da Grande-Bretanha e da Suécia, a democratização implicou a transição de uma hegemonia total para uma oligarquia competitiva e, mais tarde é que foi dado aos cidadãos a oportunidade de participação na política, rumo à poliarquia.

Por outro lado, no caso da Alemanha, a democracia na República de Weimar surgiu como resultado da transição de uma hegemonia fechada para uma hegemonia abrangente, através da concessão do direito de participação e, posteriormente, do direito de contestar abertamente as decisões governamentais.

O caso da democratização na França indica uma passagem repentina através da Revolução de 1789 de um regime de hegemonia fechado para um regime poliárquico.

Aliás, a primeira fase da democracia francesa, uma quase – poliarquia (devido a restrições ao direito de voto e má organização das associações dos cidadãos), sabe-se que teve uma duração extremamente curta (1789-1792).

A estas três principais formas que a democratização conheceu no mundo ocidental, Dahl, acrescentou ainda outras duas: aquela particular aos Estados Unidos, que evoluiu para *poliarquia* após a guerra de independência, e especificamente da Alemanha e do Japão no período pós-guerra, que se democratizaram sob ocupação militar.²² (Dahl, 1997)

De forma diferente a União Soviética no século XX, que apesar do seu “sufrágio” universal não tinha praticamente nenhum sistema de contestação, e assim baseando-se neste contexto o autor dizia: “*Na verdade, uma das mudanças mais impressionantes deste século tem sido o virtual desaparecimento de uma total negação da legitimidade*

²⁰ Claret, P., Tanase. S., Sinescu, C., in Romanian Journal of Political Science - The Theory of Civil Society Revisited, Vol. 18, 2010, pág.23

²¹ Romanian Academic Society, in Teoria democratizării – trad.: A teoria de democratização, Journal of Political Science Vol. 2, No. 1, April 2002, pág 92-96

²² Dahl, R., in Poliarquia: Participação e Oposição, Ed. Universidade de São Paulo, 1997, pág. 54

*da participação popular no governo. Somente um punhado de países não tem conseguido garantir uma votação pelo menos ritualística de seus cidadãos, e de manter ao menos eleições nominais; mesmo os ditadores mais repressivos geralmente se dizem favoráveis, hoje em dia, ao legítimo direito do povo de participar no governo, isto é, de participar na “administração”, ainda que não na contestação pública”.*²³ (Dahl, 1997)

Observamos portanto como as poliarquias são caracterizadas por acolher os dois fatores atrás referidos (tanto a contestação pública como o direito de participação). Já em relação aos regimes poliárquicos o autor nos diz: *“As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública”.*²⁴ (Dahl, 1997). Aceitando esta perspectiva da democracia e tendo naturalmente em conta a lacuna histórica que ocorre, pode-se no entanto questionar qual seria o modelo em que a Roménia, país em análise deste trabalho, se enquadraria deste ponto de vista.

O politólogo atrás referido diz-nos que a Roménia é muito semelhante com o caso da França porque a Revolução de 1989 na Roménia definiu tanto o direito de participação real dos cidadãos na vida pública, como também a oportunidade de as pessoas contestarem as decisões governamentais.²⁵ (Romanian Academic Society, 2002)

Neste contexto, na opinião de Sandru, a seguinte pergunta colocada por Robert Dahl até tem razão de ser, ficando legitimada. Pergunta esta: *“qual das formas de democratização leva à formação de uma poliarquia estável e efetiva?”*. A abordagem sócio histórica indica-nos que, salvo as exceções mencionadas, a democratização no caso da França pós-revolucionária e da República alemã de Weimar se traduziu por falhas em termos de estabilidade democrática.

Será que no caso da Roménia após o regime comunista esta situação também não se verificou? Evidentemente a situação da Roménia está enquadrada num contexto histórico bastante diferente e o próprio Robert Dahl, como analista de democratização está de acordo que *“uma vez conhecidas as instituições necessárias para as democracias modernas, o processo de transição e de consolidação democrática deveria*

²³ Ibidem, pág.28

²⁴ Ibidem, pág.31

²⁵ Romanian Academic Society, in Teoria democratizării – trad: A teoria de democratização, Journal of Political Science Vol. 2, No. 1, April 2002, pág. 200-202

*ser muito mais rápido em comparação com o período muito mais longo que foi necessário aos países ocidentais para descobrir essas instituições”.*²⁶ (Romanian Academic Society, 2002)

Desta forma também são válidas quaisquer análises feitas de forma convencional sobre as várias opções de correntes ideológicas e, não apenas deve existir preocupação com o entendimento da dinâmica do processo democrático que consubstancia através do empirismo a teoria da democratização.

David Held, ao qual já fizemos referência atrás, resumiu o modelo socialista da democracia, referindo-se à teoria marxista do estado, apresentando uma série de traços característicos: *“a gestão dos assuntos públicos pela Comuna ou pelos Conselhos com a estrutura organizacional da pirâmide, a escolha frequente dos ocupantes dos cargos de acordo com o princípio do mandato político e sob a pressão de uma possível revogação, a presença de uma milícia popular sujeita ao controlo comunitário”.*

Quando Rousseau expressa *“que a liberdade e a igualdade estão inextricavelmente ligadas”* ele confirma uma direção do republicanismo que inspirará o pensamento socialista. Mesmo abstendo-se da interpretação radical da democracia, tal como consagrada na tradição marxista, as variantes moderadas do socialismo, não podem desistir da visão participativa.²⁷ (David Held, 1987)

A definição usada por Huntington em relação à democratização é a seguinte: *“uma onda de democratização é um grupo de transições de regimes não democráticos para os democráticos que ocorrem durante um certo período de tempo e que são significativamente maiores do que as transições opostas”.*²⁸ (Şandru, 2005)

Huntington diz também que uma democracia credível constrói-se demorando tempo e nunca de forma alguma de noite para o dia, sobretudo construir uma democracia consolidada num país onde os seus fundamentos foram tirados por um regime autoritário. *“Os sistemas democráticos e não democráticos podem ser criados, mas tanto podem durar como não durar”.* *“A estabilidade de um sistema difere da natureza do sistema”.*²⁹(Şandru, 2005)

No caso da democratização, tal como acontece com outros processos e fenómenos políticos, a relevância das variáveis económicas é indiscutível. A relação

²⁶ Ibidem, pág.143

²⁷ Held, D. in Modelos de Democracia, Ed. Paideia Ltda., 1987, pág. 69

²⁸ Sandru, D., in Journal of Political Science *Sfera Politicii* - Democratia romaneasca pe lungul drum al consolidarii - trad: A democracia romena ao longo do caminho da consolidação, 2005, pág. 23-25

²⁹ Ibidem, pág.25

entre o sistema económico e o sistema político é muito próximo do núcleo da legitimidade de qualquer regime. Esta relação complexa manifesta-se tanto em regimes democráticos como antidemocráticos, bem como em transição. Os regimes em processo de transição são muito mais influenciados pelos efeitos das escolhas económicas e pela presença de alternativas não-democráticas que poderiam reivindicar o poder em nome da estabilidade e prosperidade económicas.³⁰(Adam Przeworsky, Michael Alvarez, José Antonio Cheibub, 1996)

Lipset no seu estudo de 1959 (*“Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy”*) diz que a democracia gira em torno da relação entre a eficiência económica e a legitimidade do regime democrático. Lipset mostrou no seu estudo que existe uma correlação entre o desenvolvimento económico e a democracia, embora esta teoria fosse contestada por alguns especialistas na matéria.³¹ (Dankwart A. Rustow, 2015).

Vinte anos mais tarde, Dahl corrobora: *“quanto maior o nível socioeconómico de um país, maiores as oportunidades de esse regime ser uma poliarquia abrangente ou quase abrangente. Se o regime em questão é uma poliarquia, é mais provável que exista num país com um nível de desenvolvimento socioeconómico relativamente alto do que num país com um nível baixo.”*³² (Dahl, 1997)

Em 1996 a mesma tendência é verificada no estudo *What makes Democracy Endure*. A democracia, o bem-estar, o crescimento económico, a presença de instituições parlamentares e um clima internacional favorável, são fatores que explicam a perpetuação e a melhoria dos regimes democráticos.³³(Adam Przeworsky, Michael Alvarez, José Antonio Cheibub, 1996)

Mas estudos recentes mostram em evidência que uma simples melhoria na situação económica em termos de crescimento no produto nacional bruto não faz aumentar a probabilidade de democratização. (exemplo: Polónia)

³⁰ Przeworsky, A., Alvarez, M., Cheibub, J.A., Limongi, F., in *Journal of Democracy*, vol.7, 1996, pág. 39-55, disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/236774138>

³¹ Dankwart A. Rustow, *Comparative Politics in Journal Article, Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model*, Vol. 2, No. 3, Apr. 1970, pág.341-343.

³² Dahl, R. in *Poliarquias: Participação e Oposição*, 1997, Ed. Universidade de São Paulo, pág.77

³³ Przeworsky, A., Alvarez, M., Cheibub, J.A., Limongi, F., in *Journal of Democracy*, vol.7, 1996, pág.39-55, disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/236774138>

Como Rustow constatou, Lipset não fez mais nada além de provar que, na década de 1950, as “democracias estáveis” geralmente tinham um rendimento *per capita* e uma taxa de alfabetização muito maior do que as “democracias instáveis” ou “os estados autoritários”. Mas a correlação não tem um valor explicativo similar à causalidade. Aliás, “*se o significado de relação não for indicado, não saberemos se o desenvolvimento económico é uma condição para a estabilidade da democracia ou vice-versa*”.³⁴(Dankwart A. Rustow, 2015)

Rustow para justificar a prevalência de uma abordagem dinâmica sobre uma abordagem estática em relação ao processo democrático, enumerou as seguintes asserções:

- 1) “Os fatores que mantêm uma democracia estável podem ser diferentes daqueles que lhe deram origem: a explicação da democracia deve-se distinguir entre função e gênese”;
- 2) “A correlação não é idêntica com a causalidade: uma teoria de gênese da democracia deve se concentrar sobre esta última”;
- 3) “Nem todos os vínculos causais começam com os fatores económicos e sociais para alcançar os fatores políticos”;
- 4) “Nem todos os vínculos causais começam a partir de crenças e atitudes para chegar à ação”;
- 5) “O nascimento da democracia não precisa ser geograficamente uniforme: pode haver muitos caminhos para a democracia”;
- 6) “O nascimento da democracia não é necessariamente um processo uniforme de ponto de vista temporal: fatores diferentes podem ser cruciais durante as fases sucessivas”;
- 7) “O nascimento da democracia não é necessariamente um processo uniforme de ponto de vista social: mesmo que o tempo e o espaço de referência sejam as mesmas, as atitudes que favorecem o surgimento da democracia podem ser diferentes para diferentes categorias sociais”.³⁵(Dankwart A. Rustow, 2015)

Baseado na observação dos vários autores teóricos aqui já apresentados constata-se que a democratização nunca necessariamente alcançará crescimento económico, competência administrativa, mercado liberal, harmonia política e paz social. Muito

³⁴ Dankwart A. Rustow, Comparative Politics in Journal Article, Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model, Vol. 2, No. 3, Apr. 1970, pág.342-343

³⁵ Ibidem, pág.345-346

menos o fim da ideologia e da história. Em caso algum o aqui agora mencionado não garante a contribuição para consolidar a democracia.

Normalmente o caminho é o surgimento de instituições políticas nomeadamente partidos políticos que disputarão através da luta política a possibilidade de formarem governo e aí com o suporte da sociedade civil que os elegerem estabelecerem as respetivas políticas públicas e de resolução após análise dos conflitos sociais e económicos.

Alguns tipos de democracias, especialmente as dos países em desenvolvimento, não conseguiram respeitar estes compromissos, normalmente devido às especificidades da transição do regime autoritário para o democrático.

Ao contrário dos regimes autoritários, as democracias, têm a flexibilidade de alterarem as suas formas de atuação criando e extinguindo diversas instituições, que o dinamismo circunstancialmente impõe. Os benefícios da democracia podem não ser rápidos mas as oportunidades da autocracia são sempre maiores para alcance do sucesso objetivado.³⁶ (Romanian Academic Society, 2002)

Ao longo deste trabalho observamos como a democracia no mundo contemporâneo teve várias interpretações com destaque para a importância do cidadão na governação democrática.

No caso específico da Roménia a leitura excecional sobre a democracia é demais evidente devido à desilusão da experiência do regime comunista onde os direitos e as liberdades individuais não existiam.

Em 1989, a Europa de Leste testemunhou um movimento inesperado e ativo, cujo objetivo era derrubar um sistema que manteve a sua autoridade sobre as sociedades há mais de quatro décadas.

As revoluções de 1989 decorreram de forma mais ou menos pacífica, exceto no caso da Roménia, cujas ações se concretizaram em manifestações bastante violentas pelas massas que contestaram a legitimidade do Estado comunista.³⁷(Philipp Claret, Stelian Tănase, Calin Sinescu, 2010)

O povo romeno achou que o regime democrático seria um regime político perfeito, o alcançar das suas ambições pessoais e coletivas e o fim de subjugação a um regime autoritário dominado por um ditador.

³⁶ Romanian Academic Society, in Romanian Journal of Political Science Vol 2, Nr. 1, 2002, pág.17.

³⁷ Claret, P., Tanase, S., Sinescu, C., in Romanian Journal of Political Science - The Theory of Civil Society Revisited, Vol. 18, 2010, pág. 79.

Contudo, a realidade mostra que a democracia não é assim tão perfeita mas poderá gradualmente aperfeiçoar-se, para isso contribuirá um contínuo diálogo sério entre o Estado e a Sociedade Civil.

Desta forma, estamos perante um processo algo complexo e multidimensional que adota a forma de consolidação democrática.

Na leitura de Daniel Barbu, no seu livro “Republica Absenta”, a sociedade romena após 1989, recuperou a antiga trajetória algo desorganizada e uma falta de responsabilidade pelas decisões públicas e pelo bem comum, da qual foi obrigada a deixar de seguir devido ao totalitarismo. É por esse motivo que a democracia aqui se impõe de forma tão difícil, porque a democracia é na sua essência, um conjunto de regras e procedimentos destinados a alcançar a mais ampla participação possível de todos os cidadãos para a tomada de decisões que sejam do interesse de toda a sociedade civil.

Continuando com o critério do escritor Barbu sobre a democracia na Roménia este tem uma visão bastante negativa e passo a citar “*a democracia ainda não funciona na Roménia porque o povo romeno interpretou a queda do sistema totalitário como um colapso da função política como tal*”.³⁸ (Barbu, 2004)

Salientamos que sobre o regime totalitário, este será abordado com mais rigor, num capítulo mais à frente neste trabalho.

1.2 Os motivos que levaram à democratização

Os conceitos relativamente à democratização carecem de uma extraordinária vivacidade quando “*a “paz” garantida pela Cortina de Ferro da Guerra-fria se desintegrou com a queda do Muro de Berlim*”.³⁹ (Daniel Sandru, 2011)

Entre Novembro de 1989 e Dezembro de 1991, quando o colapso soviético ocorreu, os países da Europa Central e do Leste demandaram-se na procura da liberdade, após quase meio século da doutrina comunista.

Na opinião de J. Foran, a situação na Europa poderia ser julgada da seguinte forma: “*o socialismo penetrou nestas regiões vindo do exterior, sendo imposto pela União Soviética no final da Segunda Guerra Mundial. O resultado teve uma certa*

³⁸ Barbu, D. *in* Republica absenta, Ed. Nemira, 2004, pág.21-23.

³⁹ Sandru, D., & ..., *in* Mass media e democratia postcomunista in Romania - trad: A imprensa e a democracia pós comunista na Roménia, Ed. Institutul European, 2011, pág.270-271

forma de evolução: uma evolução dependente, à qual correspondia uma ideologia estatal específica, o socialismo de Estado”.

*“Afinal, a repressão da manifestação política e a estagnação económica deram origem a certas culturas políticas de oposição, que não podiam apelar ao socialismo (uma ideia desacreditada pelo sistema em que existiam), mas que assumiram a forma de linguagem democrática, com referência aos direitos civis, com resistência de tipo nacionalista perante a dominação soviética, bem como com uma corrente subterrânea, conservadora e religiosa”.*⁴⁰ (Philipp Claret, Stelian Tănase, Calin Sinescu, 2010)

É interessante notar como inicialmente os aspetos negativos que contribuíram decisivamente para a desestabilização do regime totalitário, transformaram-se em aspetos positivos que constituíram a base da democratização dos estados.

Variados autores identificaram algumas questões que estiveram na origem da desagregação dos regimes comunistas.

O principal obstáculo à democratização na Europa de Leste foi primordialmente o controlo exercido pela União Soviética, que logo após o afastamento deste obstáculo despoletou como *cogumelos* os diversos movimentos de democratização.

Por exemplo, Ralf Dahrendorf, no seu livro as “Reflections on the Revolution in Europe”, considera três razões pelas quais o regime totalitário não conseguiu sobreviver:

- 1) o regime de Gorbatchev;
- 2) a impossibilidade de sobrevivência do regime comunista;
- 3) a prosperidade do Ocidente em comparação com a União Soviética.

Paul Kennedy identificou o mesmo número de razões, mas essas considerações dizem respeito às áreas de:

- legitimidade;
- economia;
- cultura
- etnia.

Após pesquisas para este trabalho pode-se considerar cinco razões que contribuíram em termos decisivos para a extinção do comunismo no continente europeu:

- o efeito Gorbatchev;
- a prosperidade do Ocidente em relação ao Leste Europeu;

⁴⁰ Claret, P., Tanase, S., Sinescu, C., in Romanian Journal of Political Science - The Theory of Civil Society Revisited, Vol. 18, 2010, pág. 79

- a crise económica do regime comunista;
- o surgimento do sindicato da Solidariedade na Polónia;
- as influências do Ocidente e seu efeito dominó. ⁴¹(Hlihor, 2016)

Além disso, deve-se considerar outros fatores contextuais que foram a causa do colapso do regime em vários países do Leste Europeu (principalmente na Roménia), para além das condições sócio históricas que sempre permanecem importantes.

Deste ponto de vista, é necessário sublinhar que a Roménia faz parte da terceira onda de democratização, sendo que este posicionamento foi apontado pelo cientista político americano Samuel Huntington.

Na sua visão, tal como referimos atrás (I.1) *“uma onda de democratização é representada por um conjunto de transições de regimes antidemocráticos para regimes democráticos, que ocorrem em períodos de tempo específicos e que são superiores às transições na direção oposta durante esses períodos de tempo”*. ⁴²(Lucian-Dumitru Dirdala, n.d.)

Se a primeira onda de democratização ocorreu entre 1820 e 1926 (seguida de uma onda inversa entre 1922 e 1942), e a segunda foi entre 1943 e 1962 (seguida por uma segunda de inverso, no período de 1960-1975) a terceira onda de democratização começou em 1974 em Portugal, com a revolução dos cravos, atingindo em 1990, com a organização das primeiras eleições livres também na Roménia. ⁴³ (Lucian-Dumitru Dirdala, n.d.)

Obviamente que as condições são bastante diferentes e neste processo ocorreram também outros fatores importantes e decisivos na iniciação do processo de democratização, além de também na evolução do seu desenvolvimento posterior.

Dois desses fatores são decisivamente importantes neste contexto: a pressão internacional e o “efeito de bola de neve”. ⁴⁴ (Romanian Academic Society, 2002)

Quanto ao primeiro fator, a história recente registou o papel importante desempenhado pelas políticas *gorbacianas* sobre o “*glasnost*” e “*perestroika*” no

⁴¹ Hlihor, C., in *România și Socurile Geopolite ale războiului rece (1980-1991)*, (tradução: A Roménia e os choques geopolíticos da guerra-fria), 2016, pág.146-147

⁴² Dirdala, L.D., in *Valurile democrației: potențialul teoretic al unei metafore – trad: As ondas da democracia: O potencial teórico de uma metáfora*, pág. 2, disponível em: http://www.umk.ro/images/documente/publicatii/Buletin16/11_valurile_democratiei.pdf

⁴³ *Ibidem*

⁴⁴ Romanian Academic Society, in *Romanian Journal of Political Science* Vol 2, Nr. 1, 2002, pág. 22

contexto das mudanças de regime na Europa Central e de Leste e, desde 1991, no espaço da antiga União Soviética.

A estas são adicionadas as pressões vindas por parte de países ocidentais.

O segundo fator está diretamente relacionado ao primeiro, se considerarmos que os regimes totalitários e autoritários na Europa Central e de Leste se desmoronaram completamente.

No entanto, no caso da Roménia, o movimento interno também foi fundamental, o que confirma a hipótese apontada por Huntington: “*se um país não possui condições internas favoráveis, é pouco provável que seja democratizado pelo efeito de bola de neve*”.⁴⁵ (Lucian-Dumitru Dirdala, n.d.)

Ao conhecermos esta perspetiva de Huntington tudo nos leva a crer que foi uma combinação de vários fatores que desencadearam o princípio do conhecido processo de democratização na Roménia.

Na verdade, a Roménia para além de ter saído de uma guerra com efeitos desastrosos, logo depois de uma ocupação estrangeira que deixou praticamente arruinado o país, também posteriormente a política económica estalinista imposta, causou graves danos transversais no seu desenvolvimento socioeconómico.

Em termos analíticos sobre o que levou à democratização da Roménia recorreu-se também a factos históricos. Embora a nossa posição temporal de análise em apreço seja após a década de 1980 teremos aqui que recuar duas décadas.

A segunda metade da década de 1960 criou alguma esperança na sociedade romena mas que rapidamente foi arrasada em 1971, quando Ceausescu entusiasmado e deslumbrado pelo que constatou depois das viagens à China e à Coreia do Norte, decidiu imitar implantando de imediato na Roménia, esse modelo praticado pelos respetivos líderes desses países, Mao Tse Tung e Kim Il Sung.

A sua estratégia passava por financiar-se recorrendo ao Ocidente, e implantar um desenvolvimento industrial que lhe permitisse uma produção baseada nas novas tecnologias da época e assim exportar para os países credores no Ocidente, pagando desta forma as suas dívidas assumidas.⁴⁶ (Stelian Tanase, 2014)

⁴⁵ Dirdala, L.D., in Valurile democrației: potențialul teoretic al unei metafore – trad: As ondas da democracia: O potencial teórico de uma metáfora, pág. 2-3

⁴⁶ Tanase, S., in Romanian Journal of Political Science “Sfera Politicii” – Revolução de 1989, vol. 22, No.6(182), pág. 73

O regime de Ceausescu ao investir em indústrias não rentáveis praticamente sem retorno fica cada vez mais endividado. Quando o primeiro choque do petróleo ocorreu, então este encontrava-se numa situação sem saída.

Por um lado, tinha gasto o capital dos empréstimos, com os seus projetos megalómanos sem qualquer eficácia económica e por outro lado, a mercadoria produzida resultante dessa indústria irracional não tinha procura por parte do mercado internacional considerada por isso invendável.

Com a situação negra em termos económicos e financeiros, a única solução que o líder do regime comunista adotou foi a de submeter o seu povo a ainda mais difíceis pressões carregadas de sacrifícios, nem que para isso tivesse que exercer uma repressão dura e cruel com perseguições, prisões e outras tiranias a quem se opusesse. Neste período, o culto da sua personalidade e do seu clã acentuou-se ainda mais tornando-se de forma obsessiva presença constante no quotidiano das populações.⁴⁷ (Stelian Tanase, 2014)

A Roménia, com estas políticas do regime com implementação de duros sacrifícios à população, nunca conseguiu inverter o caminho que levou o país à sua fatal situação.

Nos primeiros quinze anos deste regime, Ceausescu a única coisa que conseguiu é que o país permanecesse retardado a todos os níveis comparativamente até aos outros países da Europa de Leste.

A diferença entre os desempenhos da economia romena e o nível de vida da média das pessoas na Roménia e dos países ocidentais ficou ainda mais alargada do que em 1965, ano em que Nicolae Ceausescu chegou ao poder.⁴⁸ (Stelian Tanase, 2014)

Mesmo diante desse cenário de fracasso, Ceausescu recusou-se sempre em alterar as suas estratégias de falência e teimosamente continuou a insistir nelas.

Após uma segunda onda de choque petrolífero a posição de Ceausescu continuava a mesma, completamente irracional. A dívida externa continuou sempre a subir até valores excessivos e a indústria romena nada produzindo de valor acrescentado não conseguia de forma alguma assumir o pagamento desse montante. Assiste-se assim a um país arruinado cuja economia tinha estagnado por ideias absolutamente irrealistas do líder desse regime totalitário.

⁴⁷ Ibidem, pág.74

⁴⁸ Ibidem, pág.75

No verão de 1980, quando ocorreu a crise na Polónia, Ceausescu acreditava que o motivo dessa crise era por falta de comunismo, ou seja um comunismo insuficiente.

A seu ver a culpa desta crise polaca devia-se à tentativa reformista apresentada por Gierek e aos credores ocidentais que concederam empréstimos à Polónia e agora exigiam o retorno.

O seu pensamento estalinista, de autoridade suprema, com uma sociedade cuja pobreza aumentava dia após dia não podia deixar de chamar a atenção ao mundo diplomático do exterior.

É na ótica de Max Weber, uma “*sociedade de status*” formada por vassallos, no qual o líder exerce o seu poder em termos absolutos. Um modelo de uma sociedade piramidal, primitiva e canónica onde hierarquicamente desde a posição estatal mais alta, até ao último assalariado, tudo devia obediência incondicional.⁴⁹ (Stelian Tanase, 2014)

À medida que a sociedade romena se deteriora, surgiu na década de 1980 várias vozes de intelectuais opositoristas que criticavam o regime. Também na mesma altura houve um grande número de pessoas que tentaram de forma clandestina ou não, abandonar o país recorrendo ao exílio.

Com uma indústria em colapso, as finanças do Estado falidas, inúmeras medidas estalinistas foram implementadas pelo regime de Ceausescu como por exemplo a famosa imposição no sistema de “*senhas de ração*” atribuídas a cada cidadão.

O descontentamento da população aumentava dia após dia, a miséria abrangia todo o país. Ceausescu estava cada vez mais isolado, no centro de uma realidade que o deixou fora de controlo, cujas soluções do regime estavam completamente desajustadas e esgotadas.

O isolamento diplomático e político do líder totalitário Ceausescu são acentuados pelo aspeto económico e financeiro. A guerra propagandística na Roménia estava prestes a ter o seu fim com a sua eficácia completamente estafada.

A tomada de poder no dia 12 de Março de 1985 por Mikhail Gorbatchev, na antiga União Soviética, contribuiu de forma importante para a mudança na situação do regime comunista na Roménia.

Ninguém imaginava que o império soviético construído por Lenine e pelos regimes socialistas de Estaline iriam cair em apenas seis anos com Gorbatchev, na liderança da antiga União Soviética. Não se tratou de uma queda “clássica” como

⁴⁹ Ibidem, pág. 76

acontecera na história universal com guerras vitoriosas, mas sim de uma consequência de choques geopolíticos para as quais os líderes do regime não tiveram capacidade de reações com respostas adequadas.⁵⁰(Hlihor, 2016)

Qualquer tentativa de implementar reformas com base numa racionalidade e progresso humanístico seria certamente o princípio do fim, significando então que com a aplicação desta forma a mudança de regimes seria viável.

A “*perestroika*” (com Gorbachev) e a sua política inovadora de transparência pode ser considerada como o elemento fundamental para a destituição do regime comunista, tornando-se Gorbachev como um símbolo neste contexto.

Esta política reformista inovadora engaja-se perfeitamente na configuração do mundo atual. A desconstrução de um regime levando a outro incorporado neste caso por Gorbachev figura na história contemporânea como um fator decisivo na democratização.

Estas mudanças violentas (o caso da Roménia) ou menos violentas (na Polónia, Hungria, Checoslováquia) no final da década de 1980 aboliram um sistema que atingiu um grau avançado de desgaste moral, social e económico.⁵¹(Letki, 2002)

1.3 Consolidação democrática

Existem várias definições sobre a consolidação democrática desde o clássico e amplamente aceite, que é “impedir o colapso da democracia” até às suas derivações que são: “impedir a erosão da democracia”, o “desenvolvimento da democracia”, o “comprovar da democracia”, a “organização da democracia”.⁵²(Romanian Academic Society, 2002)

Independentemente da esfera semântica, estas variações podem se juntar num denominador comum conceptual, de acordo às fases de transição propostas por Dankwart Rustow no seu ensaio “Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model: a transição conhece uma fase produtiva, decisiva e preparatória.”⁵³ (Rustow, 1970)

⁵⁰ Hlihor, C. 1991, in “Romania si socurile geopolitice ale razboiului rece” (1980-1991), -trad:A Roménia e os choques geopolíticos da guerra-fria, Ed. IRRD Bucarest, 2016, pág. 13

⁵¹ Letki, N. in Lustration and Democratization in East-Central Europe, 2002, pág. 542-543, disponível em: biblioteca online FCSH

⁵² Romanian Academic Society in Romanian Journal of Political Science, vol.2, 2002, pág. 41-43

⁵³Rustow Dankwart A., Comparative Politics in Journal Article, Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model, Vol. 2, No. 3, Apr. 1970, pág.345

Após vários estudos realizados referente à literatura de especialidade chegou-se à conclusão que o processo de consolidação democrática é um dos mais complicados de ponto de vista de fatores que possam influencia-lo em qualquer momento.

A consolidação democrática é um processo que resulta na sua cada vez maior legitimidade através de uma maior interação participativa dos atores políticos e das massas no objetivo primordial da construção de uma sociedade mais justa. Assim, todos os atores políticos significativos devem considerar que o regime democrático é o melhor sistema de sociedade do que qualquer outra variante realista que eles possam imaginar.⁵⁴ (Romanian Academic Society, 2002)

Juan Linz e Alfred Stepan apontaram, entre outros, que essa legitimidade deve ser mais do que um empenho abstrato no sentido da democracia. Também se deve incluir o compromisso compartilhado, normativo e comportamental com as regras e práticas específicas do sistema constitucional do país em questão.⁵⁵ (Romanian Academic Society, 2002)

A adoção de procedimentos democráticos é precisamente o motivo chave de consolidação democrática: uma redução da incerteza da democracia, não só sobre os resultados, mas também sobre as regras e os métodos de competição política (luta partidária após a formação dos partidos políticos).

À medida que a consolidação democrática avança, *“há um número crescente de atores políticos que estão convencidos do comportamento democrático e da lealdade democrática de seus opositores”*, há uma transição dos compromissos *“instrumentais” para o envolvimento do “princípio” no processo democrático, um aumento da confiança e da cooperação entre os concorrentes políticos e socialização da população* (tanto por meio de esforços deliberados como através da prática democrática na sociedade política e na sociedade civil).⁵⁶ (Romanian Academic Society, 2002)

No caso da Roménia a consolidação democrática gerou sempre ao nível de estudiosas opiniões cétricas, sendo Huntington o catalisador desta dúvida. Para este autor as oportunidades de se atingir uma democracia são muito mais baixas do que em outros países da Europa de Leste por vários fatores, destacando como fator principal o impacto político ortodoxo. Para existir uma consolidação de uma democracia tem que haver um

⁵⁴ Romanian Academic Society in Romanian Journal of Political Science, vol.2, 2002, pág.54-55

⁵⁵ Ibidem, pág. 55

⁵⁶ Ibidem, pág.55-57

acordo entre os que estão a governar e os que estão em oposição, ou seja um legítimo equilíbrio no que se refere ao bem público.⁵⁷(Lucian-Dumitru Dirdala, n.d.)

Assim, o ponto de partida às análises da consolidação da democracia remetem para a teoria de Huntington: *“Os sistemas democráticos e não democráticos podem ser criados, mas eles podem ou não durar. A estabilidade de um sistema difere da natureza do sistema”*.⁵⁸ (Șandru, 2005)

Sandru Daniel questiona: *“o que acontece quando estamos a lidar com um sistema político que se encontra num processo de democratização, em que os valores políticos compartilhados pela opinião pública e por uma boa parte da classe política estão em desacordo com a cultura política democrática?”*. Mais diz este que embora não seja um obstáculo que não se consiga resolver para a consolidação da democracia, o *“défice de cultura política democrática”* é sempre mais um desafio a resolver. Para tentar perceber esse desafio, em primeiro *“deve-se circunscrever o conceito de consolidação democrática”*.⁵⁹ (Șandru, 2005)

O processo da construção democrática começa para a Roménia em 1990 sendo posicionada por Huntington na terceira onda de democratização.

Para um regime político pós – totalitário como o caso da Roménia, a consolidação democrática deve ser feita sempre através da separação e equilíbrio dos poderes no estado. A separação de poderes totalmente independentes é uma das fórmulas da democracia, e se esta separação não existir é prova de que não há consolidação.

A pressão do executivo sobre por exemplo o poder judicial não faz nada mais do que atrasar o processo da consolidação para uma democracia.

Na situação da Roménia chegou a haver um primeiro-ministro (Adrian Nastase) logo nos primeiros anos a seguir à queda do regime, quando supostamente se devia iniciar o processo da construção da tradição democrática, que falou publicamente que a separação de poderes no estado seria válida na época de Montesquieu e de forma alguma seria pertinente nos dias de hoje.

⁵⁷ Dirdala, L.D., in Valurile democrației: potențialul teoretic al unei metafore – trad: As ondas da democracia: O potencial teórico de uma metáfora, pág.3, disponível em: http://www.umk.ro/images/documente/publicatii/Buletin16/11_valurile_democratiei.pdf

⁵⁸ Sandru, D., in Romanian Journal of Political Science “Sfera Politicii”, 2005, pág.3-7.

⁵⁹ Ibidem, pág. 21

Nestas condições a democracia é sem dúvida frágil porque quando os governantes utilizam expedientes anti democráticos o perigo de retorno para o autoritarismo é sempre maior.⁶⁰ (Romanian Academic Society, 2002)

Nem mesmo a definição simples e processual da democracia, que foi desenvolvida por Joseph Schumpeter em 1942, quando diz que “*a democracia é aquela combinação institucional pelo qual os políticos chegam ao poder para tomar decisões políticas depois de uma luta competitiva pelos votos dos eleitores*”,⁶¹ (Florin-Daniel Sandru, n.d.) não parece enquadrar-se na realidade romena do passado, uma vez que, na monarquia constitucional romena, o rei nomeava um primeiro-ministro, cuja tarefa era organizar eleições, estas eram de tal forma organizadas, que ao poder chegava sempre o partido do qual o próprio primeiro-ministro, nomeado pelo rei, pertencia sempre.

Este círculo vicioso fez, por um lado, que as instituições democráticas não funcionassem e, por outro lado, influenciou profundamente de forma negativa a capacidade de formação de uma tradição democrática.⁶² (Daniel Sandru, 2011)

Deste ponto de vista, em comparação com outros países, alguns até mesmo da Europa de Leste, a Roménia situa-se de forma seguinte:

AS ONDAS DA DEMOCRATIZAÇÃO / AS ONDAS DE REVERSÃO	PAISES
A primeira onda da democratização 1893– 1924	Austrália, Canadá, Finlândia, Islândia, Irlanda, Nova Zelândia, Suécia, Suíça, Grã Bretanha, EUA, Chile, Áustria, Bélgica, Columbia, Dinamarca, França, Alemanha Federal, Itália, Japão, Holanda, Noruega, Argentina, Checoslováquia, Grécia, Húngria, Uruguai, Alemanha de Leste, Polónia, Portugal, Espanha, Estónia, Letónia, Lituânia.
Primeira onda de reversão 1924-1944	Áustria, Bélgica, Columbia, Dinamarca, França, Alemanha Federal, Itália, Japão, Holanda, Noruega, Argentina, Checoslováquia, Grécia, Húngria, Uruguai, Alemanha de Leste, Polónia, Portugal, Espanha, Estónia, Letónia, Lituânia.
A segunda onda da democratização 1944-1957	Austrália, Canadá, Finlândia, Islândia, Irlanda, Nova Zelândia, Suécia, Suíça, Grã Bretanha, EUA, Chile, Áustria, Bélgica, Columbia, Dinamarca, França, Alemanha Federal, Itália, Japão, Holanda, Noruega, Argentina, Checoslováquia, Grécia, Húngria, Uruguai, Botswana, Gâmbia, Israel, Jamaica, Malásia, Malta, Sri Lanka, Trinidad-Tobago, Venezuela, Bolívia, Brasil, Equador, Índia, Coreia do Sul, Paquistão, Peru, Filipinas, Turquia, Nigéria, Burma, Fiji, Ghana, Indonésia, Líbano

⁶⁰ Ibidem, pág.24

⁶¹ Sandru, F.D., in Democratie prin transparenta decizionala, pág. 16, pode ser verificado em: <http://scomunicate.machteamsoft.ro/attachments/948/1948/7276-democratie-prin-transparenta-decizionala.pdf>

⁶² Sandru, D., in Romanian Journal of Political Science “Sfera politiciii”- Mass-media și democrația în România postcomunistă - trad: A imprensa e a democracia na Roménia pós comunista, 2011, pág. 35

<p>A segunda onda de reversão/fluctuação</p> <p>1957-1976</p>	<p>Chile, Argentina, Cecoslováquia, Grécia, Húngria, Uruguai, Alemanha de Leste, Polónia, Portugal, Espanha, Estónia, Letónia, Lituânia, Bolívia, Brasil, Equador, Índia, Coreia do Sul, Paquistão, Peru, Filipinas, Turquia, Nigéria, Burma, Fiji, Ghana, Indonésia, Líbano.</p>
<p>A terceira onda de democratização</p> <p>1976-1989</p> <p>A partir de 1990 houve uma explosão de democracia.</p>	<p>Austrália, Canadá, Finlândia, Islândia, Irlanda, Nova Zelândia, Suécia, Suíça, Grã Bretanha, EUA, Chile, Áustria, Bélgica, Colúmbia, Dinamarca, França, Alemanha Federal, Itália, Japão, Holanda, Noruega, Argentina, Checoslováquia, Grécia, Hungria, Uruguai, Alemanha de Leste, Polónia, Portugal, Espanha, Botswana, Gâmbia, Israel, Jamaica, Malásia, Malta, Sri Lanka, Trinidad-Tobago, Venezuela, Bolívia, Brasil, Equador, Índia, Coreia do Sul, Paquistão, Peru, Filipinas, Turquia, Bulgária, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Mongólia, Namíbia, Nicarágua, Panamá, Roménia, Senegal, Sudão e Suriname</p>

Fonte: Samuel P. Huntington (1991), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman & London: University of Oklahoma Press, pág.1-15

Nota: Estes dados são válidos ao nível do ano 1991, quando o autor norte americano publica o seu trabalho.

Para muitos países da terceira onda de democratização, que se encontram no quadro acima, o objetivo revelou-se muito distante, alguns optaram por abandonar o longo trajeto de chegada à democratização, permanecendo no âmbito da semidemocracia ou regressando mesmo para o autoritarismo.

Ou seja, a democratização não termina inevitavelmente com a consolidação da democracia, ela não representa necessariamente o fim da democratização.⁶³ (Romanian Academic Society, 2002)

Nas análises da segunda metade da década de 1990, Linz afirma que se consegue chegar à consolidação quando a democracia se torna o “*único jogo aceite*” (*the only game in town*) ou seja, quando os políticos funcionam em cooperação e atentos às ameaças ao bem público.⁶⁴ (Romanian Academic Society, 2002)

Linz e Stepan consideram que a existência de uma democracia consolidada pode ser analisada com base em três fatores:

- comportamental ou seja, quando um regime democrático não está seriamente ameaçado por qualquer outro grupo político;
- de atitude ou seja, que pode ser interpretada como um compromisso relativamente firme e estável onde a participação dos cidadãos é plena;
- constitucional, quando os conflitos políticos são resolvidos apenas por meios de procedimentos estabelecidos, o que nos aproxima novamente da questão da cultura política democrática.

⁶³ Romanian Academic Society in *Romanian Journal of Political Science*, vol.2, 2002, pág. 10-13

⁶⁴ *Ibidem*, pág. 95

Neste último ponto, referente ao fator constitucional, podemos dizer, por outras palavras, que um regime democrático consolidado depende de três condições:

- o grau de institucionalização política, que, quando elevado, determina a estabilidade política, o que significa que não há grupos políticos (ou politizados) importantes que tendem a transformar a democracia numa não – democracia;
- o nível da cultura política democrática, sobre o qual depende a partilha de alguns valores comunitários específicos da democracia, implicitamente de regras e práticas democráticas;
- o grau de consenso político que, quanto mais elevado for, envolve a resolução de conflitos políticos com base em regras aceites por todos os grupos políticos e sociais.

Por exemplo, Przeworski argumenta que é possível atingir o estado de consolidação, *“quando ninguém se pode ver atuar fora das instituições democráticas”*.

Przeworski também afirma: *“tecnicamente falando, a democracia pode ser considerada consolidada quando o acordo (agir dentro do quadro institucional) constitui o equilíbrio das estratégias descentralizadas de todas as forças relevantes”*.⁶⁵ (Romanian Academic Society, 2002)

Nesta ótica, Przeworski assume que existe apenas um equilíbrio, que é aquele originado por uma estreita sincronia entre as regras formais e comportamentais.

Ao analisar as diferentes definições dadas ao conceito de consolidação democrática, Andreas Schedler identifica cinco elementos de consolidação democrática:

- prevenção do colapso da democracia;
- prevenção da erosão democrática;
- organização da democracia;
- desenvolvimento da democracia;
- fundamentação da democracia.

Ao discutir cada elemento em particular, Schedler conclui que o significado da consolidação democrática deveria limitar-se aos aspetos “negativos”, ou seja, aqueles que dizem respeito ao desenvolvimento desses mecanismos e arranjos institucionais que não permitem um retorno da democracia ao autoritarismo, no caso de uma determinada sociedade que iniciou o processo de democratização:

⁶⁵ Ibidem, pág.96-101

“Penso que devemos voltar para a preocupação inicial do conceito de sobrevivência da democracia. Devíamos dar-lhe sentido clássico, que é aquele que garante os níveis de governação democrática contra o retorno ao autoritarismo. Isso significa que devíamos restringir o uso do conceito àqueles dois aspetos “negativos” (...): evitando o colapso da democracia e evitando a erosão democrática. O termo de consolidação democrática devia referir-se às perspectivas de continuidade, e nada mais.”⁶⁶ (Romanian Academic Society, 2002)

Ao se conseguir superar as duas etapas (o colapso e a erosão democrática) garante-se no mínimo, a sobrevivência da democracia e a perspectiva da sua continuidade no futuro.

A experiência da Roménia pós-comunista ilustra uma visão geral deformada sobre a consolidação democrática.

Importa salientar que tem havido alguma confusão na comunidade e difundida nos “médias” sobre o termo *consolidação* democrática pelo termo de *transição*, sendo a consolidação democrática apresentada numa ótica negativa, como um processo sem fim.

Devemos referir que a transição se refere apenas e estritamente à passagem de um regime político para outro enquanto a consolidação democrática está associada a uma série de características de uma democracia substancial e que já vai além do formalismo e está enraizada na mentalidade coletiva através de uma série de práticas e crenças institucionalizadas, como por exemplo, as eleições livres, o Estado de direito, a sociedade civil, a sociedade política, os grupos de pressão e de interesses (lóbis).

Quando há uma transição de um governo autoritário de um país que alcança eleições (mais ou menos) livres, justas e competitivas, os atores democráticos não se podem despreocupar, devido às incertezas indeterminadas da governação democrática. As incertezas indeterminadas que ameaçam o regime persistem muito mais do que parecem, e as preocupações fundamentais dos democratas passam de estabelecer instituições centrais da democracia para garantir o que conseguiram atingir até ao momento em que ganharam as eleições. Para esses atores, a consolidação da democracia significa reduzir a probabilidade de que aconteça um colapso até ao momento em que eles possam sentir-se totalmente confiantes de que a democracia persistirá no futuro próximo e preferencialmente a longo prazo.⁶⁷ (Romanian Academic Society, 2002)

⁶⁶ Ibidem, pág.122-137

⁶⁷ Ibidem, pág. 127

Esta preocupação com a sobrevivência do regime democrático descreve de forma objetiva e clara o significado clássico da consolidação democrática.

No final da década de 1980, Guillermo O'Donnell, apresentou a sua formulação do significado da consolidação democrática. No seu conhecido ensaio „Transitions, Continuities, and Paradoxes“, ele chama a atenção para a ameaça de um “*retorno tácito da democracia para uma governação semidemocrática e introduziu o fator opressivo dessa ameaça na definição da consolidação democrática*”.⁶⁸ (Romanian Academic Society, 2002)

Destacando a temporalidade da sua observação, este propõe fazer uma distinção entre “morte rápida” e “morte lenta” da democracia.

Enquanto o termo “morte rápida” se referia a golpes de estado tradicionais, O'Donnell descreveu o último ou seja, “a morte lenta” como uma “*diminuição progressiva dos espaços existentes para o exercício do poder civil e a eficácia das garantias clássicas do constitucionalismo liberal como um processo “lento e às vezes opacos, devastações autoritárias sucessivas”*”, que, no limite, levariam a uma democracia repressiva e de fachada.⁶⁹ (Romanian Academic Society, 2002)

Huntington vai ainda mais longe, e disse que para os democratas da terceira onda de democratização, “*o problema não era o retorno a um sistema de governação semidemocrático mas sim a erosão: o enfraquecimento intermitente ou contínuo e gradual da democracia pelos eleitos à frente dos regimes democráticos*”.⁷⁰ (Daniel Sandru, 2011).

Voltando ao sistema político romeno pós-comunista, é legítimo questionar se este conseguiu superar o colapso democrático e a erosão democrática e caso o tenha eventualmente conseguido, ainda não se saiu da área das areias movediças.

Ao levantar-se esta questão, o politólogo Sandru, entre outros, considera que ainda “*existe desafios para a frágil democracia romena*”.

No caso específico da Roménia, embora se tenha conseguido aligeirar a evolução temporal em direção à democracia e mesmo que se tenham desenvolvido arranjos institucionais que formalmente são democráticos, ainda existem muitos problemas que não podem ser ignorados.

⁶⁸ Ibidem, pág.129-130

⁶⁹ Ibidem

⁷⁰ Sandru, D., in Romanian Journal of Political Science “Sfera politiciii”- Mass-media și democrația în România postcomunistă - trad: A imprensa e a democracia na Roménia pós comunista, 2011, pág.5-6

As dificuldades que mais tarde surgiram no âmbito deste processo de consolidação democrática são como já mencionamos neste trabalho, resultado da herança comunista, e também da falta de uma tradição democrática e pela existência de uma ortodoxia.

Em relação a este último aspeto, há vários autores e analistas nesta área que apontam que na Europa Central e de Leste, a Checoslováquia foi o único país que manteve as suas instituições políticas democráticas no período entre as duas guerras. A Roménia nem neste período se enquadra, dentro dos padrões convencionais à teoria democrática.⁷¹ (Daniel Sandru, 2011)

Embora lhe é reconhecida a existência de instituições políticas democráticas no período anterior à instauração da ditadura real de Carol II, em relação à tradição democrática, a situação não está muito óbvia.

Gabriel Almond e Sidney Verba observaram que existia uma certa dificuldade em tentar construir uma cultura cívica em países que estão em processo de democratização, e caracterizados pela inexistência de uma tradição democrática.

Esta dificuldade seria corroborada pela ampla demanda de participação que normalmente acontece logo após a extinção de um regime (seja autoritário ou totalitário) por parte de certos cidadãos que, antes dessa extinção, estivessem envolvidos numa cultura política paroquial ou, mesmo, dependentes do anterior regime.⁷² (Brasovanu, 2005)

*“Podemos confirmar esta suposição de Almond e Verba, apenas se lembrarmos o “pluripartidarismo caótico” com as primeiras eleições livres na Roménia, sobre a demanda de participação alargada, o que, no entanto, não permite concluir-se de que havia uma transição acelerada de uma cultura política de submissão (do regime anterior) para uma cultura política democrática”.*⁷³ ((Sandru Daniel, 2014))

Muitas dessas sequências do autoritarismo permaneceram ocultas não só no comportamento do dia-a-dia dos cidadãos como também nas atitudes daqueles que formaram a classe política pós-comunista.

⁷¹ Ibidem, pág.3.

⁷² Brasovanu, V., in Calitatea democratiei si cultura politica in Romania -trad: A Qualidade da democracia e a cultura politica na Roménia, Ed.Adenium, 2015, pág.22-29, disponível em: <https://pt.scribd.com/read/298402066/Calitatea-democratiei-si-cultura-politicã-in-Romania>

⁷³ Sandru D., in Ipostaze ale ideologiei în teoria politicã, capítulo 3.2.1:“Democratia ca practica de gandire”, trad: Hipóstases da ideologia na teoria política, capítulo 3.2.1:“Democracia como prática de pensamento, 2014, Ed. Polirom

O desafio político-cultural para a Roménia, na ótica de Sandru, vem primeiro da perspectiva do que *Sorin Alexandrescu* chamou de “*entrada tardia romena na modernidade*”, um processo que originou politicamente a dificuldade de implementar a tradição democrática com tudo o que ela envolve, como as instituições estáveis, os valores, as atitudes e os comportamentos.

No entanto esta ausência da tradição democrática de acordo com Sandru Daniel foi “*ironicamente compensada*” quando da instauração do comunismo por uma espécie de socialização que além de desenvolver cidadãos passivos e totalmente dependentes do Partido-Estado, deu origem a comportamentos de dupla personalidade, como Rose, Mishler, Haerpfer observaram: “*A pessoa visível cumpriu tudo o que as autoridades queriam; enquanto a pessoa invisível permanecia cética ou hostil*”.⁷⁴ (Sandru, 2005)

Robert Dahl, também ressalta a importância de uma tradição democrática, destacando que “*num país onde a experiência democrática é mínima ou totalmente inexistente, o processo de democratização [...] leva tempo*”.⁷⁵ (Romanian Academic Society, 2002)

O conceito de cultura política que está presente aqui alude que para haver uma cultura política democrática deve existir certos valores compatíveis com o espírito da democracia a fim de as atitudes e os comportamentos dos cidadãos, possam ser orientados de forma mais elevada.

No entendimento clássico do conceito, a cultura política de uma sociedade influencia as atitudes, as crenças e as regras que orientam um sistema político, todos esses aspetos são determinados pelas relações estabelecidas entre a experiência histórica do sistema e dos elementos que o formam.

A definição clássica de cultura política apoia-se nos cientistas políticos Gabriel Almond e Sidney Verba, que a situaram a uma subjetividade individual que é a origem da ação política e que envolve as seguintes orientações:

- 1) cognitivas – precisas ou menos precisas sobre os assuntos e as convicções políticas;
- 2) emocionais – o sentimento de afeto, empenho, rejeição em relação às questões políticas e;

⁷⁴ Sandru, D. in Romanian Journal “Sfera Politicii”, 2005, No.115, pág.21-25, pode ser verificado também em www.sferapoliticii.ro ou também no seu livro “Ipostaze ale ideologiei în teoria politica”, capítulo 3.2.1, Ed. Polirom, 2014

⁷⁵ Romanian Academic Society, in Teoria democratizării – trad: A Teoria de democratização, Romanian Journal of Political Science, 2002 pág.143

3) estimativas – avaliação e opinião sobre questões políticas que geralmente implica a aplicação de padrões apreciados sobre questões e factos políticos.⁷⁶ (Brasovanu, 2015)

Com base nessas orientações, Almond e Verba, elaboraram três modelos de cultura política:

- 1) cultura paroquial;
- 2) cultura de obediência;
- 3) cultura participativa.

Estes politólogos estabeleceram uma diferença entre a cultura política paroquial e a cultura política de obediência e a cultura política participativa, questionando-se como podem ser integrados os valores e os comportamentos políticos, as que compõem a cultura política de um indivíduo em particular na cultura política coletiva.

Almond e Verba chegaram a conclusão que isso é possível graças a um agente operacional, que é a cultura cívica e que envolve as seguintes características:

- *“é um tipo de cultura social que pertence a cada cidadão individual;*
- *podem ser reconhecidos nas suas atitudes e comportamentos ao abordar e resolver uma série de questões coletivas e individuais;*
- *é exteriorizado através de um conglomerado de conhecimento, percepções, mentalidades sobre os direitos e deveres dos cidadãos, regras de comportamento social, mecanismo de decisão política e relações estabelecidas entre governados e governantes;*
- *envolve um processo de treino que contribui para a tradição de uma comunidade, a experiência diária dos seus membros, a medida em que a cultura política e o nível de educação são divulgados;*
- *pode ser auferido pela competência política de um sujeito particular, a maneira pessoal em que percebe os fenómenos políticos, o grau de participação política;*
- *é um conceito que está numa relação direta com a cultura política”.*⁷⁷ (Brasovanu, 2015)

A estrutura política de uma sociedade pode ou não estar em harmonia com a estrutura do sistema político.

Brasovanu, V., in Calitatea democratiei si cultura politica in Romania -trad: A Qualidade da democracia e a cultura politica na Roménia, Ed.Adenium, 2015, pág.22-37

⁷⁷ Ibidem

Quando se falar numa existência de uma cultura política é necessário que haja implicação e racionalidade por um lado e passividade, tradição e empenho perante os valores paroquiais, por outro.

O politólogo Sandru Daniel diz que para além da *“ausência de uma tradição democrática e da influência opressiva que a socialização específica do regime totalitário comunista ainda mantém presente, também deve-se considerar os elementos que se referem à chamada especificidade nacional, como seria a excecionalidade assumida pelas elites intelectuais, mas também o pessimismo/fatalismo histórico manifestado entre as massas, especialmente quando a sociedade está a passar por situações de crise”*.⁷⁸(Şandru, 2005)

Estes últimos aspetos da cultura política romena são facilmente encontrados no período pós-comunista, determinando, por um lado, a inexistência de um sentimento estável e sólido no que se refere à identidade cultural (uma questão que pode estar presente na primeira parte da década de 1990) e, por outro lado, uma desconfiança nas instituições democráticas, como por exemplo os partidos políticos ou o parlamento.

No entanto, Daniel Barbu, fazendo uma crítica da legitimidade democrática da democracia de transição, argumenta que *“depois de 1989, a sociedade romena recuperou o antigo curso da desorganização e a falta de responsabilidade pelas decisões públicas e pelo bem comum do qual foi forçado pelo totalitarismo”*.⁷⁹ (Barbu, 2004)

Além disso, Daniel Barbu afirma também que *“a democracia não se originou dos remanescentes do totalitarismo”*, mas que esta resultou num regime político misto, cujas instituições tiveram que receber constantemente lições de democracia.

No que diz respeito aos políticos, na opinião do Daniel Barbu eles atualmente *“renegam o comunismo como uma forma de se recusar a aceitar que as suas próprias carreiras começaram antes de 1989 e são, em princípio, o resultado de uma seleção baseada na fidelidade declarada à ideologia e/ou às instituições do socialismo de Estado”*. O comportamento destes políticos é como se no passado fossem uns democratas desde o princípio das suas carreiras públicas.⁸⁰ (Barbu, 2004)

⁷⁸ Sandru, D., in *Journal of Political Science Sfera Politicii - Democratia romaneasca pe lungul drum al consolidarii* -trad: A democracia romena ao longo do caminho da consolidação, 2005, pág. 3-7

⁷⁹ Barbu, D. in *Republica absentă* - tradução: Uma República ausente, Ed. Nemira, 2004, pág. 20-23

⁸⁰ Ibidem, pág.30.

Esta situação na Roménia é um exemplo notório da imaturidade da classe política, da falta de experiência democrática e do acentuar do fenómeno da corrupção.

⁸¹(Barbu, 2004)

Relembra-se o pensamento dos autores já aqui referido, Juan Linz e Alfred Stepan, que os fatores que moldam e consolidam uma democracia são:

- “o desenvolvimento de uma sociedade civil livre e forte;
- uma sociedade política relativamente autónoma;
- a existência e manifestação ativa do Estado de Direito, liberdades individuais e vida associativa;
- a existência de uma burocracia institucional à disposição do novo governo democrático;
- por último, mas não menos importante, deve haver uma sociedade económica institucionalizada”.

Voltando às condições da consolidação democrática de Linz e Stepan, o ambiente político e a sociedade civil na maioria das vezes não aceitou e até aplicou de forma contraditória essas condições mencionadas atrás, o que resultou numa profunda quebra de conceções e expectativas de democracia das duas entidades sociais (Estado e a sociedade civil) predominantemente em conflito, excluindo qualquer forma de comunicação e diálogo. ⁸² (Romanian Academic Society, 2002)

O fracasso da consolidação democrática nos primeiros anos após o regime comunista na Roménia também nos é demonstrado nas palavras do autor Emanuel Copilas, que passo a citar: “ *A Roménia teve o colapso mais violento do regime comunista. Mas o consenso neoliberal no pós-comunismo levou não só à manutenção do “statu quo” de Ceausescu, mas também à perpetuação das desigualdades no período comunista, ao seu agravamento, à modificação da estrutura básica da sociedade, de modo que a maioria da população não teve acesso, de forma alguma, aos ativos ou empresas que foram transferidos, muitas vezes de forma fraudulenta e não transparente, das mãos do estado para a esfera privada* ”. ⁸³(Emanuel Copilas, 2017)

⁸¹ Barbu, D., in Republica absenta -trad: República ausente, Ed. Nemira Bucureste, 2004, pág. 108-115

⁸² Romania Academic Society in Romanian Journal of Political Science, vol.1, 2002, pag. 130-134

⁸³ Copilas, E., in Marele Jaf Postcomunism, trad: O grande roubo pós-comunista, Ed. Adenium, 2017, pág.112, disponível em: <https://pt.scribd.com/read/344386852/Marele-jaf-postcomunism-Spectacolul-mărfii-și-revanșa-capitalismului>

1.4 As fases da democratização

Como já se disse, poder-se-á definir a origem da democratização nos países do Leste Europeu mais ou menos numa forma genérica comum atendendo ao facto desse fenómeno ter acontecido motivado pelos fatores que já atrás se tinham apontado:

- o efeito Gorbatchev;
- a prosperidade do Ocidente em relação ao Leste Europeu;
- a crise económica do regime comunista;
- o surgimento do sindicato da Solidariedade na Polónia;
- as influências do Ocidente e seu efeito dominó.

No caso da Roménia, sendo que os fatores são os mesmos, contudo as especificidades na transição são claramente notórias e a maior sem dúvida foi ter acontecido uma forte revolução de contornos violentos provocando a queda do regime, facto esse que não aconteceu em mais nenhum dos países de regimes comunistas integrados no antigo designado Bloco do Leste.

Logo após esta revolução acontecida em Dezembro de 1989 inicia-se o processo de democratização neste país.

Seria o caos completo podendo ir até a uma guerra civil, se não se tivessem mantido em nome da estabilidade e de consenso, as instituições do anterior sistema comunista por parte dos atores políticos na época ou seja no período de 1989 até 1991. Se os valores políticos como o pluripartidarismo e as liberdades de expressão e movimentação integrassem nos princípios primordiais do novo regime instaurado, poderia a sociedade civil não o entender e assim o plano organizacional do principal partido de 1990-1991 decidiu permanecer o mesmo ao do antigo partido hegemónico no poder até aí.⁸⁴ (Emanuel Copilas, 2017)

Salientamos que todos os atores políticos que desempenharam funções principais ou funções intermediárias no contexto da altura pós – revolução tinham sido responsáveis na nomenclatura do estado comunista.⁸⁵ (Emanuel Copilas, 2017)

Agora de forma mais suave e ausente da pressão autoritária sempre exercida pelas instituições do antigo regime, nesta nova realidade a administração continuou exercendo a sua atividade estatal com todo o seu peso.

⁸⁴ Ibidem, pág.15-16

⁸⁵ Ibidem pág. 18

Até ao ano 1991, ano em que a Assembleia Constituinte aprovou uma nova Constituição, foi um período de grande complexidade e fricções. Fricções estas entre as formas de atuação ainda marcadas pelas características autoritárias do regime anterior e agora a tentativa de não ir contra as aspirações dos ideais democráticos da nova realidade sócio económica. ⁸⁶ (Emanuel Copilas, 2017)

No seguimento de eleições no ano de 1990 (20 de Maio) que deu origem a uma maioria parlamentar para a Assembleia e a um presidente (Ion Iliescu) legitimado pelo voto universal, apesar de algumas dúvidas quanto à sua credibilidade, foram consideradas por observadores internacionais presentes, de livres e justas.

A taxa de participação no voto foi cerca de 86% no que se pode traduzir numa enorme vontade de participação por parte dos cidadãos e naquilo que estas eleições representavam e também no facto de no anterior regime qualquer votação imposta por este, era de índole obrigatório. ⁸⁷ (Abraham, 2006)

É importante salientar que logo no seguimento das eleições no ano de 1990 as conquistas na área laboral como os cinco dias de trabalho semanal e o crescimento dos salários reais, foram significativos. Também os produtos ocidentais (mesmo os básicos) inexistentes porque eram proibidos até ao fim do regime anterior, começam a surgir no mercado romeno.

Ainda em 1990 (Outubro) surge a liberalização dos preços exceto aqueles relacionados com a energia e a propriedade.

Houve um crescimento do consumo no ano de 1990 de cerca de 24%, sendo que o crescimento normal nos últimos anos do regime comunista era considerado de apenas 1%.

Neste período, o estabelecimento na Roménia de novas empresas constituídas, aumentou de forma significativa, passando de 70.600 empresas no período de Janeiro de 1990 até Setembro de 1991 para 147.000 empresas no período até Junho de 1992.

Paralelamente a estes elementos positivos, o ano de 1991 foi um ano marcado por greves e conflitos sociais de contestação ao governo romeno. ⁸⁸ (Abraham, 2006)

Este período foi marcado fortemente por uma hiperinflação dos preços e dos salários, chegando mesmo os salários a aumentarem em cerca de 100% em menos de 6

⁸⁶ Ibidem pág. 18-19

⁸⁷ Abraham, F., in *Romania de la Comunism la Capitalism 1984-2004*, trad: A Roménia desde o Comunismo ao Capitalismo, Ed. Tritonic, 2006, pág.58

⁸⁸ Ibidem, pág. 239; 427.

meses. O sector privado não crescendo o suficiente, não conseguiu absorver a mão-de-obra resultante da reestruturação por parte do Estado do seu sector, tendo em conta que no regime comunista o Estado era o único empregador.

A produção industrial chegou a diminuir cerca de 20% em 1990 e 22% em 1991. Em 1990 também o PIB reduziu em cerca de 6% continuando sempre a reduzir nos anos 1991-1992. ⁸⁹ (Abraham, 2006)

A instabilidade política e social acompanhado de uma forte tributação de impostos conduziram ao fracasso da reforma económica que o governo tentou implementar.

Segundo vários analistas, pode-se considerar este período (1989-1992) dos mais complicados, havendo pouca informação em termos de detalhes, na história da política internacional da Roménia. ⁹⁰ (Abraham, 2006)

Tudo isto conduziu à pior crise económica de toda a transição na Roménia, em que o ano de 1993 foi o pico da crise, chegando o consumo interno a cair para quase metade em relação a 1990 e abaixo do nível do ano de 1980, período este ainda do antigo regime.

Principalmente devido a três fatores foi estabelecido ainda no primeiro mandato constitucional do presidente Ion Iliescu, um tratado político com a Hungria, tratado esse considerado a principal conquista da política internacional da Roménia. ⁹¹

Os três fatores foram:

- o desejo do presidente Ion Iliescu de conseguir uma forte normalização das relações crispadas existentes com a vizinha Hungria,
- a pressão externa nomeadamente europeia (uma das condições para a adesão futura à União Europeia) e
- uma questão de imagem prestigante à Roménia.

Tanto para a Roménia como para a Hungria era fundamental para a sua integração euro-atlântica a normalização das relações bilaterais entre estes dois países.

Por ocasião da comemoração do 55º aniversário da Arbitragem de Viena, e na tentativa de colocar um fim no diferendo histórico entre a Roménia e a Hungria, o presidente Ion Iliescu apresentou uma proposta consistente de reconciliação, conhecida de “histórica”, entre a Roménia e a Hungria. O modelo proposto foi baseado na

⁸⁹ Ibidem, pág. 243

⁹⁰ Ibidem, pág. 89

⁹¹ Ibidem, pág.19

reconciliação franco-alemã e com o objetivo de alcançar segurança e estabilidade na Europa Central em termos geoistóricos, construiu-se assim uma solução democrática europeia.⁹² (Abraham, 2006)

Com esta reconciliação entre a Roménia e a Hungria, eliminando uma provável evolução violenta interna na Roménia, consolidou-se um objetivo de paz.

Com esta reconciliação a participação da população de etnia húngara residente no território romeno, através de um partido político (designado UDMR) que a representava, tornou-se ativa com participação efetiva na vida política através de representação parlamentar.⁹³ (Abraham, 2006)

Esta medida conseguida pelo primeiro presidente eleito após o regime comunista, foi de uma importância extrema em termos de estabilidade interna, sendo que exigida pela União Europeia, como uma das condições para a adesão e que marcou a democratização na Roménia.

Na tentativa de se estabelecerem as fases de democratização na Roménia, embora o período de democracia neste país em termos temporais seja pouco alargado, há contudo uma fase fortemente partilhada na opinião de vários especialistas, que abrange o período de 1989-2004.⁹⁴ (Abraham, 2006)

O ano de 2004 é considerado o fim de um ciclo político que começou em 1989 considerado o fim da primeira grande etapa de transição e o início de um novo ciclo político e de integração internacional, como a adesão à NATO e o início das negociações para a integração da Roménia na União Europeia.⁹⁵ (Abraham, 2006)

Importa salientar a definição do termo *transição* embora já tenha sido mencionado atrás, consideramos necessário a sua reintrodução no contexto, fazendo o termo referência à passagem de um sistema ditatorial, autocrático e centralizado para uma sociedade pluralista em que predominam valores democráticos, com uma economia liberal e com os regulamentos do mercado.

Abraham argumenta na caracterização do novo ciclo baseando-se em vários tipos de argumentos. Um destes refere-se à classe política:

- a) *“a saída dos líderes políticos que desempenharam o papel central na época pós-comunista, sendo o expoente simbólico Ion Iliescu (o primeiro presidente eleito);*

⁹² Ibidem, pág. 93

⁹³ Ibidem, pág.93

⁹⁴ Ibidem, pág. 18-19

⁹⁵ Ibidem pág.19

- b) *“a tendência de estabilização pela coagulação da cena política, sendo o ano de 2004 o surgimento de dois grandes blocos políticos, sob a forma de duas alianças mínimas, uma política (Aliança “Justiça e Verdade” PNL-PD) e a outra eleitoral (a União Nacional PSD + PUR) embora em termos nominais, o número de partidos representados no Parlamento era o mesmo que nas eleições de 2000”;*
- c) *“uma visão maioritária dentro da classe política sobre o fim da transição: se Adrian Năstase, primeiro-ministro na altura, em 2002 tentou passar a ideia que nos encontrávamos numa fase de entrada na “pós-transição”, na promulgação do governo de Calin Popescu-Tariceanu em Dezembro de 2004, o primeiro-ministro proclamou, unilateralmente, “o fim da transição”.*
⁹⁶ (Abraham, 2006)

Assim, confirma-se o fim da transição essencialmente pela mudança no estatuto internacional que como já dissemos atrás motivado pela adesão à NATO e início das negociações para a entrada da Roménia na União Europeia. ⁹⁷(Abraham, 2006)

A integração numa organização como a NATO é um fator logo ambicionado porque é primordial para a segurança e defesa deste país (como outros países do antigo bloco de Leste também o desejavam) perante alguma ameaça de características autoritárias e saudosistas que ainda pudessem surgir, nomeadamente por parte do antigo poderoso parceiro, a Rússia.

Quanto à integração na União Europeia, desejo manifestado por parte da Roménia, é o garante da entrada numa rota irreversível de acabar com a intervenção por parte do Estado na economia, com a abertura do mercado aos privados através de privatizações, conduzindo assim a uma moderna economia de mercado.

O ano de 2004 não é de forma alguma o momento de importantes mudanças revolucionárias em termos clássicos, mas é a altura do culminar dum processo de acumulações de ajudas externas favoráveis para a implantação dos moldes democráticos. ⁹⁸ (Abraham, 2006)

As mudanças na sociedade e no sistema político deverão ser integradas nesta nova realidade. Muitos dos fenómenos específicos desta sociedade em transição têm

⁹⁶ Ibidem, pág.19

⁹⁷ Ibidem

⁹⁸ Ibidem, pág. 20

continuidade após o ano de 2004, mas este momento já é o ponto de não viragem ou seja de inflexão. ⁹⁹ (Abraham, 2006)

A Roménia pertence agora a um sistema internacional marcado pela globalização em que o sistema político e seus efeitos, devem perceber esta nova realidade.

E esta nova realidade implica o respeito pelo garante da constituição aprovada anos antes.

O quadro abaixo ilustra a caracterização política e democrática na Roménia no ciclo que abordamos de 1989-2004, ciclo este conforme o autor Abraham considerou:

Período	Presidente	Maioria parlamentar (% total de assentos na Câmara dos Deputados)	Primeiro-Ministro
1990-1992	Ion Iliescu (1º mandate) (FSN)	FSN (66.24)	Petre Roman (FSN)
		FSN ¹ + PNL (73.54)	Theodor Stolojan (n/p) ²
1992-1996	Ion Iliescu (2º mandate) (FDSN)	FDSN/PDSR ³ (34)	Nicolae Vacaroiu I (n/p) PDSR)
		PDSR + PRM + PUNR + PSM (51.60)	Nicolae Vacaroiu II (PDSR)
		PDSR (34)	Nicolae Vacaroiu III (PDSR)
1996-2000	Constantinescu (CDR)	CDR ⁴ + USD ⁵ + UDMR (58.29)	Victor Ciorbea (PNT-CD)
			Radu Vasile (PNT-CD)
		CDR + PD + PSDR + UDMR (58.29)	Mugur Isarescu (n/p)
2000-2004	Ion Iliescu (3º mandato) (PDSR)	PDSR ⁶ + UDMR (52,74)	Adrian Nastase (PDSR/PSD)

Fonte: Romanian Journal of Political Science, 2007, pág. 57

Nota:

FSN – Frente Nacional de Salvação

FDSN – Frente Democrática Nacional de Salvação (é o mesmo partido que FSN apenas com alteração no nome)

CDR – Convenção Democrática Romena

⁹⁹ Ibidem

PDSR – Partido de Democracia Social na Roménia
UDMR – União Democrática dos Húngaros na Roménia
PNL – Partido Nacional Liberal
PUNR – Partido da União da Nação Romena
PRM – Partido Roménia Grande
PSM – Partido Social de Trabalho
USD – União Social Democrata
PD – Partido Democrático
PNT – Partido Nacional Camponês

2º Capítulo - Regimes democráticos e não democráticos

2.1 Definições e caracterizações

Regimes democráticos

Como já foi referido no 1º capítulo, a democracia é um fenómeno demasiado complexo, cuja análise tem provocado ao longo dos tempos várias teorias filosóficas indiciando modelos e idealismos democráticos.

O fundamento de qualquer análise feita a regimes democráticos deverá ter sempre uma definição funcional sobre o que se entende pela democracia. É necessário, talvez até indispensável, proceder como Giovanni Sartori sugere, isto é, conseguir um equilíbrio instável mas proveitoso, entre os ideais formulados pela teoria democrática e as práticas empreendidas pelos regimes democráticos. ¹⁰⁰(Giovanni Sartori, 2016)

Na essência, o regime político democrático é baseado no sistema dos direitos humanos e liberdades, no acesso livre e igual dos cidadãos à participação na vida política, na determinação pela sua vontade da dinâmica e da qualidade do regime político.

A dinâmica democrática deste regime político tem como principal objetivo que o Estado tenha liberdade de ação no sentido de que os seus poderes políticos, económicos, culturais, educacionais não serem limitados ou subordinados a qualquer grupo que disputa o poder, pois qualquer identificação com estes em detrimento da maioria dos cidadãos pode levar a um regime antidemocrático.

¹⁰⁰ Giovanni Sartori, in *Parties and Party System: A Framework for Analysis*, 2016, disponível em: <https://pt.scribd.com/read/325618832/Parties-and-Party-Systems-A-Framework-for-Analysis>

A base para manter um regime democrático constitucional pode ser encontrada na competição permanente das estruturas pluralistas da sociedade civil e política. A esse quadro democrático é específico o fato de que os grupos e os cidadãos têm liberdade e autonomia sobre o poder do Estado, o que possibilita também que a oposição se manifeste como fator de equilíbrio do poder para construir valores democráticos. Entre os princípios e as normas em que se baseia o pluralismo político, destacamos, acima de tudo, a igualdade jurídica entre os partidos, o diálogo e o consenso político que significaria que cada partido político deve cumprir as mesmas condições legais para se registrar e funcionar e que os partidos têm as mesmas condições de participação nas eleições. O diálogo entre os partidos pressupõe principalmente o respeito mútuo, a circunscrição da luta política a disputa de ideias e nunca a tomada de confrontos violentos.

As eleições democráticas por meio de voto dos cidadãos é a forma legítima de funcionamento e controle do regime político democrático, tanto sobre o regime do poder como sobre a oposição. Neste contexto, o sistema político e o regime político caracterizam-se pela impossibilidade de monopolizar o poder, limitando a duração do mandato e a responsabilidade daqueles que foram eleitos. O poder é disperso, limitado, competitivo e democraticamente controlado, resultando numa redução permanente do poder político no processo de evolução democrática.

Na essência, um regime democrático deve basear-se permanentemente nos princípios da democracia e do Estado de direito.

Destacam-se as características dominantes do regime político democrático, da seguinte forma:

- a existência de uma variedade de instituições que permitam diversidade de interesses e opiniões;
- a existência do sistema multipartidário;
- a separação de poderes;
- a proclamação do princípio da justiça social e igualdade perante a lei;
- o acesso livre e igualitário dos cidadãos à participação na vida política;
- a manifestação da oposição como um fator de controle do poder e daí ao equilíbrio do regime democrático.

Sob o regime democrático, o pluralismo manifestar-se-á nas seguintes áreas:

- pluralismo ideológico - em qualquer sistema político, o pluralismo ideológico significa a livre expressão e diversidade de opinião, a ausência de uma doutrina oficial, a aceitação do direito à crítica, o reconhecimento da diferenciação das formas e métodos de desenvolvimento social;
- a existência de dois ou mais partidos que funcionam de forma legal e que atuam para conquistar o poder (ou seja participando nas eleições gerais e locais);
- a existência de diferentes órgãos, cada um exercendo um certo poder legislativo, executivo ou judicial.

Um regime totalmente democrático e verdadeiramente baseado no Estado de direito tem como primordiais as garantias constitucionais que tornem os mecanismos seguros e eficazes para garantir sempre os direitos humanos e a proteção de todos os cidadãos.

Estas incluirão um sistema de constituição que assegure que a participação do cidadão na liderança seja predominante, que o direito dos cidadãos de abordar questões fundamentais do estado, de escolher e de destituir os seus representantes, e também contribuir ativamente em todas as formas em que o poder é exercido.

Regimes não democráticos

Os regimes políticos antidemocráticos moldam-se no tempo e no espaço em função do desenvolvimento histórico particular da evolução dos sistemas e culturas políticas, das condições geopolíticas e da firmeza da tradição democrática. Desde aos paternalismos asiáticos até aos absolutismos medievais, e desde os despotismos orientais antigos até aos autoritários europeus, desde as ditaduras contemporâneas até aos totalitarismos do século XX, todos esses regimes giram em torno de um núcleo comum: *a ditadura*.

A ditadura é caracterizada pela concentração máxima do poder nas mãos de um pequeno grupo ou de uma única pessoa (o ditador), limitando ou suspendendo toda a atividade das instituições democráticas, e bem como suprimindo de forma opressiva os direitos e as liberdades civis em relação às instituições do poder.

Normalmente, a ditadura é exercida por recorrer constantemente a meios violentos para exercer o poder, destacando a vanguarda do sistema de poder de instrumentos de coerção e rigoroso controlo exercido pelo governo sobre a sociedade civil. A autoridade

suprema é absoluta e arbitrária, não sendo restringida pela lei, que esta se torna uma simples ficção em relação ao poder do ditador.

O termo “ditadura” deriva de latim, que significa *ordenar, dominar* de forma ilimitada uma pessoa ou grupo de pessoas. Em estreita conexão com essa noção, surgiu também a noção de “ditador”, que exprime a liderança exercida por uma pessoa com poderes arbitrários e ilimitados que não está sob o controlo do Estado ou de uma outra instituição política.

A ditadura solidifica-se com a Revolução Francesa, sendo então a palavra a ser utilizada pelos monárquicos contra o Terror. As noções de “ditadura” e “ditador” manifestaram-se na esfera do mundo antigo também na forma de monarquia absoluta durante o feudalismo.¹⁰¹(Luis Salgado de Matos, n.d.)

Em politologia, o termo de ditadura é idêntico ao de totalitarismo, absolutismo, despotismo ou autocracia, embora haja uma diversidade de opiniões na literatura da especialidade, sobre as características que definem a ditadura. Entre essas características pode-se lembrar: o caráter absoluto da autoridade suprema, a ausência de regras de sucessão; a falta de leis ou hábitos em virtude dos quais os ditadores respondem aos seus atos; a concentração do poder nas mãos de uma única pessoa, etc.

O politólogo francês Raymond Aron argumenta que as características definitórias de uma ditadura são representadas pelo monopólio de um único partido, a ideologia oficial do Estado, o monopólio do Estado sobre todo o poder, o caráter absoluto da autoridade soberana. A ditadura representa, assim, a característica principal de qualquer dominação.

A noção da ditadura é aparentável a que Linz propõe para o autoritarismo, contrapondo-o ao totalitarismo: um pluralismo limitado, sem ideologia orientadora sistemática e com uma vontade mobilizadora das massas apenas esporádica.

Neste trabalho, especialmente neste capítulo onde iremos abordar os regimes não democráticos, o nosso objetivo será mostrar como essencialmente o regime de Ceausescu na Roménia, partilhou muitas das características associadas à teoria dos regimes antidemocráticos, de Linz e Stepan, entre outros.

Estes autores, na sua obra, referem que existem cinco regimes a considerar:

- democrático,
- autoritário,
- totalitário,

¹⁰¹ Luis Salgado de Matos em Dicionário de Filosofia moral e política, pode ser verificado em: <http://ifilnova.pt/file/uploads>

- pós – totalitário e
- sultanista.

2.2 Regime totalitário

O totalitarismo como regime político é característico do século XX. Designa-se por uma nova realidade onde uma sociedade total ou quase total se rege sobre um único partido, formando um Estado com um governo que governa com base no terror e numa ideologia.¹⁰²(Caius Dobrescu, Cristian Bocancea, 2011)

Para uma melhor compreensão do fenómeno *totalitário*, é importante estabelecer o momento do nascimento do termo e a sua essência.

O termo “totalitário” foi usado pela primeira vez por Benito Mussolini num discurso em Outubro de 1925 e foi tomado aparentemente de Giovanni Gentile, sendo que este termo terá sido sempre acompanhado pelo Estado. No artigo escrito na *Enciclopédia Italiana*, em 1932, Mussolini chamará o estado fascista de *estado totalitário*. O termo é usado como uma etiqueta positiva e não pejorativa. Assim o adjetivo *totalitário* impõe-se pela primeira vez na Itália, entre os adeptos e os admiradores do fascismo, como sendo uma etiqueta positiva, e também depois como uma forma de caracterizar o fascismo italiano.¹⁰³(“La dottrina del fascismo 1933-xi,” 1933)

Na Alemanha, o termo “*totalitário*” surge em 1921 no trabalho do jurista político Karl Schmitt, em *Die ditadura*, um dos pensadores políticos do séc. XX, em que o teórico da doutrina do estado nacional-socialista está tentando dar legitimidade à ideia de Estado Total.

Paradoxalmente, na ideologia totalitária mas de outro tipo, a comunista, usa-se o termo totalitarismo também como uma etiqueta, mas desta vez como negativa, para caracterizar o fascismo e o nazismo.

No seu início e num primeiro período de circulação, o termo *totalitarismo* foi usado como uma etiqueta positiva ou negativa, dependendo da atitude ideológica do

¹⁰² Dobrescu, C., Bocancea, C., in Totalitarismul, de la origini la consecinte – trad: O Totalitarismo, desde a origem até às consequências, Romania Journal of Political Science, Vol.19, 2011, pag.37

¹⁰³ La dottrina del fascismo in Enciclopédia Italiana, 1933, pág.1

usuário, mas com referência apenas ao regime fascista ou nazista.¹⁰⁴ (Caius Dobrescu, Cristian Bocancea, 2011)

No mesmo sentido fala-se de totalitarismo também na Roménia nos anos trinta do século XX, numa época em que no espaço político romeno havia movimentos e partidos para os quais o fascismo italiano e o nazismo alemão representavam modelos.

O regime instaurado na Roménia por Carol II em 1938 era um regime de ditadura autoritária sem carácter totalitário, mas que se revela “*totalitário num contexto histórico e geopolítico bastante dramático e ameaçador para a Roménia, em junho de 1940, depois da ocupação da França, provavelmente para conquistar a simpatia por parte de Hitler e de Mussolini.*”¹⁰⁵ (Caius Dobrescu, Cristian Bocancea, 2011)

Para superar as dificuldades em definir o *totalitarismo* e fazer do conceito de *totalitarismo* uma ferramenta eficaz de conhecimento, Sartori, acredita que é necessário interpretar o conceito de totalitarismo como um modelo ideal e não como um modelo empírico.¹⁰⁶(Giovanni Sartori, 2016)

Hannah Arendt, uma das personagens históricas mais destacadas que debateu esse fenómeno ativamente, descreve na obra *Origens do totalitarismo*, os mecanismos que possibilitaram o estabelecimento de regimes totalitários, evidenciando as estruturas que garantem a sua manutenção e as consequências antissociais que geram.¹⁰⁷ (Caius Dobrescu, Cristian Bocancea, 2011)

No surgimento em 1956 da obra “*Totalitarian Dictatorship and Autocracy*” de Federich e Brzezinski, estes autores argumentaram numa conferência sobre o totalitarismo, que se trata de um sistema político específico, caracterizado por certas características que se inter-relacionam e se apoiam mutuamente. Segundo os dois autores, a existência de um sistema totalitário implica:

- 1) “uma ideologia oficial que publicita uma sociedade perfeita, oposta à existente sendo esta um progresso no mundo;

¹⁰⁴ Dobrescu, C., Bocancea, C., in *Totalitarismul, de la origini la consecinte* – trad: O Totalitarismo, desde a origem até às consequências, *Romania Journal of Political Science*, Vol.19, 2011, pag.37

¹⁰⁵ *Ibidem*, pág.115-116

¹⁰⁶ Giovanni Sartori, 2016 in *Parties and Party Sistem: A Framework for Analysis*, pág. 421

¹⁰⁷ Dobrescu, C., Bocancea, C., in *Totalitarismul, de la origini la consecinte* – trad: O Totalitarismo, desde a origem até às consequências, *Romania Journal of Political Science*, Vol.19, 2011, pág.160

- 2) um partido único de massa controlado por uma oligarquia que não leva em conta os interesses dos cidadãos, procurando satisfazer os seus interesses particulares;
- 3) o monopólio das armas controlado pelo governo;
- 4) o monopólio do Estado sobre a comunicação social;
- 5) um sistema político terrorista baseado nas aplicações modernas da psicologia de submissão, ou seja de aniquilar qualquer manifestação individual, de controlar a esfera privada até ao seu desaparecimento;
- 6) uma economia controlada e centralizada”.¹⁰⁸ (Ion Mitran e Pamfil Nichitelea, 2006)

Esta forma de definição do totalitarismo segundo as teorias de Federich e Brzezinski deu origem a várias críticas.

Em primeiro lugar, foi mostrado que não é possível determinar quais são as características definitórias dos sistemas totalitários. O monopólio do governo sobre os armamentos não pode ser considerado uma característica definitiva por ela também ocorrer nas democracias.¹⁰⁹ (Ion Mitran e Pamfil Nichitelea, 2006)

Uma ideologia oficial única também pode ser encontrada no caso de alguns regimes autoritários como no comunismo em que o controlo centralizado da economia está no Estado, e está menos presente ou mesmo ausente no caso do nazismo ou do fascismo italiano.¹¹⁰(Romulus Brancoveanu, Steve Sampson, 2013)

Hannah Arendt abre uma nova abordagem à interpretação do totalitarismo. O totalitarismo é o regime político de *dominação total* que é percebido pela autora como uma “*dominação permanente sobre todos os indivíduos em todas as esferas da vida*”. A dominação total não permite a livre iniciativa em nenhuma área da vida, nem qualquer tipo de atividade que não seja totalmente previsível e controlável. A dominação totalitária visa a abolição de qualquer fragmento de liberdade, “*até mesmo de aniquilar*

¹⁰⁸ Mitran, I., & Nichitelea, P., in *Politologie*, 2ª edição, Ed. Fundatia Romaniei de Maine, 2006, pag.93

¹⁰⁹ *Ibidem*, pág-93-94

¹¹⁰ Brancoveanu, R., Sampson, S., in *Comunism si postcomunism in Romania. Doua decenii de analiza politica*, -trad: Comunismo e Pós comunismo na Roménia. Duas décadas de análise política, in *Journal of Political Science*, Nº.173, Vol.21, 2013, pág.24-29

qualquer espontaneidade humana em geral, e não apenas uma restrição da liberdade, por mais tirânica que seja".¹¹¹ (Hannah Arendt, 2014)

Raymond Aron acredita que existem cinco elementos principais que definem o totalitarismo:

1. "o fenómeno totalitário aparece num regime que tem o monopólio da atividade política;
2. o partido monopolista tem uma ideologia que lhe confere uma autoridade absoluta e por conseguinte se torna a verdade oficial do estado;
3. para a propagação da ideologia, o monopólio sobre os meios violentos e de pressão é necessário;
4. a comunicação social está sob o comando do estado e seus representantes;
5. a grande maioria das atividades profissionais e económicas está sempre sujeita ao Estado, tornando-se contaminada pela ideologia oficial; como consequência, qualquer erro na economia ou na profissão torna-se um erro ideológico, defendendo a politização de qualquer atividade".¹¹² (Caius Dobrescu, Cristian Bocancea, 2011)

Na opinião de Aron, os regimes tornam-se totalitários partindo da intenção original que é a vontade de fundamentalmente transformar a ordem existente sempre de acordo com uma ideologia.

Linz e Stepan acreditam que o conceito do "*regime totalitário como um ideal type, com algumas aproximações próximas tem valor duradouro*".

"If a regime has eliminated almost all pre-existing political, economic, and social pluralismo, has a unified, articulated, guiding, utopian ideology, has intensive and extensive mobilization, and has a leadership that rules, often charismatically, with undefined limits and great unpredictability and vulnerability for elites and nonelites

¹¹¹ Hannah Arendt, 2014, pág.500

¹¹² Dobrescu, C., Bocancea, C., in Totalitarismul, de la origini la consecinta – trad: O Totalitarismo, desde a origem até às consequências, Romania Journal of Political Science, Vol.19, 2011, pág.37

alike, then it seems to us that it still makes historical and conceptual sense to call this a regime with strong totalitarian tendencies.”¹¹³ (Linz, 1996)

O totalitarismo denota uma penetração da política em todas as áreas da vida social. O poder político totalitário tenta “*penetrar no estado*”, na maioria das vezes, em todas as esferas da vida social, para eliminar qualquer contrapoder que possa surgir, ou qualquer recurso de tal possível contrapoder, para estabelecer a sua dominação, o controlo sobre toda a sociedade e sobre as pessoas que a compõe.¹¹⁴ (Caius Dobrescu, Cristian Bocancea, 2011)

*“Acima de tudo, o Líder Supremo está envolto no culto da sua personalidade. Exagero paroxístico do papel do líder do partido único, a ausência de alternativas políticas corretivas, aniquilação da sociedade civil e do diálogo social, a atomização do indivíduo alistado na <sociedade de massa>, a mentira e a incomunicação <idioma usado> da ideologia de cadência propagandística, a repressão física e a manipulação política - estes são os tons sombrios da imagem da sobrevivência de qualquer coletividade submetida à ditadura totalitária”.*¹¹⁵ (Caius Dobrescu, Cristian Bocancea, 2011)

Durante o regime de Ceausescu, na Roménia, aqueles que detinham o poder político, muitas vezes através de uma delegação do líder totalitário, eram relativamente poucos. Para esses, a participação na política e no desenvolvimento nas várias áreas da vida social, significava uma luta por uma posição vantajosa no aparelho burocrático do poder, poder esse dominado pelo líder totalitário. Para a maioria daqueles que vive sob um regime totalitário, a participação política real é mesmo impossível uma vez que esta é substituída unicamente pela mobilização para a execução de ordens de quem tem o poder real.

O poder político no regime totalitário não se limita a ficar apenas sob a responsabilidade da jurisdição controladora de qualquer atividade social, como no caso por exemplo do autoritarismo, mas este exerce-se em cada uma das várias estruturas e

¹¹³ Juan J. Linz & Alfred Stepan, Problems of Democratic Transition and Consolidation, 1996, Pág.40

¹¹⁴ Dobrescu, C., Bocancea, C., in Totalitarismul, de la origini la consecinte – trad: O Totalitarismo, desde a origem até às consequências, Romania Journal of Political Science, Vol.19, 2011, pág.5

¹¹⁵ Ibidem

em cada uma das atividades de carácter social.¹¹⁶ (Caius Dobrescu, Cristian Bocancea, 2011)

O objetivo ideal não é apenas uma sociedade controlada, mas sim uma sociedade autocontrolada, que se apropria do comando do poder, seja ele qual for. O partido-estado no totalitarismo tem o papel de não apenas controlar toda atividade social, mas de implementar uma construção monofónica constituída por instituições, organizações, grupos com poder que têm os mesmos objetivos, que realmente adquirem os propósitos do estado-partido e que se propõem mobilizar cada indivíduo para assim alcançar esses objetivos e eliminar qualquer possível oposição que venha a surgir.

*“Quando uma certa parte de uma sociedade, reivindicando o expoente de toda a sociedade, chega a subjugar através da ditadura total do partido único, a sociedade massificada e os indivíduos despersonalizados, podemos dizer que sim, o totalitarismo está estabelecido”.*¹¹⁷ (Caius Dobrescu, Cristian Bocancea, 2011)

*“O paradigma da subjugação de toda a sociedade por uma única pessoa, a do partido único que confisca o poder do estado em nome da nação de todo o povo, é comum aos regimes totalitários da extrema-esquerda e da direita. As semelhanças entre o comunismo estalinista, o fascismo de Mussolini, o nazismo do Hitler, a Revolução Cultural Maoísta e o regime Khmer Vermelho de Pol Pot, são importantes do ponto de vista da essência e finalidade política, essas formas de totalitarismo seguiram igualmente o extermínio da oposição, a destruição da sociedade civil, a desresponsabilização individual”.*¹¹⁸ (Caius Dobrescu, Cristian Bocancea, 2011)

O totalitarismo conduz ao isolamento das pessoas, fenómeno que Arendt descreve através de dois aspetos: por um lado, o isolamento tem o efeito de destruir o relacionamento entre as pessoas, o que acontece nos estados totalitários através do terror; por outro lado, o isolamento leva à destruição da relação entre as pessoas e a realidade, através da intervenção da ideologia. Ou seja, o isolamento é o não discernimento da realidade entre a verdade e o falso. Na análise de Arendt, o terror e a ideologia são os dois mecanismos pelos quais o totalitarismo conseguiu alcançar a total dominação humana, isolando-os dos outros e da realidade. Segundo Arendt, estes mecanismos só poderiam ser eficazes se fossem colocados em prática de forma

¹¹⁶ Ibidem pág.4-5

¹¹⁷ Ibidem, pág.5

¹¹⁸ Ibidem, pág. 6

continua. É por isso que os governos totalitários conseguiram, por ter desenvolvido “*um movimento constante em movimento, ou seja, a dominação total de cada indivíduo isolado em todas as esferas da vida*”.¹¹⁹ (Hannah Arendt, 2014)

Logo, a estratégia de todos os governos totalitários era a permanência de este designado movimento.

A Roménia tornou-se um estado totalitário de tipo estalinista em Dezembro de 1947. O regime político é baseado na concentração do poder nas mãos de um único partido: o Partido Comunista da Roménia (que de 1948 a 1965, após a fusão em 1948 com o Partido Social Democrata, teve o nome de Partido dos Trabalhadores Romenos). Gheorghe Gheorghiu-Dej, o secretário-geral do partido na altura, foi o primeiro ditador romeno comunista. Durante o período de totalitarismo na Roménia que durou até à queda do regime em 1989 foram aprovadas três constituições (em 1948, 1952 e 1965).

Tal como atrás já se disse, a Roménia tornando-se um Estado totalitário a partir do ano de 1947, o Estado baseou-se pela Constituição de 1948, inspirada no modelo estalinista.

De acordo com esta:

- o monopólio do poder pertencia ao partido único;
- o principal órgão governamental do estado era o Presidente da Grande Assembleia Nacional;
- todas as áreas da vida social estavam sob o controlo do estado;
- o princípio da separação de poderes foi completamente abolido;
- os direitos e as liberdades dos cidadãos eram restritos, sem qualquer forma de oposição política permitida.¹²⁰(Deletant, 2010)

No seguimento da introdução da Constituição de 1948 deu-se início a uma série de restrições, começando com a liquidação gradual do regime parlamentar na Roménia, a abolição dos partidos históricos-tradicionais, da monarquia e a proclamação da República Popular que se tornou mais tarde “Socialista”. Através deste fenómeno

¹¹⁹ Hannah Arendt, 2014 pag.406

¹²⁰ Deletant, D., in Romania sub regimul communist – trad:A Roménia sob o regime comunista Ed. Fundatia Academica Civica, 2010, pág.90-93

observa-se na sociedade política romena como foram aplicadas a doutrina e a ideologia comunista sempre baseando-se no modelo soviético e utilizando as normas e as práticas estalinistas nomeadamente a da Constituição Soviética de 1936. ¹²¹(Deletant, 2010)

O Ministério de Educação na altura proibiu algumas das disciplinas existentes no ensino e introduziu apenas os livros que tinham uma incorporação marxista-estalinista. A língua russa tornou-se uma língua obrigatória e também a história do Partido Comunista Bolseviq e a geografia da U.R.S.S faziam parte das disciplinas obrigatórias no ensino romeno. “*Este foi o principal instrumento para a implantação da ditadura do Estado em todas as esferas da vida social com a dissolução da sociedade civil, com consequências extremamente negativas a partir daí para o desempenho da vida democrática romena*”. ¹²²(Angela Banciu, 1999)

Decorrendo desde 1948 o período das transformações socialistas da sociedade que ainda estavam numa fase inicial o governo entendeu elaborar uma nova Constituição no ano de 1952, Constituição esta que se pretendia reforçar e legitimar de forma consistente a permissão ao partido comunista único no poder, a obter uma *legalização* do monopólio de todas as decisões políticas. ¹²³(Angela Banciu, 1999)

Assiste-se durante dez anos, entre 1948-1958, na sociedade romena à implantação do modelo soviético estalinista, da edificação do socialismo sustentado numa política autoritária com métodos brutais contra as populações.

A partir de 1958 (com a saída das forças militares soviéticas da Roménia) e até 1964 devido à difícil situação económica no país, iniciou-se uma tentativa de distanciamento das políticas e diretrizes militares oriundas da União Soviética, tendo contudo o regime romeno continuado na linha comunista. Este distanciamento da União Soviética deveu-se essencialmente à tentativa de procurar internacionalmente apoio na liberalização económica no país que conduzisse à sua normalização. Com a subida ao poder de Ceausescu em 11 de Julho de 1965, foi elaborada uma nova Constituição nesse

¹²¹ Ibidem, pág.90-91

¹²² Banciu, A., in Romania Journal of Sociology Nº.3-4 – Totalitarism si Involuție constituțională în regimul comunist din România, - trad: Totalitarismo e involução constitucional do regime comunista na Roménia, 1999, pág. 408, disponível em: <http://arhiva.revistadesociologie.ro/index56>

¹²³ Ibidem

ano e foi então proclamada na Roménia a República Socialista.¹²⁴ (Angela Banciu, 1999)

A Constituição de 1965 vigorou por todo o tempo do regime de Ceausescu até à Revolução de 1989.

Tal como é característico em qualquer regime totalitário o controlo total sobre a comunicação social era imprescindível. A Roménia não foi exceção. Desde Gobbles a Estaline, todos os regimes totalitários sabiam de forma consciente que para combater um presumível surgimento de oposição seria de extrema importância impedir a difusão de notícias e informações. Isto porque, qualquer tipo de comunicação podia levar a verdades alternativas logicamente em conflito com a verdade oficial do regime.

*“O monopólio absoluto do poder e da autoridade mantidos pelo líder torna-se o mais evidente na relação entre ele e o chefe de polícia, uma personagem que, num país totalitário, ocupa a posição pública mais forte”.*¹²⁵ (Hannah Arendt, 2014)

*“A tarefa de um agente da polícia num regime totalitário não é de investigar e combater a criminalidade, mas sim de obedecer às ordens quando o líder decide prender uma certa categoria de pessoas da sociedade”.*¹²⁶ (Hannah Arendt, 2014)

Segundo o politólogo romeno Daniel Barbu, o monopólio totalitário, no final da sua história, tornou-se irreconhecível na Roménia pelos seus primeiros dirigentes. Aqueles que eram da hierarquia comunista do tempo do primeiro ditador romeno comunista Gheorghe – Gheorghiu Dej, manifestaram-se contra a dissidência do Ceausescu ou melhor dizendo, *“os marxistas internacionalistas da década de 1950 tornaram-se numa minoria marginal dentro do monopólio partidário”.*¹²⁷ (Barbu, 2004)

*“Embora o objetivo central do comunismo não fosse de reprimir tudo o que poderia ser oposto, não é menos verdade que a violência repressiva fez, sem dúvida, parte da história do totalitarismo romeno”.*¹²⁸ (Barbu, 2004)

Desde as décadas de 1950 a 80, centenas de milhares de pessoas conscientes de um problema social e métodos criminosos, que nada tinham a ver com uma ética social,

¹²⁴ Ibidem, pág.409-413

¹²⁵ Hannah, A., in The Origins of Totalitarianism, Ed. Humanitas, 2014, pág. 501

¹²⁶ Ibidem, pág. 525

¹²⁷ Barbu, D., in Republica absenta, Ed. Nemira Bucureste, 2004, pág. 52-53

¹²⁸ Ibidem, pág.114

foram mortos, torturados, aprisionados, perseguidos, humilhados, não por um crime em especial que tivessem praticado, mas simplesmente por aquilo que eram como cidadãos e pelo que acreditavam.

Para a elite política dos regimes totalitários do tipo comunista (como para as ideologias do marxismo no geral), também o consumismo era um sinal de decadência e de desigualdades sociais nas sociedades capitalistas. Logo no início de 1980 quando a indústria da publicidade tornou-se mais ativa, divulgando alguns novos produtos aos consumidores mais nas sociedades capitalistas e em menor escala nas sociedades socialistas, na Roménia sob o regime de Ceausescu, surgiram leis para restringir o consumo e punir com prisão de seis meses a cinco anos, aplicadas aos cidadãos que: *“adquirissem em qualquer estabelecimento comercial público ou em lojas de cooperativa, com o fim de armazenar ou em quantidade que excedessem as necessidades de uma família por mês, dos alimentos básicos como o óleo, açúcar, farinha, arroz, café e outros produtos alimentares cujo armazenamento pudesse afetar os interesses de outros consumidores e a distribuição adequada à população.”*¹²⁹ (Hlihor, 2016)

Devido a estas circunstâncias, foram assim inseridas as famosas *rações*, (também já referidas no 1º capítulo deste trabalho), por introdução do decreto-lei que entrou em vigor em 9 de outubro de 1981.

Barbu D, no seu livro cita: *“Mesmo autores extremamente cautelosos em relação à utilização do termo totalitarismo e convencidos pela incapacidade do regime de sobrepor inteiramente a sociedade oficial sobre a sociedade real são forçados a admitir, de certa forma ideal – típico, que “ [o partido] era não apenas uma elite dominante ou uma categoria privilegiada; mas foi e permanece por sua definição uma força totalitária [...] Ele constantemente recusou a separação entre sociedade e estado; [...]”*¹³⁰ (Barbu, 2004)

¹²⁹ Pág.161

¹³⁰ Alain Touraine in Analyse d'un mouvement social, Pologne 1980-1981, in Barbu Daniel, no seu livro Republica absentă, Ed.Nemira, 2004, pág. 64

2.3 Regime sultanista

Nada melhor do que a caracterização de Linz e Stepan para explicar-se este subtipo de regime político.

*“A realidade essencial num regime sultanista é que todos os indivíduos, grupos e instituições estão sujeitos permanentemente à intervenção imprevisível e despótica do sultão, e, por conseguinte, todo o pluralismo torna-se precário”.*¹³¹ (Linz, 1996)

Segundo as tipologias de regimes políticos descritas por Linz e Stepan, o regime de Ceausescu na Roménia poderá ser enquadrado na tipologia do regime sultanista, com fortes acentos totalitários. A Roménia desde o período de 1974 a 1989 teve um regime sultanista caracterizado em grande parte por uma dominação personalizada e arbitrária do líder Ceausescu.¹³² (Linz, 1996)

Linz adota o termo “sultanismo” de Max Weber e que o associa a um *subtipo* de autoridade tradicional, caracterizado como uma forma extrema de *patrimonialismo*.

Para Weber o *“patrimonialismo e, no caso extremo, o sultanismo, surge sempre que a dominação tradicional desenvolve uma administração e uma força militar que são instrumentos puramente pessoais do líder... Onde a dominação... opera basicamente com base na discricção, ela será designada de sultanismo...”*¹³³(Jason M. Brownlee, 2002)

Desta forma os estados sultanistas nunca utilizam atitudes governamentais no sentido de desenvolver uma dinâmica baseada no mérito.¹³⁴(Jason M. Brownlee, 2002)

No entender de Chebabi e Linz, o sultanismo torna-se uma expressão de degeneração ou de atuação deficiente da autoridade legal e racional.¹³⁵(Jason M. Brownlee, 2002)

O sultanismo contemporâneo, segundo Linz, é caracterizado pela personalização excessiva do poder político, que é exercida de forma quase arbitrária e é apoiado por grupos beneficiados por esse regime. A lealdade desses grupos ao líder não se baseia no seu carisma ou na adesão a uma ideologia, pelo contrário trata-se de *“uma mistura de medo de repressão com a distribuição de recompensas materiais”*.¹³⁶ (Linz, 1996)

¹³¹ Linz y Stepan, in Problems of Democratic Transition and Consolidation. Johns Hopkins University Press, Baltimore and Londres 1996, pág.52

¹³² Ibidem pág. 354-356

¹³³ Ibidem pág. 51

¹³⁴ Jason M. Brownlee, 2002, pág. 480

¹³⁵ Ibidem, pág.480-481

¹³⁶ Ibidem

Se o regime totalitário é um regime que *“eliminou quase todo o pluralismo político, económico e social preexistente, que tem uma ideologia unificada, articulada, orientadora e utópica, que tem intensa e ampla mobilização e tem uma liderança que governa, muitas vezes carismaticamente, com limites indefinidos e grande imprevisibilidade e vulnerabilidade para as elites e não-elites”*¹³⁷, já num regime sultanista *“pode haver pluralismo social e económico extensivo, mas quase nunca pluralismo político, porque o poder político é tão diretamente relacionado à pessoa do governante.”*¹³⁸ (Linz, 1996)

Uma outra característica do regime sultanista é a ausência de uma ideologia dominante. Essa ideologia tinha muitas das características – padrão do marxismo-leninismo: *“um foco na propriedade coletiva, o papel de vanguarda do partido e a articulação de objetivos utópicos”*.¹³⁹(Linz, 1996)

Uma política sólida de industrialização e o plano aterrador de eliminar a distinção rural-urbana, demolindo cerca de sete mil aldeias tradicionais e colocando as suas populações à força em prédios de três ou quatro andares, representando desta forma a submissão da especificidade da sociedade em nome de uma ideologia totalizante e abstrata. Linz argumenta também que no regime sultanismo não há *“ideologia elaborada e orientadora”*, mas uma *“manipulação altamente arbitrária de símbolos”* e *“uma glorificação extrema do líder”*.¹⁴⁰ (Linz, 1996)

O termo sultanista, segundo Linz, também define um tipo de regime político que não pode ser totalmente assumido nem ao totalitarismo e nem ao autoritarismo, no sentido clássico dos dois conceitos, há uma combinação de características de ambos esses regimes.¹⁴¹(Linz, 1996)

De acordo com Linz e Chebabi o regime sultanista tem as seguintes características, embora em diferentes combinações e em diferentes graus:

- fusão do espaço público com o privado para o líder;
- as normas legais-rationais são descartadas ou distorcidas, e nenhum projeto ideológico sério é seguido;

¹³⁷ Linz, J. & Stepan. A, 1996, in Problems of Democratic Transition and Consolidation, pág.40

¹³⁸ Ibidem, pág. 53

¹³⁹ Ibidem, pág. 354

¹⁴⁰ Ibidem, pág.52

¹⁴¹ Ibidem pág.52

- a mobilização das massas toma a forma de cerimónias ou grupos paraestatais associados ao líder, muitas vezes passa o poder para os membros da família próxima;
- o regime desconsidera os direitos de propriedade, concentrando a riqueza nas suas próprias mãos à medida que a corrupção se espalha pelos mais altos níveis de governo;
- e por último, mas não menos importante, caracterizado por liderança pessoal sem restrições. ¹⁴²(Jason M. Brownlee, 2002)

Reconhecendo especificamente que nenhum caso combina perfeitamente com o tipo ideal sultanista, Chehabi e Linz discute os regimes específicos em termos das suas tendências sultanistas. Estes autores diferenciam os regimes sultanistas de sistemas totalitários onde “*os governantes totalitários seguem a sua missão ideológica, enquanto os líderes sultanistas buscam enriquecimento pessoal através do abuso caprichoso do poder*”.¹⁴³ (Linz, 1996)

Juan J. Linz e Alfred Stepan procuram estabelecer uma correlação entre o modelo do antigo regime e o percurso da democratização pós-comunista e sugerem que as perspetivas da Roménia são menos favoráveis do que as de seus vizinhos do Leste Europeu, devido ao fato de o regime de Ceausescu ter sido uma combinação peculiar de *sultanismo nacionalista e totalitarismo*.¹⁴⁴ (Linz, 1996)

Durante o final dos anos 1970 e 1980, a Roménia perdeu o percurso para o pós-totalitarismo, o que poderia ter facilitado uma transição pacífica. Em vez disso, acrescentou elementos sultanistas a um regime totalitário resiliente. O cenário da destalinização foi evitado sob o primeiro ditador comunista romeno Gheorghe Gheorghiu-Dej, e Ceaușescu acalmou o nacionalismo para afirmar a sua supremacia dentro do partido, durante os seus primeiros anos no cargo. Mas depois de 1974, o regime adquiriu cada vez mais características sultanistas, sem deixar de ser totalitário.¹⁴⁵ (Linz, 1996)

Linz e Stepan interpretam, de um ângulo dinástico, a ascensão de Elena Ceaușescu, sua esposa, aos cargos mais altos do partido e do Estado, assim como as posições de outros membros familiares do Nicolae Ceaușescu, como uma das

¹⁴² Brownlee, Jason.M., 2002, pág. 480, verificado em: <http://www.jstor.org/stable/4146949>

¹⁴³ Ibidem pág. 481

¹⁴⁴ Linz, J. & Stepan. A, 1996, in Problems of Democratic Transition and Consolidation, pág.357

¹⁴⁵ Ibidem, pág.349-350

características do regime sultanista, passando o poder para os seus familiares.¹⁴⁶ (Linz, 1996)

A personalização da liderança foi ilustrada principalmente pelo lançamento do culto à personalidade de Ceaușescu e também pelo seu crescente envolvimento na política pública, superando quaisquer obstáculos tecnocráticos.¹⁴⁷(Linz, 1996)

Segundo Linz, o politólogo romeno e professor na Universidade de Oxford Tismaneanu captura habilmente o poder despótico pessoal de Ceausescu: “*ele comporta-se como um monarca absolutista, humilhando a burocracia partidária (seus vassallos) e tratando os cidadãos como sua propriedade*”.¹⁴⁸ (Linz, 1996)

Uma personalização tão extrema do poder significa inevitavelmente “*que não havia autonomia institucional ou pluralismo na Roménia*”.¹⁴⁹ (Jason M. Brownlee, 2002)

Os fortes impulsos sultanistas dentro do regime de Ceausescu enfraqueceram a sua função de orientação, de modo que as declarações ideológicas do regime tornaram-se bastante contraditórias, incoerentes e oportunistas. Afinal, os regimes sultanistas penetram na sociedade “*de um modo muito desigual*” e, portanto, não alcançam o controlo profundo sobre as populações como os regimes totalitários arquetípicos abordaram (por exemplo, a Alemanha nazi e a Rússia estalinista).¹⁵⁰ (Jason M. Brownlee, 2002)

2.4 Regime pós-totalitário

Voltando à teorização de Juan J. Linz e Alfred Stepan, uma breve discussão do conceito de pós-totalitarismo considera-se muito oportuna. Linz e Stepan acreditam que os regimes totalitários podem sofrer uma evolução para regimes pós-totalitários. Por sua vez, o pós-totalitarismo não é estático e pode ter três formas principais para evoluir ao longo do tempo:

1 - “*early post-totalitarianism*”, ou seja são aqueles que acabaram de começar um processo de mudança. As alterações que este regime sofre são mínimas, como por exemplo o mais destacado é em relação ao líder, o constrangimento perante a ação do líder.

¹⁴⁶ Ibidem, pág.350-351

¹⁴⁷ Linz, J. & Stepan. A, 1996, in Problems of Democratic Transition and Consolidation, pág.350-354

¹⁴⁸ Ibidem, 351

¹⁴⁹ Ibidem

¹⁵⁰Brownlee, Jason M., 2002, pág.480, verificado em: <http://www.jstor.org/stable/4146949>

Na ausência de alterações significativas a transição de *early post – totalitarianism* para a democracia torna-se difícil e bastante complicada.

2 - “*frozen post-totalitarianism*” – já neste regime existe mais tolerância às atividades críticas da sociedade civil. No entanto, este tipo de regime mantém intactos os seus mecanismos de controlo.

3 - “*mature posttotalitarianism*” – já neste caso, existe alterações significativas em todas as componentes já aqui mencionadas (pluralismo, ideologia, mobilização e liderança), embora o papel do partido não está ainda em discussão. ¹⁵¹(Linz, 1996)

Nos regimes pós-totalitários as características do regime têm variações. Um certo grau de pluralismo social poder-se-á desenvolver no que se refere à economia secundária e à cultura secundária, mas nenhum pluralismo político institucionalizado é tolerado pela elite, pelo menos até às fases finais que podem abrir caminho para uma transição democrática. O estado continua a ter uma presença forte na economia. ¹⁵²(Abraham, 2006)

Para um melhor esclarecimento apresentar-se-á as características do regime pós-totalitário, segundo Linz.

Características	Regime pós-totalitário
Pluralismo	Limitado, mas não existe um pluralismo social, económico e institucional responsável. Quase nenhum pluralismo político, porque o partido ainda tem formalmente o monopólio do poder. Pode existir uma segunda economia mas o estado continua a ter uma presença forte. No pós-totalitarismo maduro, a oposição frequentemente cria uma segunda cultura ou uma sociedade paralela.
Ideologia	A ideologia orientadora continua a existir oficialmente e faz parte da realidade social.
Mobilização	Perda progressiva de interesse por líderes e não líderes envolvidos na mobilização de organizações.
Liderança	Ênfase crescente da elite política pós-totalitária na segurança pessoal.

[Fonte: Problems of democratic Transition and Consolidation, Linz & Stepan, pág. 44-45]

¹⁵¹ Linz, J. & Stepan. A, 1996, in Problems of Democratic Transition and Consolidation, pág.42-43

¹⁵² Ibidem, pag. 43-45

Após a queda do regime totalitário de Ceausescu em Dezembro de 1989, a Roménia enfrentou um período confuso, em que uma nova democracia estava gladiando com um passado *totalitário*, profundamente enraizado nos mecanismos psicológicos da maioria dos cidadãos.¹⁵³(Ion Iliescu, 2011)

Existiram momentos de alternância na instauração da democracia através de eleições livres. Houve também falhas das instituições de tipo democrático com aproveitamento das forças hostis da democracia liberal.

Considera-se importante salientar que, o ritmo das transformações democráticas foi muito mais lento que por exemplo em outros países do Leste Europeu, tendo entrado a Roménia numa zona periférica dominada por instabilidade da qual saiu com muita dificuldade.¹⁵⁴ (Abraham, 2006)

As primeiras eleições livres após a queda do regime totalitário na Roménia ocorreram no dia 20 de Maio de 1990. *“As eleições de Maio concluíram uma primeira grande fase da nossa Revolução, marcando do ponto de vista político, a rotura do sistema totalitário e da sua ideologia e a abertura do caminho para a criação de uma sociedade livre e democrática baseada no respeito e garantia dos direitos humanos fundamentais”*.¹⁵⁵ (Abraham, 2006)

O presidente eleito tinha sido criticado pela oposição por se tratar de uma pessoa comunista que tinha pertencido ao regime na qualidade de primeiro-secretário (cargo correspondente ao primeiro-ministro). Mas para a maioria do povo romeno que tinha acabado de sair à tão pouco de um regime totalitário, muito fechado, o presidente eleito era uma prova de competência perante a sociedade romena.¹⁵⁶ (Abraham, 2006)

A primeira experiência eleitoral de tipo democrático foi fortemente marcada pela mentalidade pós-totalitária e pela maneira como a distribuição do poder na revolução resultou. *“O eleitorado não tinha uma perceção precisa da relação entre o poder e oposição ou da forma que o sistema democrático deveria ter”*.¹⁵⁷(Abraham, 2006)

¹⁵³ Abraham, F., in Romania de la Comunism la Capitalism, 1984-2004, trad: A Roménia desde o Comunismo ao Capitalismo, 1984-2004, Ed. Tritonic B, 2006, pág. 602

¹⁵⁴ Ibidem

¹⁵⁵ Ion Iliescu - primeiro presidente eleito após a queda do regime, no seu livro *Fragmente de viață și de istorie trăită* - trad: Fragmentos de vida e história vivida, Ed. Litera, 2011, pág.143, disponível em: <https://pt.scribd.com/read/316148335/Fragmente-de-viață-și-de-istorie-trăită>

¹⁵⁶ Abraham, F., in Romania de la Comunism la Capitalism – trad.: A Roménia desde Comunismo ao Capitalismo, 1984-2004, Ed. Tritonic B, 2006, pág. 57

¹⁵⁷ Ibidem

A democracia nesta primeira fase traduzia-se num nível elementar, o de eleições livres e justas.

Devido ao facto de na Roménia comunista não haver nenhuma forma de oposição significativa, mesmo sob a forma de algumas correntes alternadas dentro do partido comunista, “*o pluralismo real desenvolveu-se de forma difícil e com especificidades em relação aos outros estados pós-comunistas*”.¹⁵⁸(Ion Iliescu, 2011)

Muito mais complicado foi a governação por parte do governo, e especialmente à gestão da economia, no contexto do colapso do sistema da economia estadista, tanto na Roménia em Dezembro de 1989, como nos países vizinhos que eram na maioria membros do CAER, importantes parceiros comerciais da Roménia.

Embora tenha havido uma “*estratégia de transição para a economia de mercado*” elaborada com a participação de muitos especialistas económicos, académicos, universitários, os problemas de transformação do sistema mostraram-se complexos e deveras difíceis. Uma medida imposta pelas novas realidades, com efeito imediato na economia e na vida social, foi a liberalização de preços, que destacou a enorme discrepância entre a realidade económica dos custos de produção e os preços de mercado, determinada pela arbitrariedade das medidas administrativas que o Estado já não as podia suportar.¹⁵⁹(Ion Iliescu, 2011)

“*A Roménia foi obrigada, após o período difícil na década de noventa, devido às ainda fortes medidas de austeridade impostas por Ceausescu para o pagamento das dívidas externas, optar pela solução de reformas graduais, uma vez que não teve qualquer apoio externo do qual a Polónia e Hungria beneficiaram, países que apesar de terem dívidas muito grandes, receberam financiamentos externos substanciais, de tal forma que a chamada “terapia de choque” aplicada a esses dois países foi apoiada grandemente pela ajuda externa, da qual a Roménia não pôde contar*”.¹⁶⁰(Ion Iliescu, 2011)

Na análise à implementação e funcionamento do Estado na Roménia salienta-se as grandes dificuldades encontradas na transição de um estado com um regime pós-totalitário para uma sociedade livre e onde os valores democráticos se tornam preponderantes. Destaca-se que o ponto fraco da jovem democracia romena eram as suas instituições públicas. A ideia de transparência do funcionamento dos serviços

¹⁵⁸ Ion Iliescu - o primeiro presidente eleito após a queda do regime, in *Fragmente de viață și de istorie trăită* - trad: Fragmentos de vida e história vivida, Ed. Litera, 2011, pág.56

¹⁵⁹ Ibidem, pág.208

¹⁶⁰ Ibidem, pág.243

públicos e da forma como o dinheiro foi gasto não teve qualquer vinculação na sociedade existindo uma tradição de parasitismo do Estado. ¹⁶¹ (Jacques Rupnik, n.d.)

Apesar dos desenvolvimentos bastante consideráveis naquela altura a seguir à queda do regime comunista nos países de Leste Europeu, alguns autores tal como Jacques Rupnik, tinham uma imagem bastante obscura.

Jacques Rupnik declara em 1994: “*Le blues pós-totalitário assombra os países da outra Europa. A euforia da queda do comunismo foi seguida por decepção, desorganização social e, às vezes, até do surgimento de novos perigos. A união dos grandes grupos democráticos quebrou e a magnitude das dificuldades económicas faz ganhos políticos aos olhos da população. Em vez de sociedades civis, uma paisagem fragmentada é revelada, consistindo em corporações e juramentos de crença da comunidade*”.¹⁶²(Avelas Nunes, 2010)

2.5 Regime autoritário

Muitas vezes, na linguagem quotidiana ouve-se o termo *totalitarismo* a ser associado à ditadura, ao despotismo, à tirania e não por último ao *autoritarismo*. Embora o autoritarismo seja um conceito contemporâneo do totalitarismo, este refere-se a outro tipo de regime político diferente do de totalitário.

“*Face ao conceito do totalitarismo, o autoritarismo implicaria diferenças significativas em termos de grau e natureza. A classificação do regime autoritário implica por um lado, limitações a liberdades e direitos nucleares para sistemas demoliberais ou democráticos. Resulta, em sentido inverso, na manutenção de níveis relativamente elevados de pluralismo, tanto no interior de ditadura, como na sociedade civil em geral.*”¹⁶³(Avelas Nunes, 2010)

Uma definição considerada por referência ao autoritarismo é a de J. Linz, que sintetiza as características desse regime político.

O autoritarismo no seu entender é “*um regime com um pluralismo político limitado, não responsável, sem uma ideologia elaborada e enformadora (mas com uma mentalidade peculiar), sem mobilização política intensa ou extensa (exceto em alguns momentos da sua evolução), e nos quais um líder (ou quanto muito um grupo reduzido)*

¹⁶¹ Rupnick, J., in *L'autre Europe - Le système politique à l'épreuve de la transition*, pág.36-37

¹⁶² Ibidem, pag.37

¹⁶³ Avelas Nunes, J. P., in *O estado novo e o volfrâmio (1933-1947)*, Ed. Coimbra, 2010, pág.28

exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas na realidade bastante perceptíveis".¹⁶⁴(Juan Linz, 2015)

O pluralismo político limitado, segundo Linz é dado por várias razões, como por exemplo, os grupos autorizados que mantêm e exercem o poder político são poucos; são legitimados pelo líder; têm âmbitos autónomos de reconhecimento, até certo ponto demarcadas; eles não estão de forma alguma em competição uns com os outros. Enquanto o pluralismo democrático baseia-se quase sempre no facto de ser ilimitado, responsável e competitivo.

*“A diferença entre pluralismo autoritário e pluralismo democrático radica no facto de o segundo ser, em princípio, ilimitado; não é apenas tolerado, mas legítimo, e a participação aberta na luta pelo poder, através de partidos políticos, está institucionalizada.”*¹⁶⁵ (Juan Linz, 2015)

O termo autoritário pressupõe regimes não democráticos, indiciando abuso de autoridade, uma autoridade opressora que atinge a liberdade dos cidadãos.

Para uma análise do regime autoritário nas suas diferentes formas, Linz considera obrigatório examinar os estilos de liderança e os diferentes modos de conceber a relação entre o poder do Estado e a sociedade. Uma vez que Linz entende por ideologia um pensamento rígido e de certa forma codificado, ele atribui por conseguinte, por considerar mais acertado ao regime autoritário a existência de uma *mentalidade*. A mentalidade é como diz o sociólogo alemão Theodor Geiger um *espírito subjetivo* enquanto a ideologia é um *espírito objetivo*. As ideologias são reflexões com pensamentos mais ou menos claros e as mentalidades são predisposições psíquicas que funcionam de uma forma muito irregular.¹⁶⁶(Juan Linz, 2015)

Apresenta-se no esquema a seguir uma adaptação das características definitórias do regime autoritário, segundo Linz.

Características	Regime autoritário
Pluralismo	Pluralismo político limitado, não responsável. Pluralismo social e económico bastante. Pré-existência de pluralismo antes do regime ser estabelecido. Espaço para oposição.

¹⁶⁴ Linz, J., in Autoritarismo e Democracia, Ed. Livros Horizonte, 2015, pág.18-19

¹⁶⁵ Ibidem, pág.19-21

¹⁶⁶ Ibidem, pág. 22

Ideologia	Sistema político sem uma ideologia elaborada e enformadora mas com uma mentalidade peculiar.
Mobilização	Incapacidade de natureza organizacional de mobilizar grandes massas
Liderança	Sistema político em que um líder ou um pequeno grupo exerce poder dentro de normas formalmente mal definidas, mas bastante previsíveis. Esforço na cooptação de antigos grupos de elite. Alguma autonomia nas carreiras estatais e nas forças armadas.

[Fonte: Problems of democratic Transition and Consolidation, Linz & Stepan, pág. 44-45]

Jean-Francois Revel, filósofo e autor francês, no seu entender, o autoritarismo, é um regime antidemocrático mas ainda pode ser considerado um sistema político normal, enquanto “*o totalitarismo é sem dúvida um sistema anormal*”.¹⁶⁷ (Jean-François Revel, 1995)

No entanto, em geral e sem querer fazer uma abordagem às diferenças entre o regime autoritário e um regime totalitário, considera-se útil referir que os regimes autoritários, mesmo na sua variedade, diferem dos regimes totalitários precisamente por meio de sua resistência ideológica e por sua incapacidade de natureza organizacional de mobilizar grandes massas.¹⁶⁸ (Juan Linz, 2015)

Os regimes autoritários costumam surgir durante um período de crise e de colapso dos sistemas democráticos, da transição da dominação tradicional, da instabilidade gerada após a descolonização, dos conflitos nas sociedades multiétnicas e não por último da rotinização do utopismo totalitário.¹⁶⁹ (Society, 1995)

O colapso, ou a iminência do colapso de um regime autoritário é geralmente acompanhado por massas frequentes, muitas vezes em grande escala. No entanto, como observa Donnell e Schmitter embora “*um levantamento popular, ativo, militante e fortemente mobilizado possa ser uma ferramenta eficaz para derrubar uma ditadura, este pode tornar difícil posteriormente a consolidação da democracia, e sob certas circunstâncias pode até ser uma razão importante para a regressão a uma forma ainda mais brutal de liderança*”.¹⁷⁰ (Caius Dobrescu, Cristian Bocancea, 2011)

¹⁶⁷ Revel, Jean-Francois, in Revirimentul democrației, Ed. Humanitas, 1995, pag.39

¹⁶⁸ Linz, J., in Autoritarismo e Democracia, Ed. Livros Horizonte, 2015, pág. 25

¹⁶⁹ Ibidem, pág.38-39

¹⁷⁰ Dobrescu, C., Bocancea, C., in Totalitarismul, de la origini la consecinte – trad: O Totalitarismo, desde a origem até às consequências, Romania Journal of Political Science, Vol.19, 2011, pág.72

No período entre as guerras (1º e 2º guerra mundial) a interferência política na Roménia limitou-se a uma elite muito restrita, a cultura política incluía valores mais próximos de um regime autoritário ou despótico de tipo oriental do que uma democracia liberal, de modo que embora houvesse uma Constituição garantindo a eleição universal e as eleições periódicas quase livres embora com muitas irregularidades é muito difícil falar sobre alguns antecedentes democráticos genuínos na Roménia, uma verdadeira cultura política democrática dos romenos.

Recorda-se que tal como já foi referido neste trabalho, o regime instaurado por Carol II na Roménia em 1938 era um regime de ditadura autoritária, embora inicialmente sem carácter totalitário, que foi buscar vários elementos de imagem dos regimes totalitários como por exemplo: o partido único, o fardamento para os membros do partido, a saudação romena, o culto da personalidade, os espetáculos grandiosos dedicados a este culto, etc.¹⁷¹ (Stelian Tanase, Victor Babiuc, 1993)

Além da raiz rudimentar do temperamento em relação à política, também pode se encontrar uma característica do pós-totalitarismo. *“A sociedade autoritária (...) é construída sobre o princípio: tudo é permitido, exceto a política. O regime autoritário forma uma nova inteligência, que não tem medo de ver o trabalho, mas odeia mais do que qualquer coisa no mundo, a política. Até mesmo os dissidentes compartilham esse sentimento geral (...)”*¹⁷² (Alina Mungiu, 1995)

*“O autoritarismo de Ceausescu era simplesmente diferente do da população, e foi rejeitado porque não estava destinado a atingir as minorias clássicas do bode expiatório, mas sim toda a população. Era essa a única diferença que motivou o conflito entre Ceausescu e o seu povo, e longe de ser um sistema de valores, o explica a continuidade do estado autoritário após a queda de Ceausescu”.*¹⁷³ (Alina Mungiu, 1995)

As características autoritárias sentiram-se na Roménia também após o colapso do regime comunista que veio na sequência da desintegração do antigo império soviético.

O período de 22 a 27 de dezembro de 1989 foi o período de maior incerteza sobre a forma que deve tomar o sistema político, se se orientavam para um regime

¹⁷¹ Tanase, S., Babiuc, V., in *Autoritarianism*, Romanian Journal of Political Science, N.2, 1993, pág. 3-4

¹⁷² Mungiu, A., in *Romanii dupa 1989 – istoria unor neintelegeri*, trad: A Roménia após 1989 – a história de um mal entendimento, Ed. Humanitas, 1995, pág.157

¹⁷³ Ibidem

democrático genuíno ou uma forma autoritária de liderança derivado do regime comunista. ¹⁷⁴(Abraham, 2006)

Os partidos romenos formados após 1989, tinham que obrigatoriamente entender-se com os continuadores das correntes entre guerras, estarem ao lado de pessoas com crenças modernas de direita, com ex-comunistas, com sociais-democratas autênticos, com anticomunistas, com liberais cívicos e da direita étnica. Esse estado de coabitação resultou na fraqueza da política romena, com clivagens não apenas entre os partidos mas até mesmo dentro desses partidos. “*A natureza policêntrica dos partidos enfrentava as tendências autoritário-centralistas da alta burocracia partidária, sendo o resultado mais óbvio a falta de atratividade da vida política para muitos membros das elites profissionais*”. ¹⁷⁵(Carey, 2004)

O fator culminante que acentuou o fenômeno de autoritarismo no período após o colapso na Roménia foi mais evidenciado quando um deputado eleito já democraticamente declarou em pleno Parlamento que a sociedade romena deveria voltar a um regime autoritário para salvar a nação e que, passa-se a citar: “*o ditador poderia ser eu próprio ou um general*” chegando a lembrar palavras de um antigo chefe legionário romeno que expressava a sua opinião de que a democracia é uma doença.

Essa atitude comportamental de tipo autoritário não teve qualquer repercussão crítica ou condenatória por parte da sociedade.

3º Capítulo - A necessidade das transições na Europa de Leste – Roménia

Para uma melhor precisão sobre o entendimento da transição pressupõe-se como um processo de mudança de um sistema ditatorial e centralizado para uma sociedade pluralista em que os valores democráticos são predominantes, com uma economia essencialmente privada obedecendo às regras de mercado.

Com a queda dos regimes comunistas em toda a Europa de Leste, em 1989, o caso da Roménia adquiriu maior importância académica e até considerável notoriedade pública, especialmente no campo dos estudos de transição.

¹⁷⁴ Abraham, F., in *Romania de la Comunism la Capitalism, 1984-2004* – trad: A Roménia desde o Comunismo ao Capitalismo, 1984-2004, Ed. Tritonic B, 2006, pág.45

¹⁷⁵ Ibidem, pág. 600

O caso da Roménia tem atraído uma notável atenção devido à transição problemática que se seguiu ao colapso violento da ditadura de Ceausescu; foi uma transição que se caracterizou pela reconstituição das velhas elites, conflitos étnicos com grau elevado de violência e o surgimento de partidos políticos nacionalistas e correntes intelectuais.¹⁷⁶ (Carey, 2004)

O colapso dos regimes políticos e o desaparecimento dos estados socialistas na política internacional, segundo Hlihor “*levaram ao surgimento de um outro tipo de choque - a transição do totalitarismo para a democracia e economia de mercado. Este fenómeno levou a uma série de particularidades neste período da história recente, tornando-se assim um fenómeno muito especial*”.¹⁷⁷ (Barbu, 2004)

A necessidade de o regime da Roménia colapsar não foi por causa da sua “*função repressiva, mas sim por causa da crise que atingiu as suas capacidades produtivas*”.¹⁷⁸ (Hlihor, 2016)

A perda de autoridade por parte da União Soviética, assim como os seus problemas internos em relação ao processo de superprodução e a qualidade dos produtos no mercado ou à expansão do Ocidente, levou à limitação da sua esfera de influência.

Após a década de 1980, por iniciativa de Mikhail Gorbachov, foram introduzidas as políticas da *perestroika* e *glasnost*, com o objetivo de suavizar a influência da União Soviética no Leste Europeu, eliminar a censura e avançar no processo de democratização.¹⁷⁹ (Hlihor, 2016)

Retornando à transição da sociedade romena e para tentar perceber é importante ter uma interpretação desta. Nos países do Leste Europeu, com a queda do sistema socialista em 1989, o termo da transição foi adotado, tanto na linguagem quotidiana, na ideologia política como também nas ciências sociais, a fim de descrever um processo de mudança de sociedade socialista para uma sociedade capitalista.

Na opinião do sociólogo Dumitru Sandu, a transição “*significa mudança, isto é, uma série de situações intermediárias entre duas situações de equilíbrio relativo, identificados por experiência, conhecimento ou projeto. Se no caso da transição pós-comunista, a origem é o socialismo real dos anos 80 do século XX, e a destinação*

¹⁷⁶ Carey, H. F., in *Romania Since 1989: Politics, Economics, and Society*, Ed. Lexington Books, 2004, pág.49

¹⁷⁷ Hlihor, C., in *Romania si Socurile geopolitice ale razboiului rece (1980-1991)*, Ed. IRRD, 2016, pág. 13

¹⁷⁸ Barbu, D., in *Republica absentă*, Ed. Nemira, 2004, pag.105

¹⁷⁹ Hlihor, C., in *România și Socurile Geopolitice ale războiului rece (1980-1991)*, Ed. IRRD, 2016, pág. 8

pretendida, explícita ou implícita, é a economia de mercado e a democracia, o capitalismo democrático associado ao bem-estar, à concorrência e à liberdade”.

¹⁸⁰(Hlihor, 2016)

Uma ampla definição de generalidade, que permite ver a essência do processo de transição, é dada pelo especialista em direito europeu, Flore Pop, que insistiu no caráter projetivo do conceito: *“A transição designa um conceito complexo e de longa duração, que começa com uma quebra óbvia do passado, de sua herança, e é definida por uma estratégia de pensamento sobre o futuro”.* ¹⁸¹(Hlihor, 2016)

Hlihor está de opinião que todas essas definições mostram que é preciso identificar e conhecer muito bem: *“as características dos tipos de sociedade, de um sistema antigo (socialista) a um novo sistema (capitalista); a direção e as estruturas fundamentais da sociedade deve ser mudada e as estratégias pelas quais os objetivos da mudança são alcançados”.* ¹⁸² (Hlihor, 2016)

Hlihor colocou a seguinte questão: *“Terá tido a sociedade romena no início da transição, esse conhecimento”?*

O objetivo fundamental da transição na Roménia, unanimemente compartilhado pelos primeiros momentos do colapso do regime de Ceausescu, foi a reintegração do país no mundo ocidental. Esse objetivo implicava acabar e transformar as instituições e as estruturas políticas totalitárias num sistema político multipartidário baseado no modelo ocidental e transformar a economia de características estatais num mercado integrado na economia mundial de ordem capitalista. Esta pretensão impõe reformas complementares ao novo sistema económico e político em todas as esferas sociais, tais como proteção social, saúde, educação, segurança, administração, etc. ¹⁸³(Letki, 2002)

Ao contrário dos outros países do Leste Europeu, onde a transformação do poder foi feita por meio pacífico, não se pode falar de forma igual em relação à Roménia onde a queda do regime ditatorial foi levada por meios violentos, dando origem a uma revolução. ¹⁸⁴ (Hlihor, 2016)

A única forma de derrubar o regime ditatorial de Ceausescu era mesmo uma revolução e por essa razão a transição na Roménia tomou formas muito específicas.

¹⁸⁰ Ibidem, pág. 276

¹⁸¹ Ibidem, 277

¹⁸² Ibidem

¹⁸³ Ibidem, pág. 277

¹⁸⁴ Letki, N., in Lustration and Democratisation in East-Central Europe, accessed: Biblioteca online FCSH

“Logo a seguir à queda do regime o caos estava instalado na Roménia, vivendo-se uma situação dramática, fora de controlo, em que as manifestações de rua eram contínuas. Ora, sobre uma situação tão desastrosa tinha que se construir uma transição específica”.¹⁸⁵(Hlihor, 2016)

A transição da sociedade romena de um regime de ditadura para a democracia começou não apenas com a reconstrução das instituições políticas e a transição para a economia de mercado, mas também com a redescoberta pelos cidadãos romenos do direito de associação em organizações e instituições que não estão sob o controlo do Estado.¹⁸⁶(Hlihor, 2016)

Os romenos aprenderam não apenas o que os especialistas definiram como uma *“revolução associativa, mas também a ideia de que podem monitorizar a atividade das instituições estatais, estimular a participação dos cidadãos na tomada de decisões públicas, acelerar a formação de novas atitudes e comportamentos democráticos, como o respeito pelas opiniões dos opositores políticos, a moderação e a oferta de canais para articular interesses e estabelecer laços em toda a sociedade”*.¹⁸⁷ (Carey, 2004)

A compreensão e o papel da sociedade civil na transição política, económica e social requer também uma boa compreensão de como os atores envolvidos no processo de construção de tal realidade entendem o conceito de sociedade civil e como percebem a sua missão na dinâmica da sociedade.

A literatura contemporânea sobre a Roménia após a queda do regime de Ceausescu apenas substancia a análise crítica e cautelosa de Linz e Stephan, *“enquanto o passado continuar a dominar o presente, a transição da Roménia permanecerá atrofiada e incompleta”*.

Para Peter F. Wagner, a Roménia tornou-se um caso especial, um exemplo no pior sentido, até mesmo exemplar e indicativo de problemas numa transição.

As várias diferenças do caso da Roménia que foram estudadas podem ser sistematizadas em três principais pontos de discussão no âmbito dos estudos de abordagem à transição:

1. “State Socialism: para os estudos de transição, a herança do tipo de regime anterior é considerada vital para o tipo e o curso da transição e o processo de

¹⁸⁵ C. Hlihor in Romania si Socurile geopolitice ale razboiului rece (1980-1991), Ed. IRRD, 2016, pág. 339

¹⁸⁶ Ibidem

¹⁸⁷ Ibidem

consolidação. O caso da Roménia ilustra duplamente esse ponto. Em primeiro lugar, o regime de Ceausescu é considerado um dos estados de regime socialista mais brutal da Europa de Leste, determinado por uma forma extrema do culto da personalidade. Em segundo lugar, o regime de Ceausescu apresentou uma anomalia mesmo no contexto da Europa de Leste porque desenvolveu-se durante um período em que, em outros países da região, as reformas já estavam em andamento ou existia pressão significativa para estas se realizarem;

2. Revolution: característica mas surpreendente foi a implosão pacífica dos regimes comunistas em toda a Europa de Leste. Na Roménia, os acontecimentos revelaram-se de uma forma mais próxima do que poderia ter sido esperado - o colapso foi violento e sangrento, sendo apresentado como a exceção à norma da “revolução de veludo”;

3. Institutionalization/Consolidation: A Roménia pós-comunista ilustra fundamentalmente que uma mudança no regime, como tal, não garante uma trajetória específica de reforma (isto é, não leva necessariamente ao desenvolvimento liberal-democrático e capitalista de mercado). A importância da sociedade civil, dos partidos políticos orientados para a reforma e dos líderes políticos capazes de reformas são, portanto, pontos de discussão centrais e exemplares nesse caso.”¹⁸⁸(Carey, 2004)

Não é de surpreender que o escritor Hlihor, no seu livro, tenha optado pelo termo de fenómeno *especial* em relação à transição da Roménia.

Para Abrahamm, “o ano de 2004 pode ser considerado o fim do ciclo político que começou em 1989 e o início de um novo, considerando-se o fim da primeira grande etapa da transição”.¹⁸⁹(Abraham, 2006)

Esta afirmação no entender de Abrahamm pode ser suportada por vários tipos de argumentos sendo um deles, referente à classe política.

Destes, mencionam-se os mais significativos:

- a) “A saída dos líderes políticos do palco que desempenharam o papel central no período pós-comunista, sendo seu expoente simbólico Ion Iliescu (o 1º presidente eleito em democracia na Roménia após o colapso do regime);

¹⁸⁸ Carey, H. F. Carey, in *Romania Since 1989: Politics, Economics, and Society*, Ed. Lexington Books, 2004, pág.50-51

¹⁸⁹ Abraham, F., in *Romania de la Comunism la Capitalism, 1984-2004 – trad: A Roménia desde o Comunismo ao Capitalismo, 1984-2004*, Ed. Tritonic B, 2006, pág.19

- b) A tendência de estabilização por solidificação da cena política, o ano de 2004 significa, o surgimento de dois grandes blocos políticos sob forma de duas alianças, uma política (a Aliança PNL-PD “Justiça e Verdade”) e uma eleitoral (a União Nacional PSD + PUR), mesmo que em termos nominais o número de partidos representados no Parlamento é o mesmo que era após as eleições de 2000;
- c) Um ponto de vista maioritário dentro da classe política sobre o fim da transição: se Adrian Nastase tentou desde 2002 sugerir a ideia de entrada em “pós-transição”, no discurso de tomada de posse do governo, Tariceanu o primeiro-ministro em Dezembro de 2004 proclamou unilateralmente o fim da transição”.¹⁹⁰(Abraham, 2006)

Prosseguindo com a ideia de Abraham, o fim da transição é atestado também pela mudança do estatuto internacional da Roménia. A integração na NATO significa a obtenção das mais fortes garantias de segurança que a Roménia teve no período moderno.

3.1. Plano Gorbatchov

A chegada ao poder em Março de 1985 de Mikhail Gorbatchov, como secretário-geral do PCUS na União Soviética, teve impacto significativo na situação de mudança de regime político na Roménia. As transformações que ocorreram na União Soviética, na Europa Central e do Leste, principalmente nos anos de 1989-1991, foram geradas por causas sobre as quais ainda hoje cientistas políticos e historiadores analisam. Sem dúvida, Gorbatchov foi o catalisador dessas transformações.

Naquele período, a União Soviética para além de uma economia em crise profunda e com sinais de exaustão, também se encontrava praticamente isolada no plano internacional devido às suas posições de apoio, nomeadamente à montagem dos mísseis SS20 na Europa Central, à sua presença no Afeganistão, à fomentação de algumas guerras locais em África, América de Sul e Ásia e à sua corrida ao armamento bélico, etc.¹⁹¹ (Jean-François Soulet, 2006)

¹⁹⁰ Ibidem

¹⁹¹ Kissinger, H., in *Diplomacia*, 2ª edição, 2002, Ed. Gradiva, pág. 678-690

Mikhail Gorbatchov logo após chegar ao poder constata que na sociedade soviética tinha-se acentuado várias tendências negativas e que seria necessário sérias melhorias na liderança e principalmente no aspeto económico.

*“O país, empenhado na esgotante corrida aos armamentos, estava exausto – recordava, anos depois, o dirigente. Os dispositivos económicos funcionavam cada vez pior. O rendimento da produção diminuía. As aquisições do pensamento científico e técnico eram anulados por uma economia inteiramente burocratizada. O nível de vida da população descia de uma maneira evidente. A corrupção penetrava e exibia-se descaradamente em todos os elos do sistema de gestão. A decomposição atingia também a vida espiritual: o evidente monolitismo ideológico que cobria a sociedade lutava com crescentes dificuldades para impedir que ficassem à vista a mentira, a hipocrisia e o cinismo oficiais”.*¹⁹² (Henry Kissinger, 1994)

Perante uma tal situação, Mikhail Gorbatchov com a sua equipa desistiram de muitas dessas atitudes que só faziam com que a relação da União Soviética com os Estados Unidos e com a Europa Ocidental arrefecesse. Assim estabeleceram como prioridades o desenvolvimento de reformas que restabelecesse melhorias no país no plano interno e internacional.

Gorbatchov baseou o seu programa de reformas da seguinte forma:

- *perestroika* (reestruturação) com o intuito de ganhar o apoio dos novos tecnocratas
- *glasnot* (liberalização política) com o objetivo de aliciar os há muito perseguidos intelectuais.¹⁹³(Strayer, 1998)

Robert Strayer, no seu livro *“Why Did The Sovietic Union Collapse”*, refere, que Gorbatchov no início da sua carreira empreendeu ações modestas, focando-se essencialmente o mais rapidamente possível na recuperação económica.

*“To Gorbachev this was the key to all our problems, both to the looming threat of international decline and to the equally serious inability to provide for the consumer needs of the population.”*¹⁹⁴(Mikhail Gorbatchov, 1994)

O slogan lançado por Gorbatchov para essas reformas foi a *“uskorenie”*, ou seja *“acceleration”* mas a realidade mostrou-lhe que de facto a sociedade soviética precisava de transformações muito mais essenciais. Reconheceu esse facto muito mais tarde, no

¹⁹² Soulet, Jean-François, in História da Europa de Leste, Ed. Teorema, 2006, pág. 231

¹⁹³ Kissinger, H., in Diplomacia, 2ª edição, 2002, Ed. Gradiva, pág. 696

¹⁹⁴ Strayer, R., in Why Did The Sovietic Union Collapse, Ed. M.E. Sharpe, 1998, pág.95

seu livro de memórias “quando em abril de 1985, ao aceitar assumir a função quase estatal de Secretário-Geral do Comité Central do PCUS não imaginava nessa altura a infinidade de problemas e dificuldades com que depararíamos”.¹⁹⁵ (Mikhail Gorbatchov, 1994)

A situação dramática em que a União Soviética se encontrava, principalmente do ponto de visto económico, Gorbatchov e a sua equipa tentaram encontrar uma solução de desanuviamento das tensões internacionais que possibilitassem a implantação das reformas *glasnost* e *perestroika*.

Com esta política de *glasnot* e *perestroika*, influenciou de facto a afirmação da sociedade civil nos estados do bloco de leste europeu.

A reforma *glasnot* (transparência) trouxe praticamente uma suavização da censura e permitiu a abertura da comunicação social para a realidade fazendo com que esta não ficasse tão subordinada e controlada de acordo com os interesses da nomenclatura.

A partir dessa perspetiva, Gorbatchov afirmou que “*empreendemos algo que não tem precedentes nem no plano político nem no domínio económico e social (...), assumimos a chefia de um movimento que tem um alcance revolucionário, histórico*”.¹⁹⁶ (Mikhail Gorbatchov, 1994)

Enquanto o Ocidente e os Estados Unidos apreciam a nova atitude de Gorbatchov, Ceausescu na Roménia, torna-se sem dúvida um adversário declarado. O isolamento político e diplomático de Ceauseuscu torna-se cada vez mais visível criando acentuadamente um isolamento económico e financeiro ao país.

Numa conversa privada em 3 de Dezembro de 1989 a bordo do navio Máximo Gorki, entre Mikhail Gorbatchov e George Bush, este último terá elogiado as reformas introduzidas pelo líder soviético e nesse encontro levantaram-se as questões de restabelecer a ordem mundial. Citando-se George Bush, “*Tenho de dizer que ficamos impressionados com a rapidez das mudanças. Apreciamos muito a sua reação pessoal e a da URSS em geral perante estas transformações dinâmicas, e ao mesmo tempo fundamentais...Quero salientar de forma particular que o senhor é que é o catalisador das mudanças na Europa, mudanças que são construtivas*”.¹⁹⁷(Mikhail Gorbatchov, 1994)

¹⁹⁵ Gorbatchov, M., in Ante Memórias, Ed. Asa, 1994, pág. 271

¹⁹⁶ Ibidem, pág158

¹⁹⁷ Gorbatchov, M., in Ante Memórias, Edições Asa, 1994, pág. 106-107

Numa visita oficial que Gorbatchov fez à Roménia, em Maio de 1987, Ceausescu ter-se-á recusado em aceitar qualquer tipo de reforma no seu país, alegando que a sua política corresponde perfeitamente aos interesses do povo romeno e que nada havia a reformar. Gorbatchov terá dito a Ceausescu, e citando: “*Você imobiliza o país num estado de medo depois de o ter isolado do mundo*”.¹⁹⁸(Jean-François Soulet, 2006)

A desconfiança de Ceausescu em relação às reformas de Gorbatchov deve-se segundo Hlihor, a três fatores:

- de ordem pessoal – o líder soviético procurou em retirar as elites antigas e substituí-las por jovens empreendedores para aplicação da reforma *perestroika*. Lembra-se que Ceausescu está no poder desde 1965 e daí o seu receio;
- a convicção de Ceausescu de que o líder soviético estava a continuar com a antiga política imperial de dominação sobre os países *socialistas* mas desta vez a usar métodos diferentes dos seus antecessores, muito mais enganosos;
- o líder Ceausescu calculou que Gorbatchov se abstinisse dos princípios do Marxismo-Leninismo e ameaçasse o regime *socialista*, fazendo assim o jogo dos países imperialistas, principalmente os EUA.¹⁹⁹(Hlihor, 2016)

Soulet, a propósito da atitude de Ceausescu perante as reformas de Gorbatchov, diz e passa-se a citar “*esses regimes recolhidos nas suas orgulhosas utopias só sobreviveram mercê da coerção e do terror*”.²⁰⁰ (Jean-François Soulet, 2006)

Além de Ceausescu também o líder búlgaro Todor Jikov, dirigente do partido comunista búlgaro, opôs-se às reformas apresentadas por Gorbatchov. Juntamente com Ceausescu estavam completamente discordantes a qualquer abertura ou discussão, nesse sentido.

Segundo Soulet, Gorbatchov dedicou no seu livro *Memórias* várias páginas assassinas a Ceausescu: “*as dimensões, bastante reduzidas, da personagem e a sua instabilidade psicológica exasperavam-no como à sua hostilidade à mudança*”.²⁰¹ (Barbu, 2004)

¹⁹⁸ Soulet, Jean-François, in *História da Europa de Leste*, Ed. Teorema, 2006, pág.200

¹⁹⁹ C.Hlihor, in *România și Securile Geopolite ale războiului rece (1980-1991)*, 2016

²⁰⁰ Soulet, Jean-François., in *História da Europa de Leste*, Ed. Teorema, 2006, pág.214

²⁰¹ Ibidem

Se alguém do aparelho partidário do líder Ceausescu, manifestasse algum interesse pela *Perestroika*, como por exemplo, recorda-se o antigo ministro da defesa, o general Ionita, tinham a sua vida desgraçada de um dia para outro. Mesmo que alguém do regime de Ceausescu concordasse com as políticas de abertura de Gorbatchov, o silêncio reinava por medo e terror de represália do Ceausecu e da sua polícia secreta fortemente ao seu serviço. Como prova, refere-se a *carta* dos seis antigos dirigentes do regime que conseguiram publicar no Ocidente em Março de 1989, onde o silêncio não é de facto uma concordância com seu líder comunista Ceausescu, embora segundo Barbu, “*relativamente tardio*”. As tensões, em vez de acalmarem, foram cada vez mais acentuadas.²⁰²(Mikhail Gorbatchov, 1994)

Gorbatchov teve como aliados principais para as suas reformas os intelectuais, sem os quais seria impossível “*pôr em prática uma política realista firme*”²⁰³. (Strayer, 1998)

Vários dissidentes que foram vítimas do estalinismo viram os seus direitos reintegrados, entre eles menciona-se o mais conhecido Andrei Sakharov.

A reforma *glasnost* também teve um impacto importante na religião, conseguindo a partir daí um desenvolvimento notável no seu exercício. O efeito da reforma *glasnost* na religião dentro do espaço soviético teve praticamente o mesmo efeito que na Polónia. Ou seja, a igreja começou a ter um papel fundamental, implicando-se ativamente na vida política e social, chegando até haver no Parlamento soviético, cleros que foram eleitos e propostos.

“*As igrejas nacionais da Lituânia, Arménia, Geórgia e Ucrânia encontraram novas formas de expressão e tornaram-se parte do processo nacional de renascimento nessas repúblicas*”.²⁰⁴ (Mikhail Gorbatchov, 1994)

Provavelmente o maior impacto da reforma *glasnot* foi sobre a ideologia oficial do sistema, por ter dado lugar a ideias de pluralismo socialista que permitiram por assim dizer, o debate político aberto, mantendo a estrutura socialista.²⁰⁵(Hlihor, 2016)

Para que a reforma económica *perestroika* tivesse sucesso o cuidado especial seria a eliminação dos dogmas estalinistas, ou seja a remoção do carácter ideológico. “*Décadas de economia socialista criaram tanto na URSS como nos países satélites,*

²⁰² Barbu, D., in Republica absenta, Ed.Nemira, 2004, pág.53

²⁰³ Strayer, R., in Why Did the Soviet Union Collapse?, Ed. M.E. Sharpe, 1998, pág.102

²⁰⁴ Gorbatchov, M., in Ante Memórias, Ed. Edições Asa, 1994, pág.221

²⁰⁵ Ibidem, pág.344-348

mentalidades e reflexões menos adequados à competição e a livre iniciativa”.²⁰⁶ (Mikhail Gorbatchov, 1994)

As pessoas nos países do bloco soviético foram educadas sob igualitarismo injusto e sob o paternalismo do Estado onde estavam habituadas a receber subvenções e empregos constantes. Perante uma situação real dessa dimensão, Gorbatchov e os seus colaboradores concordaram que para descentralizar a economia em primeiro, tinham que descentralizar o sistema político.

Considerou-se que, se houvesse uma comunicação social aberta, informações claras e transparentes, muitos aspetos teriam sido diferentes. *“A democratização era a alma da perestroika e não apenas dizer por dizer”*.²⁰⁷(Pop, 2012)

Gorbatchov, com o intuito das transformações propôs também uma reforma constitucional a fim de poder limitar e até excluir das estruturas estatais, a forte influência do Partido Comunista. Assim foi criado o direito eleitoral, uma nova estrutura de poder na União Soviética, que tinha por objetivo a capacidade de decidir em função do desempenho individual de todos os candidatos. *“Era óbvio que não se tratava de um sistema pluralista total nem de uma liberdade total mas sim de haver a possibilidade de eleger entre vários candidatos do mesmo partido (PCUS)”*.²⁰⁸(Pop, 2012)

Gorbatchov pertencia a uma geração totalmente diferente dos dirigentes soviéticos cujos pensamentos estavam próximos de Estaline.

“Gorbatchov não tinha o estilo pesado dos velhos produtos da nomenklatura”,²⁰⁹ pelo que pela primeira vez desde os anos 20 a nomenklatura deixou de ter o controlo na escolha da elite política do aparelho estatal. (Strayer, 1998)

Em poucos anos, Gorbatchov alcançou quase um milagre político. Desde as eleições competitivas a um parlamento real que funcionou, ele conseguiu pôr fim ao monopólio do partido político e criou uma forte presidência executiva - todas estas foram realizadas com o consentimento do partido e sem reações negativas violentas.²¹⁰(Henry Kissinger, 1994)

²⁰⁶ Ibidem

²⁰⁷ Ibidem, 162-165

²⁰⁸ Pop, A., in *The Fall of the Soviet Empire – Lessons in Retrospect*, Ed. Cetatea de Scaun, 2012, pág.172, disponível em:

https://www.academia.edu/27862338/THE_FALL_OF_THE_SOVIET_EMPIRE_LESSONS_IN_RETROSPECT_LA_CHUTE_DE_LEMPIRE_SOVIETIQUE

²⁰⁹ Kissinger, H., in *Diplomacia*, 2ªedição, 2002, Ed. Gradiva, pág. 686

²¹⁰ Strayer, R., in *Why Did the Soviet Union Collapse?*, Ed. M.E.Sharpe, 1998, pág.113

Inicialmente, Gorbatchov pensava que conseguia renovar a sua sociedade *depurando o partido comunista com a introdução das suas reformas*, mas apercebeu-se que para levar para a frente as suas ideias precisava de *um período de serenidade internacional*. As suas conclusões, neste aspeto eram até bastante próximas das dos seus antecessores pós-estalinistas. ²¹¹(Henry Kissinger, 1994)

Enquanto na década de 50 Kruchtchev se convencerá de que a economia soviética em breve dominaria o sistema capitalista, Gorbatchov, nos anos 80, perceberá que seriam necessários muitos anos para que a União Soviética atingisse um nível de produção industrial, que pudesse, mesmo remotamente, ser considerado competitivo com o mundo capitalista. ²¹²(Kissinger, 688 Diplomacia)

“Para ganhar espaço de manobra, Gorbachev iniciou uma reavaliação da política externa soviética”.²¹³ (Henry Kissinger, 1994)

Nesse contexto, Gorbachev admitiu que a política externa de URSS não deve basear-se em princípios derivados a partir do tema da luta de classes.

“Gorbatchov foi o primeiro dirigente soviético a repudiar a luta de classes e a proclamar ao mesmo tempo a coexistência como um objetivo em si mesmo”.²¹⁴(Henry Kissinger, 1994)

O conceito ideológico de luta de classes em que se baseava o comportamento de URSS nas relações internacionais foi substituído pelo da *“interdependência global de Wilson”*.²¹⁵(Henry Kissinger, 1994)

Ao substituir esse conceito de luta de classes pela interdependência mundial, *“ele estava a definir um mundo de interesses compatíveis com a harmonia subjacente – contrario à ortodoxia estabelecida por Lenine e pelo marxismo histórico”*.²¹⁶(Henry Kissinger, 1994)

Em Julho de 1989, Gorbatchov anunciou num discurso do Conselho da Europa, que abandonaria a *Doutrina Brejnev*, ou seja, de nunca mais se intrometer nos assuntos internos dos países vizinhos (Europa de Leste), mas também a *“própria orbita satélite, renunciando a esferas de influência”*, os países bálticos foram apanhados de surpresa.²¹⁷(Pop, 2012)

²¹¹ H. Kissinger in Diplomacia, 2ªedição, 2002, Ed. Gradiva pág. 688

²¹² Ibidem

²¹³ Ibidem

²¹⁴ Ibidem

²¹⁵ Ibidem, pág. 690

²¹⁶ Ibidem

²¹⁷ Ibidem, pág.694

Kissinger, com sagacidade, afirma que “*apesar da derrocada final, Gorbatchov merece o crédito de ter tido vontade de enfrentar os dilemas da União Soviética*”.

²¹⁸(Henry Kissinger, 1994)

Após o encontro entre Mikhail Gorbatchov e George Bush em Malta, referido atrás, “*foi dito muitas vezes que o mundo não era como antes, este tinha mudado*”.

²¹⁹(Pop, 2012)

Nesse encontro em Malta os líderes dos EUA e da URSS declaram que a guerra-fria já acabou. Os eventos que se seguiram imediatamente tiveram efeitos positivos em Bucareste, especialmente após o encontro entre Gorbatchov e Mitterrand, em Kiev.

²²⁰(Pop, 2012)

Ion Druta, escritor moldavo afirmou na altura na Radio Free Europe, que o seu ensaio conhecido por “*Quem apaga a luz*”, reflete fielmente a ótica de Gorbachev sobre o que este previa acontecer na Roménia. ²²¹

E na prática assim aconteceu. Em 22 de dezembro de 1989, em Bucareste, Nicolae Ceausescu foi removido. Assim a Roménia estava retornando depois de quase meio século de um regime opressor para a implementação da democracia.

3.2 A revolução de 1989 – a queda do regime na Roménia

No início de Outono de 1989 inicia-se o declínio dos regimes comunistas. No caso da Polónia, até foi antes porque no dia 12 de Setembro de 1989, em Varsóvia toma posse o primeiro governo não-comunista após a segunda-guerra mundial. No dia 18 de Outubro, apenas uma semana após a visita de Mikhail Gorbatchov à Alemanha Oriental, Erich Honecker, que também tinha recusado as reformas *glasnost* e *perestroika*, após pressão viu-se forçado a renunciar. Em 9 de Novembro, o Muro de Berlim, símbolo da divisão da Europa, está aberto executando-se nos dias seguintes a sua demolição.

O líder comunista búlgaro Todor Jivkov, que estava no poder desde 1945 é removido do poder no dia 10 de Novembro de 1989.

²¹⁸ Kissinger, H., in *Diplomacia*, 2ª edição, 2002, Ed. Gradiva Pág. 688

²¹⁹ Adrian Pop, in *The Fall of the Soviet Empire – Lessons in Retrospect*, Ed. Cetatea de Scaun, 2012, pág.166, pode ser verificado em: <https://www.academia.edu/27862338/>

²²⁰ Ibidem, pág. 172

²²¹ <https://www.europalibera.org/a/1864146.html>

Na Checoslováquia há manifestações massivas de rua que paralisam o regime e ao contrário de Bucareste, onde Ceausescu recorrerá a forte repressão violenta, os líderes comunistas negociam com a oposição para evitar violência. O parlamento, liderado por Alexander Dubcek, ex-líder da Primavera de Praga, elege como presidente da Checoslovaquia, o dissidente – escritor e dramaturgo Vaclav Havel.

Na Hungria, o Partido Comunista reconverteu-se como o partido socialista, passando a aceitar o pluralismo político e eleições livres.

Com esta situação política nos outros países do bloco Leste, na Roménia no final de Novembro de 1989, tem lugar o décimo quarto congresso do Partido Comunista Romeno, em que o líder Ceausescu no seu discurso não aborda nada sobre a queda dos regimes comunistas nos outros países e continua com o seu discurso *hipócrita sobre o período de prosperidade que a Roménia conheceu durante a sua liderança e sobre o feito importante para o país da liquidação integral da dívida externa*.

Nesse congresso Ceausescu foi reeleito por unanimidade como secretário-geral do Partido Comunista Romeno.

Duas semanas mais tarde a guerra fria chegava ao fim.

Neste contexto de declínio dos regimes comunistas e na ausência de qualquer apoio por parte da população, *o regime de Ceausescu entra na sua fase final*²²²(Stelian Tanase, Nicolae Dragusin, Lavinia Stan, Emanuel-Mihail Socaciu, 2007)

Fanático ideológico, Ceausescu, completamente irrealista, incapaz de entender que a sociedade romena já não aguentava o seu regime ditatorial, continuou a acreditar que este tem uma substancia real e que a sua personalidade representa “*o futuro brilhante da humanidade*” – apesar da miséria generalizada, do colapso económico e do desespero por parte da sociedade civil, ele continuava a acreditar que poderia sobreviver politicamente, determinado a recorrer a quaisquer meios para se salvar.²²³(Stelian Tanase, Nicolae Dragusin, Lavinia Stan, Emanuel-Mihail Socaciu, 2007)

Após 45 anos de um regime comunista, a Roménia chega ao fim de um ciclo histórico.

Com as fragilidades criadas pelo ambiente político do leste europeu em efeito dominó, originado pelo colapso do bloco soviético, mas também devido às fragilidades

²²² Tanase, S., et al, in Raportul Tismaneanu: ecouri – trad: O relatório Tismaneano – ecos, Romanian Journal of Science of Politics *Sfera Politici*, N.º.126-127, 2007, pág.28

²²³ Ibidem

internas, como a falência económica, o isolamento total do ditador e do seu clã, a Roménia fica mais exposta a um desfecho revolucionário.

Segundo Stelian Tanase, histórico romeno, a crise foi gerada com o nascimento do próprio regime no final dos anos 40 e só terminou em Dezembro de 1989.

“O regime comunista foi um regime anti moderno e primitivo, que passara desde que assumiu o poder - como um regime de ocupação estrangeira - à liquidação das elites romenas e das instituições democráticas, da economia de mercado e da propriedade privada. Foram aniquilados ao longo de 45 anos, todas as aquisições feitas no percurso de modernização por mais de um século. Foi um retrocesso enorme, o que levou à pobreza crónica, à destruição de várias gerações, ao isolamento do país, do desperdício dos recursos humanos e materiais, à alienação do indivíduo, à massificação da sociedade, e à destruição das tradições e da cultura nacional. O regime tinha uma natureza criminoso no sentido em que gerou (instigou, ordenou, cometeu) crimes contra a humanidade. O regime foi fundado pela violência na década de 1940. A sua natureza era violenta; provocou centenas de milhares de mortos em prisões e campos. Destruiu milhares de pessoas em várias formas de repressão, de tratamento desumano, atitudes criminosas, ou decisões com efeitos devastadores sobre o meio ambiente, a economia, a vida humana em geral. Era um regime que reduziu a população à condição de escravos, explorando-a de forma cruel sob o pretexto de construção de uma sociedade utópica, de igualdade e liberdade. O regime foi ilegítimo durante toda a sua vida e terminou como nasceu e viveu: através da violência.”

²²⁴(Stelian Tanase, Nicolae Dragusin, Lavinia Stan, Emanuel-Mihail Socaciu, 2007)

As causas imediatas que levaram à explosão social de Dezembro de 1989 foram principalmente de ordem económica e social, problemas esses que se foram desenvolvendo ao longo do tempo e que nos últimos anos tiveram uma maior intensificação.

Com o agravamento da situação económico-social na Roménia e a veneração da imagem de culto da personalidade de Ceausescu, a opinião internacional percebeu que o regime deste era bárbaro, martirizando o seu próprio povo, que sendo um país completamente fechado ao exterior poucas pessoas conheciam o que lá se passava. Uma característica negativa da imagem do regime de Ceausescu era dada principalmente pelo facto de não respeitar e violar os direitos humanos das minorias nacionais,

²²⁴ Ibidem, pág. 23-25

principalmente as minorias húngaras concentradas na região da Transilvânia e o seu grotesco plano de sistematização das localidades rurais, ou seja o desaparecimento de cerca de sete mil províncias, a maioria na Transilvânia. ²²⁵(Deletant, 2010)

Todas estas situações, nomeadamente a de violação dos direitos humanos e o programa de sistematização das provinciais, tiveram um grande foco na comunicação social estrangeira e também a nível interno, embora as dissidências fossem reprimidas no país, mas as críticas e as condenações de países e organizações internacionais, como a Alemanha Federal, a Áustria, a Hungria, a Inglaterra, os Estados Unidos, a UNESCO, o Parlamento Europeu eram constantes.

Far-se-á uma síntese narrativa da origem, dos factos e os seus desenvolvimentos, da Revolução de 1989 que levou ao fim do regime na Roménia.

Entre os críticos persistentes, uma figura heroica para a Revolução de 1989, destaca-se o popular sacerdote húngaro Lászlo Tökes, na região da Transilvânia.

Este era conhecido por ser um crítico constante do regime de Ceausescu, manifestando-se contra as suas políticas de sistematização na Roménia. Num dos seus artigos, numa publicação clandestina em língua húngara, abordou a violação dos direitos humanos na Roménia o que originou a ser perseguido pela polícia secreta romena “*Securitate*”. Embora uma das suas bandeiras foi lutar pela introdução da língua húngara no ensino oficial romeno na região da Transilvânia, região esta onde existem ainda hoje a maior comunidade de cidadãos de origem húngara, este sacerdote à medida que o plano para a sistematização das províncias se intensifica, apelou à solidariedade dos romenos e dos húngaros que sofriam da mesma forma devido ao regime de Ceausescu, sem privilegiar apenas as províncias com a população predominantemente húngara. “*Curiosamente, Tökes não foi abertamente apoiado por pastores da sua diocese, que temiam retaliação*”. ²²⁶(Deletant, 2010)

Como as suas críticas ao regime conseguiu ser dispersas para fora da Roménia, principalmente na Hungria e daí a vontade da comunicação social e das autoridades húngaras para tornar pública a difícil situação de Lászlo Tökes, destacaram-no perante os dissidentes de origem romena e dos cidadãos étnicos húngaros que não se podiam dar

²²⁵ D. Deletant, in Romania sub regimul comunista, - trad: A Roménia sob o regime comunista, 3ªEdição, Ed. Fundatia Academica Civica, 2010, pág. 236-238

²²⁶ Ibidem, pág. 244

a conhecer. Tudo isso fez com que o sacerdote permanecesse “*um espinho na costa do regime de Ceausescu*”.²²⁷(Deletant, 2010)

Considera-se assim oportuno apresentar uma breve explicação sobre o fato da existência de minorias de origem húngara e em menor predominância de origem alemã, na Roménia, principalmente na região da Transilvânia.

Quando se fala da Transilvânia surge logo no nosso imaginário, montanhas, florestas sombrias, castelos e vampiros. Ou seja, a terra de Drácula, célebre figura mística tão celebrizada pelo escritor Bram Stoker. Transilvânia, localizada no coração da EU, riquíssima em história, já foi de uma nação, Hungria, (até ao final da primeira guerra mundial) e hoje é de uma outra nação, a Roménia, sempre sobreposta por duas identidades linguísticas e culturais, vivendo sobre vários temperamentos étnicos e nacionalistas. Entende-se pela denominação *Transilvânia* a totalidade dos territórios cedidos pelo império austro-húngaro à Roménia, no fim da primeira guerra mundial. (em romeno diz-se Ardeal, em húngaro diz-se Erdély, e em alemão diz-se Siebenbürgen). São estes três grupos étnicos que povoaram e povoam a Transilvânia, na Roménia. Esse processo da anexação da Transilvânia à Roménia foi visto pelos húngaros como calamidade histórica e uma grande injustiça.²²⁸(Mikó, 1941: 15-18, Erdély rövid története, 1989: 579-594 in Maghiarii din România (1945-1955), 2002 (Os húngaros da Roménia (1945-1955), 2002)

Depois de este aparte e voltando para a análise em apreço, em Dezembro de 1989, o sacerdote húngaro Lazslo Tökes que vivia na cidade revolucionária de Timisoara, uma cidade com uma população mista, romena, húngara e alemã, foi evacuado da sua habitação pelas autoridades locais. Pelo fato das suas ações de contestação já serem de conhecimento internacional limitavam o regime de persegui-lo como prende-lo ou mesmo assassiná-lo. Este ato originou num protesto por parte dos seus apoiantes, romenos e húngaros que vieram a manifestarem-se contra a perseguição política para com o sacerdote.

“*A partir daqui começa a solidariedade com Tökes, que culminará com a de 15 de dezembro de 1989, da qual - pela superposição da insatisfação e protestos da população maioritária - a revolta eclodirá em Timisoara.*”²²⁹ (Scurtu, 2009)

²²⁷ Ibidem, pág. 245

²²⁸ Maghiarii din Romania, 2002

²²⁹ Ibidem, pág.245

Com as ruas apinhadas de gente, romenos e húngaros, entre os quais muitos estudantes universitários (Timisoara é uma das maiores cidades universitárias do país), aderiram à manifestação em curso o que se tinha transformado em demonstrações massivas e anticomunista. *“Abaixo Ceausescu! Abaixo o regime! Abaixo o Comunismo! Hoje em Timisoara, amanhã no país todo!”*.²³⁰ (Scurtu, 2009)

A polícia repressiva do regime Ceausescu respondeu prontamente e inicialmente com canhões de água. Como represália o regime começou o ataque sangrento com o exército a abrir fogo real sobre os manifestantes na cidade Timisoara resultando em vários mortos e feridos. Embora perante uma situação tão dramática Ceausescu recusou demitir-se ou reconhecer o fato de que as manifestações que ocorriam em Timisoara eram porque a sociedade romena já estava saturada do seu regime ditatorial, mas pelo contrário, classificou as manifestações como sendo originadas por um bando de *hooligans* e por grupos indolentes, apoiados por conspiração estrangeira.²³¹(Scurtu, 2009)

Sobre um clima de manifestações violentas o regime tentou impedir que seja de conhecimento internacional essa situação. Mesmo com todas as restrições impostas aos meios de comunicação na Roménia, havia sempre formas para que os incidentes de Timisoara fossem levados à atenção da opinião pública mundial. Várias personalidades políticas estrangeiras exigiram que se pusesse fim ao regime e que os direitos humanos fossem respeitados.

No dia 19 de Dezembro de 1989 a comunicação social internacional já estava a preparar a opinião pública para o momento da abolição do regime de Ceausescu. No mesmo dia, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da Comunidade Económica Europeia declaram: *“...tomamos conhecimento com emoção e consternação sobre as informações em relação à repressão brutal e violenta por parte das autoridades romenas sobre manifestações populares. Condenamos com a maior firmeza a atitude de um regime que, virando as costas a todos os compromissos que subscreve no domínio dos direitos humanos no âmbito da CSCE, não sabe senão superar as aspirações legítimas do povo romeno à liberdade... A Comunidade reserva o direito de tomar as medidas adequadas, dependendo da evolução da situação no país.”*²³²(Scurtu, 2009)

²³⁰ Scurtu, I., in *Revolúția Română din Decembrie 1989 în contextul internațional*, trad: A Revolução Romena de Dezembro de 1989 em contexto internacional, Ed.CNCSIS, 2009, pág. 199

²³¹ Ibidem

²³² Ibidem

Os protestos alastraram, continuando não só em Timisoara mas em várias cidades da Roménia, onde os protestantes da cidade de Timisoara, apelaram aos cidadãos romenos e húngaros das outras cidades para darem continuação à manifestação iniciada em Timisoara, sendo que muitos dos manifestantes desta cidade se deslocaram à capital Bucareste e também a outras várias cidades a fim de incitar as pessoas a revoltarem-se. Nos dias seguintes a revolta contra o regime estava presente em várias cidades da Roménia onde se verificaram várias baixas nas populações. O número elevado de mortos e feridos fez com que o povo romeno para além do ódio ao Ceausescu também se sentiu mais instigado para se juntarem aos outros manifestantes de rua.

O exército romeno, após o ministro de defesa supostamente ter-se suicidado (há quem aponte que tenha sido executado por ordem de Ceausescu por não cumprimento bem das ordens deste!) por sentimento de culpa pelo motivo de ter dado a ordem de abrir fogo sobre os manifestantes que estavam nas ruas em Bucareste, resultando em vários mortos, desta vez quando os manifestantes se dirigiram para o edifício do Comité Central do Partido Comunista, onde se encontrava o casal Ceausescu, o exército não se opôs.

A fuga de Ceausescu e da esposa Elena Ceausescu, num helicóptero que aterrou no edifício onde estes se encontravam e a poucos minutos de os manifestantes entrarem no edifício do Comité Central do Partido Comunista, representa sem dúvida, o fim do regime totalitário romeno. “*Quando Nicolae Ceaușescu deixou o edifício do Comité Central, que simbolizava o centro vital do poder político na Roménia, o regime socialista-totalitário tinha caído.*”²³³(Scurtu, 2009)

A notícia de fuga de Ceausescu alastrou-se em vários países do mundo e o seu afastamento do poder foi visto por vários políticos mundiais com emoção e satisfação, lamentando-se que esse facto teve como resultado um *banho de sangue*.²³⁴ (Scurtu, 2009)

Perante uma situação de caos era necessário haver um comité ou um governo para que a revolução não se alastre. Assim surgiu no dia 22 de Dezembro a formação do *Conselho da Frente de Salvação Nacional*, cujo presidente era Ion Iliescu, que após a queda do regime seria o primeiro presidente eleito em eleições livres. O Conselho considerou, que para que se possa restabelecer a ordem no país, que continuava ainda

²³³ Ibidem, pág. 233

²³⁴ Ibidem, pág. 251

em confrontos e instabilidade, seria necessário condenar Ceausescu por um Tribunal Militar Excepcional que seria constituído e a Roménia julgá-lo “*por atos extremamente sérios cometidos por Ceausescu Nicolae e Ceausescu Elena, privados das funções estatais e políticas pela ação revolucionária das massas populares*”.²³⁵(Scurtu, 2009)

Por ordem do Tribunal Militar Excepcional, com uma equipa constituída por procuradores e juizes, deslocaram-se à cidade de Targoviste, onde se encontravam o casal Ceausescu, detido. O seu julgamento durou menos de duas horas e por despacho do Juiz do Tribunal Militar Excepcional foram condenados à morte e executados no mesmo dia perante, com transmissão direta pela comunicação social em todo mundo por:

- 1) *“Genocídio - mais de 60.000 vítimas;*
- 2) *Prejudicar o poder estatal por organização de ações armadas contra o povo e o poder do estado;*
- 3) *O crime de destruir propriedades públicas destruindo e danificando edifícios, explosões em cidades, etc..;*
- 4) *Prejudicar a economia nacional”*.²³⁶(Scurtu, 2009)

3.3 O desenvolvimento dos partidos políticos

O objetivo deste subcapítulo não é fazer uma abordagem teórica sobre os partidos políticos no seu todo, mas contextualizar essencialmente o desenvolvimento dos partidos políticos na Roménia após a queda do regime ditatorial de Ceausescu. Utilizar-se-á apenas uma definição sintética do partido político com o intuito de entender o seu papel operacional na dinâmica política.

*“O partido político é um grupo de pessoas sustentáveis e relativamente estáveis, fundamentado no livre consentimento, que atua de forma organizada para expressar e representar os interesses desse grupo social, adquirindo, mantendo e exercendo o poder político.”*²³⁷ (A. Radu, 2008)

Geralmente, os partidos políticos são entendidos como instrumentos fundamentais para alcançar a democracia representativa. Os partidos políticos, afirma o filósofo francês Maurice Duverger, “*são muito menos definidos pelo seu programa ou classe de adeptos do que pela natureza da organização: um partido é uma comunidade*

²³⁵ Ibidem, 282

²³⁶ Ibidem, pág. 283

²³⁷ Radu, A., in Partide si Sistem Partidist – trad: Partidos e sistemas partidários, 2008, pág.36

com uma estrutura social particular. Os partidos modernos são caracterizados sobretudo pela sua anatomia.”²³⁸(A. Radu, 2008)

Com o colapso do regime ditatorial em Dezembro de 1989 e depois de uma pausa de cerca de meio século de um regime monopartidário, o partidarismo surgiu de novo na Roménia. O pluripartidarismo pós-comunista tornou-se uma realidade de forma acentuada no surgimento tanto dos partidos chamados *históricos* restabelecidos como de novas formações ou grupos políticos circunscritos de orientações doutrinárias mais ou menos estruturais ou de defesa de diversas causas. Já no dia 1 de Fevereiro de 1990, praticamente passado somente um mês após a revolução, já existiam 30 formações políticas legalizadas.²³⁹(Brâncoveanu Romulus, 2006)

Segundo vários especialistas na matéria, o período de 1990 é descrito como um período de grande turbulência política. Olhando o sistema político romeno logo após a queda do regime destacam-se como os atores principais, as mesmas elites políticas ou culturais ligadas ao antigo Partido Comunista da Roménia. Nesse aspeto sobressai o primeiro presidente da Roménia eleito após a queda do regime, *Ion Iliescu*, mas também se destaca o líder partidário do partido nacionalista PUNR, Corneliu Vadim Tudor, por terem evidências familiares a um discurso de continuidade retórica. O discurso deste último estava sempre direcionado contra as comunidades húngaras na Roménia ou seja retomou o mesmo discurso que existia nos anos 1980 por parte do Partido Comunista Romeno. O sistema partidário romeno não aceitou novas ideias democráticas continuando fechado, sem se desligar da mentalidade do regime anterior.²⁴⁰ (Brâncoveanu Romulus, 2006)

*“O sistema político romeno tem sido atravessado desde o início dos anos 90 por numerosas estruturas consideradas radicalmente extremistas.”*²⁴¹ (Iulian Stanescu, 2014)

Nos primeiros dois anos consecutivos das eleições de 1990 a estabilidade do sistema político romeno sofreu bastante obrigando à necessidade de recomposição do espectro político. A primeira formação política e com carácter provisório teve início ainda durante a Revolução no dia 22 de Dezembro de 1989, sob o nome de CFSN -

²³⁸ Ibidem, pág.34

²³⁹

²⁴⁰ Brancoveanu, R., in *Partide si Societate – trad: Partidos e Sociedade*, Romanian Journal of Political Science, Nº.123-124, 2006, pág.36

²⁴¹ Stanescu, I., in *Puterea politica in Romania*, -trad: O poder político na Roménia, Ed. Pro Universitária 2014, pág.321

Conselho da Frente de Salvação Nacional, um grupo formado para “*assumir todas as responsabilidades de uma estrutura estatal provisória*”.²⁴² (Ion Iliescu, 2004)

Como já se referiu, foi por decisão desta formação política provisória que o ditador Ceausescu foi julgado a *título urgente* e executado no mesmo mês de Dezembro de 1989. Esta formação política foi registada oficialmente como partido em Fevereiro de 1990, detendo naquele período todo o poder decisivo provisório e cujo líder era Ion Iliescu que depois no dia 20 de Maio de 1990, ganhou as primeiras eleições livres após a queda do regime. A partir do momento em que esta formação política provisória (*FSN*) se registou como partido, iniciou-se um período turbulento para a sociedade romena, um período de competição pelo poder uma vez que os outros *partidos históricos* ressurgidos (com um compromisso democrático) se aperceberam que não iriam ganhar facilmente as eleições na ausência de líderes com peso político. Como resultado houve várias manifestações de rua contra o novo partido constituído (*FSN*), manifestações que ocorreram entre 13 a 15 de Junho de 1990 e que tiveram também o apoio dos *partidos históricos* cujos valores eram o anticomunismo, uma atitude pró-ocidental com políticas de economia neoliberal sendo que também alguns desses partidos eram a favor da restauração da monarquia. “*Por conseguinte, a luta dos partidos históricos era de facto contra o comunismo cujo expoente era Ion Iliescu e o seu partido FSN.*”²⁴³ (Iulian Stanescu, 2014)

Após várias manifestações de rua e até às primeiras eleições livres de 20 de Maio de 1990, o novo partido constituído (*FSN*) juntamente com os outros partidos *históricos* (ressurgidos) chegaram a um acordo sobre uma solução para dividir o poder. Assim, os partidos históricos detinham o poder de forma igual ao do novo partido constituído, *FSN (Frente de Salvação Nacional)*. Sem entrar no desenrolamento dos incidentes importa afirmar que essas manifestações no seu todo tiveram uma rotura na sociedade romena, uma clivagem política.²⁴⁴(Iulian Stanescu, 2014)

A democracia na Roménia estava de certa forma sob ameaça. Embora as manifestações daquele período fossem contínuas, as mais importantes que marcaram o período de turbulência na sociedade romena foram talvez com um maior grau de violência, a manifestação do dia 15 de Março de 1990 entre as comunidades romena e

²⁴² Ion Iliescu, 1º Presidente da Roménia após a queda do regime ditatorial, no seu livro *Fragmente de viata si de istorie traita*, 2011,

²⁴³ Stanescu I., in *Puterea politica in Romania de la communism la capitalist*, 2014 (O Poder político na Roménia – desde o comunismo até ao capitalismo), 2014, Ed. Pro Universitária, pág.65

²⁴⁴ *Ibidem* 71

húngara que ocorreu na cidade Targu-Mures no centro da Transilvânia; segue-se a manifestação do dia 13 a 15 de Junho de 1990 como resultado após as primeiras eleições livres no país e por último a manifestação dos mineiros de todo o país ocorrida no dia 20 de Setembro de 1991, como resultado da grave deterioração da situação económica naquele período.

Importa salientar que um papel muito interessante no processo político logo à seguir ao colapso do antigo regime era de um pequeno grupo de intelectuais (docentes, investigadores, escritores, filósofos) cujo objetivo essencial era a produção ideológica e a ação de apoio aos partidos da Direita, ou seja este pequeno grupo era contra o *novo partido FSN* do Ion Iliescu, que segundo vários sociólogos, era considerado uma formação política de *extrema-esquerda*.

As primeiras eleições livres tiveram lugar, tal como aqui já foi referido, no dia 20 de Maio de 1990, em que o primeiro presidente da Roménia eleito após a queda do regime era *Ion Iliescu* e o seu partido *FSN*. Essas eleições foram organizadas com base no Decreto-Lei nº 92, de 14 de Março de 1990, para a eleição do Parlamento e do Presidente da Roménia. De acordo com o esse Decreto-Lei, o Parlamento tinha também a função de Assembleia Constituinte com uma composição bicameral, a Assembleia de Deputados e o Senado. “*O sistema eleitoral era do tipo representação proporcional, sem limiar eleitoral, nas circunscrições plurinominais e com um sistema de redistribuição dos mandatos do tipo d'Hondt*”. ²⁴⁵(Iulian Stanescu, 2014) Em relação às eleições para a Assembleia Constituinte, ficou em segundo lugar o partido húngaro UDMR (a União Democrática dos Húngaros na Roménia) enquanto os oponentes ao novo partido constituído *FSN* obtiveram resultados bastante modestos se se tiverem em conta os resultados que estes detinham até às eleições de Maio de 1990. ²⁴⁶(Iulian Stanescu, 2014)

Segundo vários sociólogos, os pontos fortes do partido *FSN* nas eleições de 20 de Maio de 1990, deveram-se essencialmente ao carisma do seu líder *Ion Iliescu*, sendo que a perceção por parte da maioria dos eleitores era positiva no que concerne à sua legitimidade sobre a Revolução bem como à sua postura moderada em termos de programa ideológico em relação aos outros partidos históricos. Mas a sua popularidade em pouco tempo, menos de um ano após as eleições livres, baixou como resultado negativo da evolução da economia. A derrota dos partidos *históricos* nas primeiras

²⁴⁵ Ibidem, pág. 67

²⁴⁶ Ibidem, pág.68

eleições livres de 1990 teve um impacto negativo na sociedade política romena que continuava a viver sobre tensão caracterizada por várias manifestações de rua, como mencionado atrás, manifestações estas contra o novo partido FSN e contra o presidente eleito (com uma maioria absoluta) e sobretudo contra as suas políticas económicas. A sociedade romena viu-se confrontada pela primeira, após uma economia centralizada, com o desemprego, a inflação, o que na realidade punham em causa as promessas feitas antes das eleições pelo partido vencedor *FSN* e pelo Presidente *Ion Iliescu*. Em essência, sob o novo governo eleito com maioria absoluta, a economia da Roménia vivia um período de crise muito semelhante ao do ano 1982 sob o regime de Ceausescu, período esse marcado pela liquidação da dívida externa, facto esse já referido. Dentro do próprio partido vencedor com maioria absoluta (*FSN*) houve também contestantes que se opunham às políticas desse governo em relação às políticas económicas-sociais que fizeram com que resultasse num autêntico fracasso. A solução política para a tensão vivida dentro do próprio partido *FSN*, levou à fragmentação desse em 1992 em duas partes. Vladimir Pasti acredita que a rotura do partido *FSN* ocorreu devido “*a uma competição de poder entre diferentes partidos da tecnocracia, a classe social dominante após a remoção da liderança do Partido Comunista (nomenclatura), apesar das boas relações pessoais entre o primeiro-ministro Petre Roman e o presidente do país Ion Iliescu*”.²⁴⁷(A. Radu, 2008)

Após a fragmentação do partido *FSN*, formaram-se dois grupos partidários, um primeiro grupo composto por apoiantes deste partido e do presidente do país *Ion Iliescu* cujo nome partidário veio ser de Frente Democrática de Salvação Nacional (*FDSN*). O outro grupo resultante da fragmentação do partido *FSN*, era o do primeiro-ministro *Petre Roman* apoiado por tecnocratas cujo nome do partido passou a ser *PD* (*Partido Democrático*) com uma orientação social-moderna de tipo ocidental.

Pode-se assim considerar que o período provisório terminou em 1992, com a fragmentação do partido *FSN* dividido em duas partes.²⁴⁸ (Iulian Stanescu, 2014)

A partir de 1992 o sistema político passou a ser dominado pelos seus seguidores (*FSN*) em linha direta, Partido Social Democrata e que foi constituído no mesmo ano de 1992.

Segundo Iulian Stanase, no seu livro *O Poder Politico na Roménia – do comunismo ao capitalismo (1990-2014)*, “*Os partidos depois de 1990 (no que se refere*

²⁴⁷ Ibidem, pág. 71

²⁴⁸ Radu, A., in *Partide si sistem partidist – trad: Partidos e Sistemas partidários*, 2008, pág.135

à estrutura piramidal) são muito semelhantes à organização clássica dos partidos comunistas que esses seguiram, tanto como à estrutura como quanto à designação destes: congresso - comité central (CC) - gabinete político (BP). A semelhança com os partidos comunistas não é ideologicamente relevante, mas sim do ponto de vista organizacional. O ponto de referência na construção organizacional foi o partido de massas com o mais alto nível de burocracia.”²⁴⁹(Iulian Stanescu, 2014)

Iulian Stanase ao referir-se aos três maiores partidos políticos na Roménia (PSD, PNL, PDL) após o colapso do regime ditatorial, conclui que todos estes três partidos, pelo menos de acordo com as disposições regulamentares, têm elementos de organização administrativa burocrática no sentido *weberiano*, em que os quadros políticos:

- operam numa hierarquia claramente definida;
- têm competências claras e bem definidas;
- a oportunidade de seguir uma carreira através da promoção em função da antiguidade, desempenho e valorização dos superiores políticos;
- estão sujeitos à disciplina e controlo partidário”.²⁵⁰ (A. Radu, 2008)

Após o ano de 1992, o grande número de partidos parlamentares, a distribuição relativamente equilibrada de seus mandatos bem como os governos de coligação, deram consistência ao sistema multipartidário, no qual alternam as fases do puramente multipartidário (integral) e multipartidário com o partido dominante.²⁵¹ (Olimpiu A. SABĂU-POP, 2011)

3.4 A tendência de não cumprimento da lei e a corrupção

Embora sendo sempre um assunto sensível a abordar, o foco neste subcapítulo é uma abordagem do fenómeno da corrupção exclusivamente na sociedade romena. A corrupção é um fenómeno bastante complexo por isso a sua questão pode ser analisada no âmbito do um aspeto político, social, moral ou legal multidisciplinar. Inicialmente, a corrupção foi explicada por deficiências relacionadas à natureza humana. Esta situação foi afirmada pela primeira vez por Platão, que afirmava que a ganância humana é a

²⁴⁹ Stanescu I., in Puterea politica in Romania de la communism la capitalist, trad: O Poder político na Roménia – desde o comunismo até ao capitalismo, Ed. Pro Universitária, 2014, pág. 296

²⁵⁰ Ibidem, 298

²⁵¹ Radu, A., in Partide si sistem partidist - trad: Partidos e Sistemas partidários, 2008, pág. 136

fonte de corrupção e isso corrói os valores morais da comunidade e os seus objetivos comuns.²⁵²(Mark E. Warren, 2004)

Numa tentativa de definir a corrupção que seja relevante de ponto de vista da teoria da democracia, Warren (2004) acrescenta que, para satisfazer essa ganância, as pessoas ou os grupos corruptos causam a exclusão de certas categorias sociais dos processos de tomada de decisão que os afetam diretamente, resultando num déficit da democracia.

O fim do regime totalitário de Ceausescu foi acompanhado por novas aspirações a fim de formar um estado verdadeiramente democrático e próspero, o que supostamente viria aumentar o bem-estar da sociedade romena. As transformações iniciadas no início dos anos 1990 em toda a Europa de Leste e nas antigas repúblicas soviéticas, pareciam confirmar a natureza inevitável da transição de uma sociedade fechada para uma sociedade livre e próspera. Segundo vários especialistas nesta matéria, o fenómeno da corrupção tem vindo, não só a afetar a perceção dos cidadãos face ao desempenho da democracia, como também está entre os fatores explicativos do atual declínio dos níveis de confiança institucional. (Johnston 1991; Mény 1996; Pharr e Putnam 2000). O fenómeno da corrupção também tem a sua própria dinâmica, na medida em que sofreu e continua a sofrer outras mudanças quantitativas e qualitativas. Este é geralmente um dos fatores destrutivos mais relevantes que operam numa sociedade em transição. Obviamente a corrupção existiu também durante o regime totalitário de Ceausescu sendo esta o que lhe deu meios para continuar na sua evolução.²⁵³ (L. Radu & Gyula, 2010)

A sociedade civil romena assume que o fenómeno da corrupção é o maior problema que o país enfrenta, tendo este vindo a crescer desde a Revolução de 1989, quando as transformações socioeconómicas criaram uma situação de desorganização, um desequilíbrio entre as necessidades dos indivíduos e as hipóteses de satisfazê-las. A transição para uma economia de mercado e o aparecimento da iniciativa privada no contexto de um aparelho burocrático envelhecido fez com que o fenómeno da corrupção se propagasse numa infinidade de novas áreas.

²⁵² Warren, Mark.E., in *What Does Corruption Mean in a Democracy?*, American Journal of Political Science, Vol.48, 2004, pág. 328-343, disponível em:

<https://projects.iq.harvard.edu/gov2126/files/warrendemocracy.pdf>

²⁵³ Radu L., Gulyas, G., in *Corruption - A Problem without Solutions in Romania?*, Transylvanian Journal of Administrative Sciences, 2010, pág.115

Desde a década de 90, vários organismos internacionais tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a *Transparency International*, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Conselho da Europa, o Banco Mundial, o Grupo dos Estados contra a Corrupção (GRECO), demonstram a emergência de um problema global e têm apresentado um conjunto de iniciativas políticas, de estudos, reformas legislativas e de recomendações com vista à prevenção e combate deste crime.²⁵⁴

A corrupção é entendida por estes organismos internacionais como um “*abuso ilegal do poder para a obtenção de um benefício (ou lucro) privado*”. Este significado é encontrado em toda uma variedade de caracterizações/definições científicas e académicas sobre o fenómeno da corrupção. Assim, numa definição considerada clássica, na opinião de J. Nye, a corrupção implica “*comportamento que se desvia das tarefas formais de um papel público (eletivo ou nomeado) na obtenção de algum ganho de estado ou estatuto, de interesse privado (pessoal, familiar, clichés pessoal)*”.²⁵⁵(David H. Bayley, 2017)

Similarmente Musthaq Khan define a corrupção “*como um comportamento que se desvia das regras formais, orientando as ações da pessoa numa posição de autoridade pública por razões particulares, como bem-estar, poder ou estatuto.*”²⁵⁶ (Serban Lanescu, 2001)

O termo *corrupção* inclui uma grande diversidade de atos: fraude, suborno, ganho ilícito, o ato ou efeito de corromper, o desvio, a falsificação, o espólio, o peculato, a extorsão, o nepotismo, etc. O *Webster's Third New International Dictionary* (1961) define a corrupção como a “*indução (como de um funcionário público), por meios impróprios (como o suborno), a cometer violação do dever ou obrigação. O suborno é um preço, recompensa, presente ou favor concedido ou prometido com o objetivo de perverter o julgamento ou a conduta específica de uma pessoa em posição de confiança (como um funcionário público)*”.²⁵⁷ (David H. Bayley, 2017)

Como se pode ver, a definição de corrupção envolve uma dimensão jurídica determinada pela violação da lei, bem como uma dimensão sociomoral, isto porque

²⁵⁴ Transparency International que pode ser verificado em <https://www.transparency.org/country/ROU>

²⁵⁵ J.Nye, Corruption and Political Development: A Cost-Benefit Analysis in American Political Science Review, 1967, vol.61, nº.2, pág. 417, in Political Corruption: Readings in Comparative Analysis, David H. Bayley

²⁵⁶ Serban Lanescu, Corrupção como fenómeno social in Romanian Journal of Sociology, 2001, pág.618

²⁵⁷ Bayley, David H., in The Effects of Corruption, Developing Nation in “*Political Corruption: Readings in Comparative Analysis*”, Edited by Arnold J. Heidenheimer, 2017

representa um desvio da moralidade, da honra, do dever causando desânimo e depravação. Já de uma perspectiva sociológica a corrupção é vista como uma “*violação das normas e atribuições impostas pelo legislador ou das obrigações implícitas no estatuto social, pelo uso de meios repudiados pela sociedade (suborno, chantagem), e pela exploração de carências morais.*”²⁵⁸(Olimpiu Aurelian Sabau-Pop, 2011)

A abordagem sociológica da corrupção revela, portanto, horizontes de análise mais amplos. A corrupção como fenómeno social não se limita apenas aos atos criminosos, mas também são como parte da cultura da população, refletindo o estado de disfunção do sistema social.

Várias sondagens realizadas pelas instituições públicas no combate à corrupção junto dos cidadãos romenos destacam o pessimismo em relação à diminuição da corrupção e que pelo contrário este fenómeno da corrupção tem vindo a crescer na Roménia.

A organização institucional do estado (DNA) especializada e orientada na luta contra a corrupção na Roménia, foi criada em 2002 pelo Despacho Governamental de Emergência sob o nº43/2002, no âmbito do Ministério Público, sendo o objetivo principal desta entidade tomar as medidas reais para atingir os compromissos assumidos pela Roménia, a fim de aderir à União Europeia em 1 de janeiro de 2007, no domínio do combate à corrupção. A Direção Nacional de Anticorrupção (DNA) exerce as suas prerrogativas em todo o país através de procuradores especializados na luta contra a corrupção. A investigação desenvolvida por esta entidade em 2007, 2008 e 2009, classificou a corrupção no sistema de saúde como figurando em primeiro lugar, seguida pelo parlamento, pelo governo e pelas autoridades locais. Já a pesquisa realizada pela Associação para a Implementação da Democracia coloca o parlamento na liderança, seguida do governo, sistema de saúde e em último as autoridades locais. “*O que é notório embora a ordem seja diferente, os líderes permanecem os mesmos*”.²⁵⁹ (Dahrendorf, 1997)

O vácuo legislativo e do poder criado depois de 1990 teve efeitos extremamente negativos sobre a integridade pública. As instituições que aplicaram a lei sob o regime comunista foram abolidas ou reformuladas, e conforme já aqui dito, as novas estruturas precisaram de tempo para se tornarem operacionais. As leis foram gradualmente

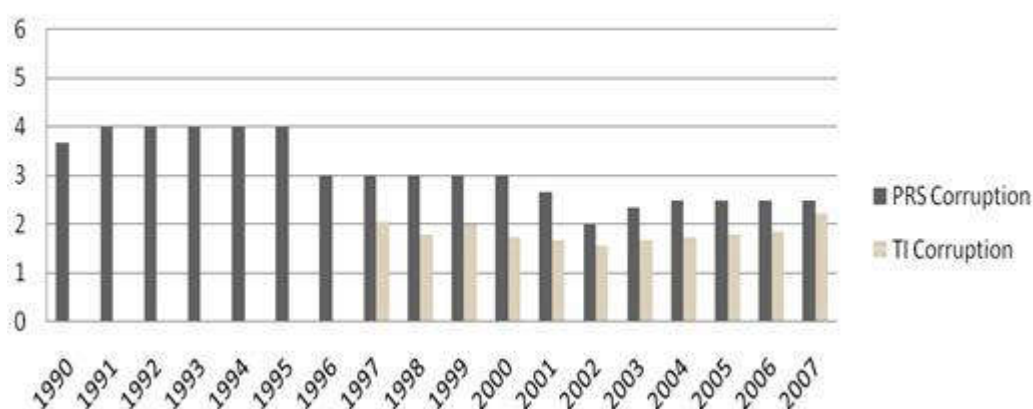
²⁵⁸ Sabau-Pop, O.A., in *Coruptia si Combaterea fenomenului prin mijloace juridice* Ed.Universul Juridic Bucureste, 2011, pág.21

²⁵⁹ Radu, L., & Gyula, G., in *Corruption - A Problem without Solutions in Romania? - Transylvanian Journal of Administrative Sciences*, 2010

adotadas seguindo o modelo dos estados da União Europeia e junto com instituições anticorrupção. Embora a Roménia tenha seguido as normas da União Europeia existe uma deficiência na aplicação destas normas. Vários relatórios da União Europeia condenam veemente a qualidade da justiça romena.

Uma vez que a corrupção estava ligada à perpetuação de ex-agentes do partido e da polícia secreta nas estruturas do Estado depois de 1989, tornava difícil implementar verdadeiras medidas e reformas anticorrupção porque os funcionários de alto nível eram eleitos e nomeados de acordo com a agenda de reformas de alguns partidos políticos e varias organizações civis.

Romania: Corruption Levels



Fonte: <http://www.sar.org.ro/polsci>

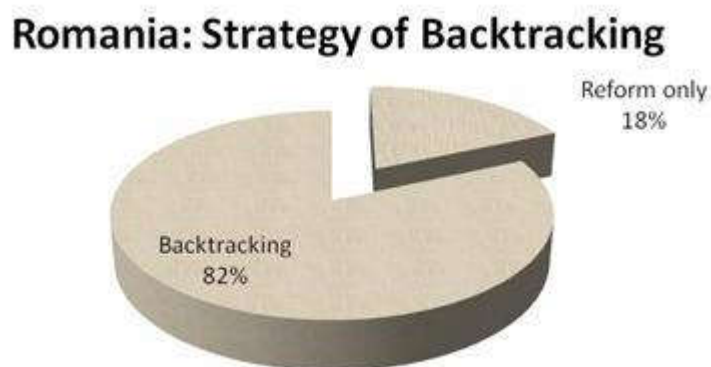
A tradição, a fraqueza das instituições do Estado e, acima de tudo a falta de vontade política são as principais causas que alimentam a corrupção na Roménia, sendo que a corrupção no sistema de saúde largamente disseminada figura no topo. De acordo com o Euro barómetro de 2017, num inquérito feito junto da população romena, vários participantes disseram que no momento em que tiveram que recorrer a uma consulta médica ou hospitalar (referindo-se estes ao ano anterior a 2017) sempre tiveram que pagar um pagamento adicional em benefício próprio dos profissionais de saúde, para além do preço da consulta. Este problema continua ainda hoje no ano de 2018, entranhado na sociedade civil nomeadamente no seu sistema social de saúde.²⁶⁰ Segundo o relatório realizado pelo Euro barómetro de 2017, diz: “Apesar de uma

²⁶⁰ <https://revista22.ro/70270181/coruptia-din-sistemul-romnesc-de-santate-este-nc-perceput-la-un-nivel-ridicat.html>

melhoria em relação ao levantamento anterior, esse número ainda é um dos mais altos da UE (média da UE: 4%)”.

Vários estudos constataam que a criminalidade manifesta-se na maioria dos aspetos estruturais e funcionais do sistema de saúde, com implicações na qualidade do ato médico oferecido à população. Um outro aspeto importante diz respeito à existência de hábitos em oferecer e receber benefícios indevidos para usufruir de um direito legal e moral - o direito à saúde.

Na Roménia entre 1999 e 2007 não se notou qualquer evolução em reformas anticorrupção pelo contrário houve até retrocessos (reformas pouco consistentes, com diversas alterações, constantes anulações de decretos do governo pelo Parlamento ou quaisquer outras medidas com a finalidade de diminuir a capacidade e o alcance das reformas) como se demonstra no gráfico a seguir apresentado.²⁶¹



Fonte: <http://www.sar.org.ro/polsci>

Assim, os retrocessos ocorreram em 82% das iniciativas de reformas na Roménia, considerando-se implementadas apenas 18%.

Embora tenha havido um esforço constante por parte da *DNA* (Direção Nacional de Anticorrupção) e nomeadamente pela sua procuradora, Laura Kovesi eleita em 2013 (e demitida em Julho de 2018 após constante pressão por parte de alguns partidos e até governantes, depois de esta abrir várias investigações denunciando atos de corrupção por parte de elementos com altos cargos responsáveis no país) num combate ativo à corrupção, com várias investigações e consequentemente acusações e condenações a inúmeros políticos e funcionários superiores públicos, banqueiros, gestores de empresas,

²⁶¹ Europeanization and Effective Democracy in Romania and Bulgaria que pode ser verificado em <http://www.sar.org.ro/polsci>

etc., os governantes e líderes políticos do sistema têm procurado paralelamente aprovar leis de despenalização do enriquecimento ilícito e abuso de poder.

“O governo romeno deve-se concentrar no fortalecimento dos esforços para prevenir a corrupção, incluindo a introdução de normas éticas corporativas mais fortes e a implementação da legislação anticorrupção que já existe. Não deve reduzir as sanções por corrupção e não deve haver limite algum para que funcionários corruptos ou empresas se possam ilibar”,²⁶² disse em Fevereiro de 2017, Victor Alistar, diretor executivo da Transparency International de Romania

Estas decisões tomadas pelos políticos do partido do PSD (centro-esquerda com a maioria absoluta no parlamento), da noite para o dia, (mais precisamente durante a noite de 31 de Janeiro de 2017) e que violam sem qualquer dúvida os padrões normais de uma boa governação com transparência, teve como resultado várias críticas por parte de várias figuras pública e grandes manifestações de rua (Fevereiro de 2017) em várias cidades da Roménia, consideradas estas as maiores manifestações desde a Revolução de 1989. A descriminalização de alguns delitos de corrupção, nomeadamente o abuso no cargo pelos funcionários públicos e ministros, foi criticada por várias instituições internacionais que recomendou à Roménia que recuasse nessas decisões que vão contra os valores democráticos. O GRECO (o órgão de anticorrupção do Conselho da Europa) afirmou: *“O relatório critica uma série de projetos de lei iniciados no Senado em 21 de Dezembro de 2017, o que enfraqueceria consideravelmente a incriminação de várias ofensas relacionadas à corrupção”*.²⁶³

As alterações legislativas relacionadas com os problemas de corrupção, da falta de transparência e de competitividade, têm levado no último ano milhares de romenos a protestarem nas ruas de Bucareste e em outras cidades do país. Entre as alterações propostas refere-se a criação de um tribunal especial para o julgamento de juizes e magistrados, como também a controversa lei *que despenalizaria o abuso de poder e o enriquecimento ilícito envolvendo valores até 200 mil lei (quase 45 mil euros), e que seria aplicada retroativamente*.²⁶⁴

²⁶² Transparency International Romania – Romania must not Grant Immunity to the Corrupt and should implement strong anti-corruption laws, pode ser verificado em <https://www.transparency.org/country/ROU>

²⁶³ Ibidem

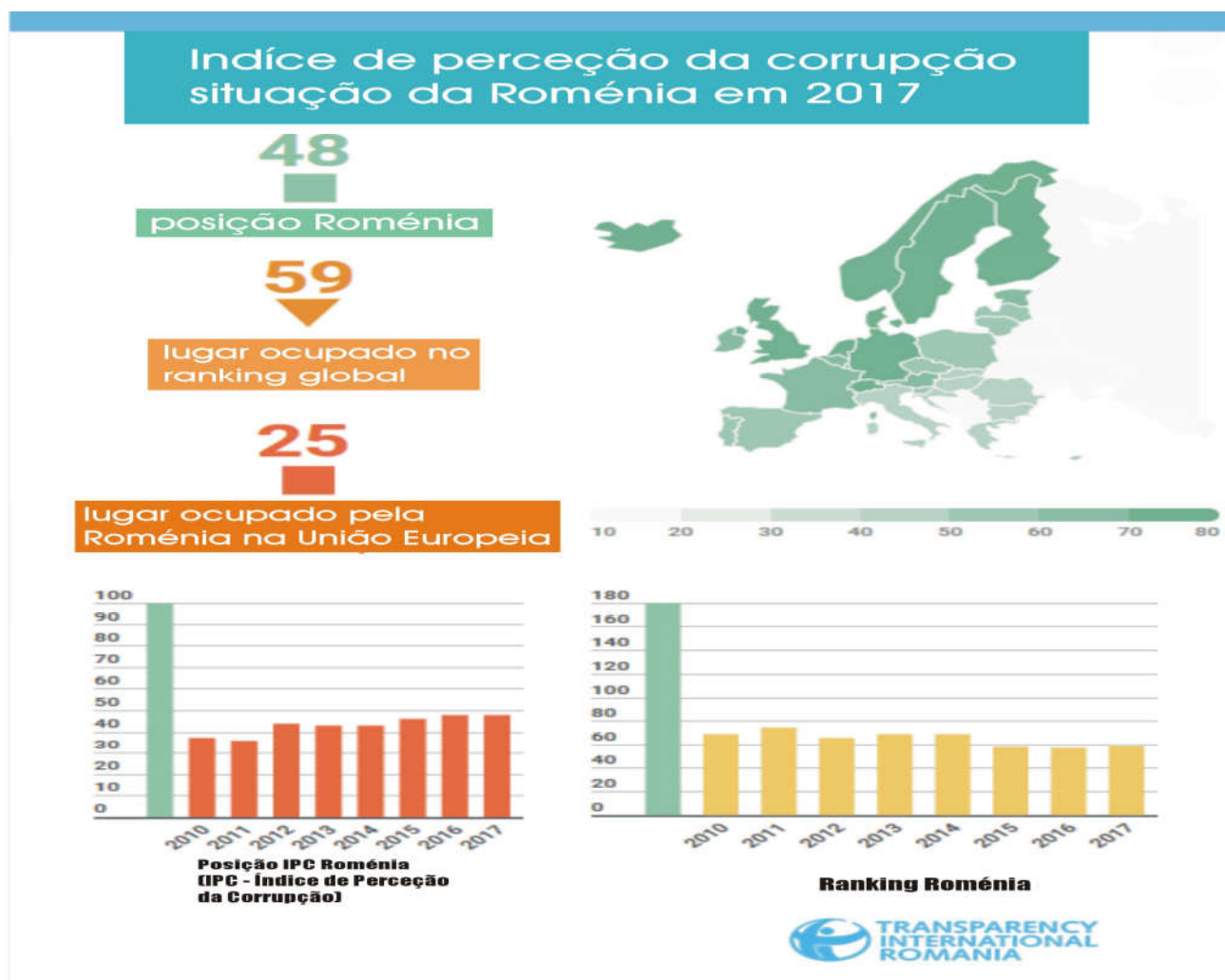
²⁶⁴ <https://www.publico.pt/2018/02/23/mundo/noticia/ministro-da-justica-pede-demissao-de-procuradora-que-liderou-combate-a-corrupcao>

Ou seja, a condenação desses indivíduos na maioria políticos e gestores ligados ao governo, tornar-se-ia muito mais difícil por parte do sistema judicial romeno.

A Comissão Europeia já emitiu um aviso de que a nova legislação pode violar os princípios comunitários sobre o Estado de direito, numa pressão semelhante à que tem feito com a Polónia.²⁶⁵

A Roménia ainda não pertence atualmente ao espaço Schengen de livre circulação tendo Bruxelas já feito saber que o acesso poderá continuar a ser vedado se estas medidas não forem revertidas.

Segundo o ranking do índice da perceção da corrupção elaborado pela *Transparency International*, a Roménia encontra-se na posição 59 a nível mundial e na posição 26 a nível dos países da União Europeia, sendo que só Hungria, a Bulgária estão atrás neste ranking. A Roménia tem mantido a mesma posição desde 2016.



Fonte: www.transparency.org.ro (adaptação e tradução Olimpia Duarte)

²⁶⁵ <http://pt.euronews.com/2018/01/31/presidente-da-romenia-promete-defender-independencia-judicial>

4º Capítulo - Integração da Roménia na UE

4.1 As negociações para a UE

A União Europeia é o resultado de um processo de evolução, que envolve cooperação e integração, e que se iniciou no final da Segunda Guerra Mundial.

Devido às atrocidades cometidas durante a 1ª e 2ª guerra mundial, os governantes da época pós guerra entenderam que a forma moralmente aceitável para resolução dos diversos conflitos e alcance dos interesses passava unicamente por soluções pacíficas e não pela violência. Com esta premissa o abandono do armamento por parte de muitos países torna-se fundamental para uma nova ordem de estabilização de paz desejada principalmente na Europa.

A forma encontrada para implementação deste plano para a paz foi o estabelecimento de organizações internacionais, viáveis, cooperativas e voltadas para o desenvolvimento: como as Nações Unidas - Organização das Nações Unidas (ONU) (fundada em 1945), que propuseram „*o resgate das futuras gerações do flagelo da guerra*” e a Organização do Tratado do Atlântico Norte - NATO (fundada em 1949) na esfera militar.

A nível europeu, organizações como a União da Europa Ocidental no campo militar (criada em 1948), a Organização Europeia de Cooperação Económica (criada em 1948), a União Aduaneira dos Estados-Membros do Benelux (criada em 1947), e na esfera política, lembra-se o Conselho da Europa (criado em 1949), reunindo os estados europeus democráticos e pluralistas que tinham como bandeira o respeito e a proteção dos Direitos Humanos.

De estratégia desalinhada e como resposta ao conjunto organizacional ocidental, o conjunto de países que formaram o Bloco do Leste Europeu, sob o domínio da antiga União Soviética, criaram as suas próprias organizações tais como: no campo económico, o *Council for Mutual Economic Assistance* - COMECON (criado em 1949) e no campo militar o Pacto de Varsóvia (criado em 1955).

Após a queda do comunismo, a importante alternativa para os estados que conheceram esse regime passava por uma integração ou uma reintegração no sistema ocidental, o que implicaria desde logo a transição para regimes democráticos no plano

político e conseqüentemente a transição económica para economias de mercado funcional abertas à iniciativa privada.

A Roménia não abre uma exceção a esses processos, sendo que a adesão à União Europeia pressupõe um desejo de harmonizar o ambiente político e alcançar assim os mecanismos institucionais, financeiros e culturais ocidentais modernos num curto período de tempo que objetivasse vantagens económicas e financeiras e até de imagem internacional, para o país. Seria assim uma oportunidade para a Roménia organizar as suas instituições, procedimentos e preparar funcionários para interpretar, implementar e monitorar as várias atividades económicas, políticas, sociais e culturais.

*“1989 was as important a date as 1945; it was a watershed. Really existing socialism collapsed, and the fatality enabled the world to discover diversity and difference in freedom. We no longer have to deal with “systems”, not even with capitalism or democracy as models of which there is only one variety, but with numerous attempts to work out ways to enhance people's life chances. What a time to be alive! The texts gathered in this volume are inspired by such sentiments. This is a book of hope both about the real world and our ability to understand it.”*²⁶⁶(Dahrendorf, 1997)

Após as fortes mudanças políticas no ano de 1989, que levaram à queda da cortina que separava a Europa de Leste do Ocidente Europeu, o alargamento da Europa teve como objetivo principal restaurar a unidade do continente, fazendo integrar as nações que haviam sido parte do bloco comunista quase meio século. Teve como um dos maiores defensores desse alargamento o antigo comissário da EU, Günter Verheugen.

Na Cimeira de Copenhaga, em 1993, os Estados-Membros deram um passo decisivo no alargamento da UE ao Leste Europeu, estabelecendo critérios de adesão para os países candidatos: “Os países associados da Europa de Leste e da Europa Central que desejarem poderão tornar-se membros da União Europeia, assim que eles estiverem aptos para atender às condições económicas e políticas necessárias”.²⁶⁷ (Copenhagen European Council - 21-22 June 1993)

Assim, de acordo com os *critérios de Copenhaga*, para se tornar membro da União, deve cumprir os três critérios definidos:

²⁶⁶Dahrendorf, Ralf, *After 1989: Morals, Revolution, and Civil Society*, St Antony's series, 1997, pág.VI

²⁶⁷ PRESIDENCY CONCLUSIONS Copenhagen European Council - 21-22 June 1993, Europe Eastern Countries, A The Associated, paragraph 7 A iii), pode ser verificado em: http://www.europarl.europa.eu/enlargement_new/europeanCouncil/pdf/.

- 1) “o *critério político* – este critério refere-se às instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos, bem como o respeito e proteção das minorias;
- 2) o *critério económico* – que se refere à existência de uma economia de mercado e capacidade de fazer frente à concorrência e forças de mercado da União Europeia. Não podemos deixar de lembrar o politólogo Dahl que já como aqui exposto atrás, notou uma correlação entre o nível de desenvolvimento económico e social, por um lado, e o grau de democratização, por outro, argumentando: “*Quanto maior o nível socioeconómico de um país, maiores as probabilidades de existir um regime político competitivo. Quanto mais competitivo for o regime político de um país, maior a probabilidade de seu desenvolvimento socioeconómico ser maior*”.²⁶⁸(Dahl, 1997)
- 3) e, o *critério do acervo comunitário* – ou seja a capacidade para assumir as suas obrigações, nomeadamente, para aderir aos objetivos da união política, económica e monetária.

Tal como em todos os Acordos Europeus, a Roménia (e também a Bulgária, país que aderiu no mesmo momento da Roménia no ano de 2007) condicionou a relação entre a Comissão Europeia e os países candidatos à evolução política, como a consolidação da democracia através da criação de instituições adequadas para tornar a associação eficaz. (Relatório da Comissão Europeia 1994, 184).

Entre 1993 e 1998, a monitorização das reformas políticas forneceu um feedback regular sobre as reformas que se exigiam por parte da UE. Embora tenha havido algumas reformas políticas e económicas, em 1997 o parecer sobre o pedido de adesão da Roménia e da Bulgária à União Europeia concluiu que estes dois países não podiam “*assumir as obrigações decorrentes da adesão a médio prazo*” (Relatório da Comissão Europeia, 1997, 184). O Parecer afirmava que “*a Roménia não tinha transposto nem assumido os elementos essenciais do acervo*”, e que ainda precisava de “*esforços consideráveis na justiça e nos assuntos internos*” (entre outros) e “*substancial reforma administrativa*” (Comissão da UE de 1997, 114).²⁶⁹

²⁶⁸ Dahl, R. in Poliarquias: Participação e Oposição, 1997, Ed. Universidade de São Paulo, pág.77

²⁶⁹ Europeanization and Effective Democracy in Romania and Bulgária que pode ser verificado em <http://www.sar.org.ro/polsci>

A partir de 1998, há uma monitorização ou seja a Comissão Europeia apresenta anualmente ao Conselho os relatórios nacionais sobre os progressos de cada país candidato, de acordo com os critérios políticos, económicos e do património comunitário.

No entanto, apesar dum ritmo acelerado nas negociações o ritmo lento das reformas judiciais e a falta de resultados no combate à corrupção continuaram.

O ambiente nada transparente e fomentador de clientelismos e corrupção perdurou e coabitou durante o processo de adesão à EU.

*“O Conselho Europeu de Salónica de 20 de Junho de 2003 concluiu que “a Bulgária e a Roménia são parte integrante do mesmo processo de alargamento inclusivo e irreversível. Na sequência das conclusões do Conselho Europeu de Copenhaga e consoante progredir o cumprimento dos critérios de adesão, o objetivo é acolher a Bulgária e a Roménia como membros em 2007... O Conselho Europeu de Dezembro de 2003, com base nos relatórios periódicos da Comissão e no documento de estratégia, avaliará os progressos alcançados com vista a estabelecer o enquadramento para a conclusão das negociações de adesão.”*²⁷⁰

Os parlamentares europeus apreciaram os esforços da Roménia para a adesão, mas ao mesmo tempo salientaram a necessidade de continuá-los, especialmente no que se refere ao campo da justiça e às políticas internas no combate à corrupção. A falta de independência da justiça tem sido o principal problema da Roménia, frequentemente citado como fonte de preocupação permanente, nos relatórios. Essa deficiência infringe o estado de direito ao não respeitar o seu princípio básico, ou seja, a separação de poderes no estado, além de afetar o funcionamento e a organização do sistema judiciário. A Comissão atribuiu particular importância à reforma do sistema judicial, insistindo na implementação de reformas destinadas a garantir, em primeiro lugar, a independência do poder judicial e a eficácia da justiça na condução dos processos judiciais.

A desilusão por parte da UE em relação a estes dois países Roménia e Bulgária, principalmente no campo da justiça, teve algumas consequências que no caso da Bulgária levou até ao congelamento das negociações, até este país mostrar progressos (Comissão Europeia, 1997).

²⁷⁰ http://europa.eu/rapid/press-release_DOC-03-3_pt.htm, Parágrafo 38 secção III. ALARGAMENTO

Em contraponto aos avisos de Bruxelas, estes dois países optaram por estratégias diferentes, embora com resultados praticamente semelhantes ou seja continuar a proteger o sistema vigente disfarçando na prática a adoção das regras existentes na UE.

Na Bulgária, a reforma legislativa teve pequenos avanços seguida de alterações a fim de melhorar a reforma e estabelecer mais transparência.

Na Roménia, os projetos de lei adotados para cumprir as normas da UE eram logo de seguida alterados sempre sob o pretexto de melhorar a sua eficiência, mas limitando ao mesmo tempo o alcance e o poder dos organismos criados com o objetivo de combater a corrupção.

Apesar de pouco ou nada se fazer no sentido de alterar a legislação por meios formais fez-se o mínimo progresso na implementação das reformas legislativas.

Essa falta de progresso na implementação das reformas legislativas não escapou à Comissão Europeia que comentou no seu relatório de 2004 que a “*influência política ainda interferiu*” nos procedimentos judiciais e referiu o atraso e a má implementação anual.²⁷¹

A Comissão Europeia pressionou a Roménia para que as emendas ao Código Processual Penal (que foram adotadas em 1998 e 1999, respetivamente) fossem aplicadas de forma a minimizar as possibilidades de adiamento de casos, facilitando procedimentos mais rápidos e fortalecendo a independência dos magistrados (relatório do país CE 2000).²⁷²

Embora a Roménia também sofra de falta de implementação, não recebe o mesmo volume de alertas anuais sobre a falta de resultados concretos como a Bulgária, porque compensa através de uma estratégia diferente. A reforma judicial segue um passo à frente - dois passos para trás, como já aqui exposto. As pressões da Comissão Europeia neste campo desencadearam reações quase imediatas de levantar barreiras para proteger o *status quo*.²⁷³

Apesar de todas estas situações pouco favoráveis à implementação de reformas legislativas eficazes principalmente no combate à corrupção, estes dois países assinaram finalmente o tratado de adesão.

²⁷¹Europeanization and Effective Democracy in Romania and Bulgária, que pode ser verificado em <http://www.sar.org.ro/polsci>.

²⁷² Ibidem

²⁷³ Ibidem

O Tratado de Adesão da Roménia e da Bulgária à EU teve lugar no dia 25 de Abril de 2005, numa cerimónia realizada em Abadia de Neumunster, no Luxemburgo.

A 1 de Janeiro de 2007, a União Europeia foi alargada com a adesão de dois novos Estados-Membros, a Bulgária e a Roménia. “*This completes the EU’s historic fifth round of enlargement peacefully reuniting Western and Eastern Europe after decades of division.*”²⁷⁴

5º Capítulo - Considerações finais

Com a narrativa argumentativa da temática deste trabalho distribuída nos quatro capítulos anteriormente apresentados numa forma não tão explanativa como certamente seria desejável, por matéria extensa e complexa que é e, chegados a esta meta, poder-se-á agora fazer uma breve síntese em modo de conclusão sobre os desenvolvimentos dos capítulos e a respetiva articulação entre estes.

Cumpr-me dizer antes de mais que, porque a temática cerne deste trabalho pela carga sociológica política que comporta relativamente às realidades históricas acontecidas e atrás narradas, não é pertinente aqui nestas considerações finais, serem apontadas convenções e regras dos estados sociais e das condutas humanas, pois aí obrigar-nos-ia a entrar no campo da filosofia e da ética social o que está fora da abrangência objetiva deste trabalho.

A dimensão da história acontecida na Europa neste curto período de tempo, de menos de trinta anos desde as revoluções do ano de 1989, é imensurável.

O comum anseio de povos pela democratização ou *redemocratização* dos seus países alcançando estes a liberdade até aí utópica, com as inegáveis consequentes melhorias do seu nível de vida, diluiu numa forma concentrada as especificidades das nações do centro e leste europeu, envolvidas neste processo. O objetivo tornou-se um único: a democratização e a integração num sistema político democrático e de economias abertas, sistema este já vigente nos países do resto da Europa.

A transição em todos os países do centro e leste do continente europeu dominados por regimes socialistas/comunistas decorreu praticamente pacífica exceto no

²⁷⁴ Pode ser verificado em <http://europa.eu/rapid/press-release>

caso da Roménia, situação esta específica que teve abordagem exclusiva no 3º Capítulo, por estar enquadrada no título e tema proposto para esta tese.

Na Roménia, a falta de qualquer forma institucional da oposição ao comunismo fez com que a transição tenha tido um carácter explosivo e o pluripartidarismo nasceu praticamente da implosão do partido comunista dominante do país há várias décadas até ao ano de 1989, onde a revolução pôs fim a décadas de um regime ditatorial.

Ao observar-se historicamente o que se passou nestes países desta região da Europa, verificou-se que a grande oportunidade de transição para a democracia pondo fim aos regimes políticos de partido único ostensivamente opressivos, que na prática mostraram ser percursos de economias estagnadas e deficitárias pouco rentáveis aos seus povos, trazendo-lhes pobreza e escassez de bens básicos essenciais, surgiu quase em efeito dominó. De forma espontânea, um movimento geral de contágio por simpatia, alastra neste conjunto de países, reivindicando esta liberdade e democracia.

Fatores como o desanuiar do regime na Polónia muito graças ao *Solidariedade* e da *Igreja Católica*, o colapso e a desintegração da União Soviética e consequentemente as independências das suas repúblicas, a queda do muro de Berlim com a reunificação das duas Alemanhas, Oriental e Ocidental em uma só, as revoluções em alguns países do centro e leste Europeu, o esfumar da guerra fria entre bloco leste e ocidente, factos estes alavancados pela *perestroika* (reconstrução) e a *glasnost* (transparência) de Gorbatchov na ainda União Soviética, acenderam o rasilho que veio explodir num fogo de artifício de liberdades iniciando-se assim a democratização nos países socialistas até aí fechados atrás da chamada “*cortina de ferro*”.

Com este trabalho tentou-se descrever e situar a Roménia na transição e democratização na Europa do Leste, mas sem se deixar poder de salientar a importância da democratização total do continente europeu onde este fenómeno deixará sem qualquer dúvida, uma marca importante na história contemporânea da Europa e objeto de análises e estudos no futuro, com o dinamismo e interpretações próprias que estas matérias suscitam nos diversos estudiosos.

Conclui-se contudo que a qualidade atingida da democracia que nos dias de hoje vigora de país para país, não é em alguns, consentânea com o padrão convencional de ideal. A Roménia, país foco deste trabalho e que interessa mais destacar, atualmente membro da UE e da Nato, está hoje ainda distante duma prática democrática satisfatória

ao seu povo, com inúmeros apontamentos críticos tanto nacionais (com grandiosas manifestações de rua anti governantes) como internacionais, principalmente relatórios negativos produzidos no seio da própria UE.

O motivo no geral fortemente mais destacado é sem dúvida, a corrupção que grassa ainda nas instituições de serviços públicos e a pouca ou nenhuma ação por parte dos governos pós revolução, em encetar estratégias verdadeiramente combativas com legislação e a sua real aplicação de forma realmente eficaz. Os governantes, havendo o cuidado de deixar aqui no ar se, a questão será moral e premeditada ou não, e poderá ser simplesmente baseada numa impreparação e incompetência por parte destes, para conseguir mudar um padrão tão institucionalizado culturalmente na sociedade romena a vários níveis e com origem e tradição, segundo alguns autores que aqui trouxe e que referi, da cultura monopartidária do regime anterior, onde subtilmente fomentadas e aceites estas práticas nos vários estratos sociais como que de normalidade se tratassem porque tão necessárias, até por questão de sobrevivência, visto as necessidades básicas das populações não estarem asseguradas numa forma completa. A história tem-nos dito que normalmente em países que tiveram regimes ditatoriais, estes fenómenos são difíceis de extinguir de um momento para o outro, perpetuando-se ainda por várias gerações que, somente através de novas mentalidades cívicas, pensamento coletivo e participação ativa nas decisões por parte dos cidadãos, as transformações acontecem até se chegar a um ponto de equilíbrio entre a interação do governo e da sociedade civil e aí se estabelecer uma sociedade de pleno direito e justiça social, ou seja uma democracia plena.

Como atrás já aponte, a qualidade da democracia numa nação é primordial para a saúde da sociedade, caso que na Roménia nos dias de hoje, a sociedade ainda enferma em busca de remédios para o seu mal e obtenção de uma cura desejável.

Ainda no primeiro capítulo deste trabalho, abordei o conceito da democracia, talvez na minha opinião a palavra-chave mais importante desta tese, porque é primordial para se chegar ao título desta.

Sobre a democracia, os vários autores aqui referenciados pelos entendimentos de cada, manifestam-se de acordo com as suas teorias podendo-se desta forma concluir, que consideravelmente este é um sistema político cujo significado conceptual é influenciado ajustando-se numa dinâmica formal ao longo da história. Contudo, fica

certo que, a essência mantém-se a mesma após dois mil e quatrocentos anos desde a sua origem na Grécia antiga.

Tentei demonstrar que as várias alterações que contribuíram na evolução do conceito da democracia, tem origem na forma de como as práticas político-democráticas são aplicadas pelo governo em cada estado que se rege por este sistema, do seu nível económico e social e da maior ou menor participação interativa por parte dos cidadãos na vida pública contribuindo nas decisões. Fica assim claro que estes fatores são essenciais na qualidade da democracia praticada numa nação.

Aponte que tal como as democracias contemporâneas são liberais o ideal democrático, como os direitos, liberdades e garantias fundamentais, deverão ser acautelados em relação aos princípios básicos do liberalismo não se entrando em anulação.

Assim os países pertencentes ao bloco leste de regimes socialistas enfrentaram após o ano de 1989 e início da década de 1990, um grande desafio político e social que tinha como objetivo reformar o sistema vigente até aí. Essa reforma concentrou-se essencialmente no aspeto económico ou seja na mudança económica da sociedade, e que passava por mudanças profundas na estrutura geral institucional da sociedade.

As reformas necessárias tiveram o seu ponto de partida essencialmente da transformação das várias instituições políticas com mais influência direta na sociedade e economia.

Tentou-se a partir do momento, em que os regimes comunistas desses vários países sucumbiram e os seus povos se libertavam, a tentativa por parte do mundo inteiro, de eliminação de contatos ou ligações com esse passado no que se referia à economia e à sociedade. A necessidade de abertura da economia era um dos fatores chave para a transformação e reestruturação das sociedades, sendo o caminho para a democratização.

Historicamente sabe-se que no passado e no mundo ocidental capitalista, a burguesia deu origem ao surgimento e desenvolvimento das instituições capitalistas, enquanto nos regimes comunistas na ausência duma classe burguesa, o surgir duma burguesia industrial teve de ser praticamente recriada, nos moldes adotados à dinâmica da transformação que esses países experimentavam.

As dificuldades económicas eram substanciais por parte das sociedades com regimes anteriores comunistas, onde as indústrias eram totalmente obsoletas de baixa produtividade, uma balança comercial deficitária gerando uma enormíssima dívida externa, obrigou estes estados a terem de recorrer para efetuarem as suas reformas e reestruturações de forma à transição, a rigorosos programas de desenvolvimento económico e social das instituições internacionais como o Banco Mundial e o FMI.

Devido à grande precariedade económica no geral e necessidade de capital financeiro como uma das prioridades, estes países partem assim com fraca posição de negociação com estas instituições financeiras tendo de aceitar os termos impostos para a tão necessária reforma económica.

Com um enorme desemprego devido ao colapso das indústrias estatais comunistas, e como o setor privado era limitado estando a surgir só nesse momento, não houve logicamente capacidade de absorver todos os trabalhadores desempregados pela reestruturação do setor estatal.

Na Roménia em particular, país totalmente não preparado para estas transformações pós-comunismo, viveu momentos bastante instáveis em termos políticos e sociais nos tempos iniciais da transição. Uma inflação galopante originada por aumentos quase descontrolados dos preços no geral. Os salários porque estes como tão baixos anteriormente cresceram também, chegando a aumentar 100% num período de seis meses no ano de 1991. Assim esta instabilidade política e social e a implantação de um sistema tributário bastante oneroso devido à necessidade de receita fiscal contribuíram para o fracasso da reforma económica neste país.

Cheguei à conclusão também neste trabalho, que diversos autores estudiosos reconhecem atualmente, que desde a queda do regime comunista de Ceausescu e passados cerca de trinta anos, devido certamente a ação determinada e influência por parte da comunidade internacional e particularmente da UE, a democracia evoluiu com importantes progressos no seu sentido formal e material, tanto na Roménia como em todos os países de centro e leste da Europa abrangidos por esta transição e democratização. O desenvolvimento económico desta região também se fez de forma bastante significativa, embora existam bastantes diferenças de estado para estado e até dentro de estes, com várias discrepâncias.

O facto da Roménia como os outros países se tornarem membros da Nato, também, criou alguma segurança na região, ajudando ao desenvolvimento.

Contudo e politicamente falando, este progresso sentido da democracia também tem sido acompanhado por uma enorme decepção política por parte das comunidades de cidadãos e, que se tem sentido transversalmente em todas as classes sociais. As explicações para o facto, que tentei demonstrar e também de acordo com alguns autores, deve-se essencialmente à forma de ocidentalização e seus vícios capitalistas, demasiada acelerada dessas sociedades no seu modo de vida gerando alguma inadaptação e aí descontentamento, principalmente por setores mais conservadores e idosos da população, das novas diferenciações sociais exageradas geradas pelas mordomias e pelo poder de compra substancial de alguns em relação a outros, duma distância e separação crescente entre a classe política elitista dominante e o povo e essencialmente ao fenómeno da corrupção presente e atingindo uma dimensão escandalosa, criando assim além da decepção já referida, afastamento, frustração e revolta.

Contudo, não se poderá afirmar que esta decepção gerada pelo que aqui aponte atrás seja assimilada como uma reversão da democratização iniciada na transição. Tem um efeito decepcionante mas a interpretação por parte da opinião pública da democracia é extremamente favorável, apesar dos contratemplos que geram atrasos no caminho para uma melhor democracia.

Na Roménia pós revolução, os atores institucionais dominantes no estado ou fora deste na oposição, são os partidos políticos, sendo que o Partido Social Democrata (PSD) é o partido com maior responsabilidade na conturbada e tumultuosa transição política.

Procurei reforçar também neste trabalho a opinião de alguns analistas políticos em que o processo de transição na Roménia foi até ao ano de 2004, terminando com a conclusão de adesão à UE e à Nato.

Uma transição de uma economia baseada num aparelho centralizado burocrático obsoleto de monopólio estatal, com todos os seus vícios inerentes para uma economia de mercado com as liberdades da iniciativa privada, foi campo fértil para que o fenómeno da corrupção proliferasse transversalmente às muitas áreas onde novos negócios surgissem, principalmente nas áreas comerciais e de serviços, bancária,

financeira, saúde, infraestruturas, privatizações de empresas estatais e tantas outras onde vários interesses se instalaram.

Com a Roménia na UE e a entrada de fluxos monetários importantes de apoio ao país, eventualmente mais se incentivam as más práticas de gestão destas mesmas verbas e que, segundo notícias públicas conhecidas e denunciadas na comunicação social, não são aplicadas no seu todo em favor do bem público.

Refiro nesta tese, que na opinião de alguns analistas, o problema da corrupção na Roménia é provavelmente de ordem moral e não só, pelas dificuldades causadas pelo baixo padrão e qualidade de vida sentida na grande maioria da população, com baixos salários e um custo de vida básico bastante alto, desajustado desse mesmo padrão de vida.

Na Roménia mas também em outros países do centro e leste europeu atingidos por esta transição, mostrou-se que o fenómeno da corrupção é uma característica essencialmente de sociedades ainda pouco sólidas, pouco estruturadas democraticamente e daí, portanto mais vulneráveis. A corrupção como flagelo que é coabita num novelo de interesses económicos e poder, no seio do próprio estado e no funcionamento deste e das suas instituições públicas, abafando qualquer forma democrática deste funcionar e servir verdadeiramente a sociedade civil. O enriquecimento rápido por parte de alguns atores principalmente da cena política é sugerida e denunciada nos dias de hoje, por vários analistas nacionais na própria comunicação social, também nacional como debates na televisão e artigos na imprensa escrita, internet e outros meios, como nos meios internacionais. A própria UE, tal como atrás já referi, observa e elabora várias críticas de pressão, mas na prática o objetivo pretendido por parte desta, pouco se faz sentir na sociedade romena.

A forma que podemos observar é que a transição feita após a queda do regime comunista neste país (e nos outros) não é simplesmente a aceitação e adoção formal dum acervo comunitário, como o da UE, mas exige mudanças estruturantes institucionais muito mais abrangentes. Assim, terão que se considerar outras variáveis a ter em conta. Mesmo que existam práticas democráticas que formalmente tenham sido adotadas por parte das instituições políticas e pelos cidadãos, as práticas informais, que exigem tempo para as mudanças acontecerem, permanecem em aberto.

Implantar modelos de democracias ocidentais desajustados formalmente a estados com instituições funcionando informalmente será sempre pouco eficaz no futuro, conduzindo ao fracasso económico e conseqüentemente à insatisfação social, que tal como aponte, na opinião de alguns analistas, aconteceu na transição pós comunista na Roménia.

Apesar de eleições livres que aconteceram neste país após a queda do anterior regime comunista, serem uma condição essencial e necessária para se instaurar a democracia, fazendo parte primordial do processo de democratização, não se pode considerar de forma alguma que fosse suficiente. A realidade histórica recente mostrou que não bastou eleições livres e a criação das instituições para que automaticamente os indivíduos na sociedade fossem formados a funcionar dentro das normas institucionais democráticas. Pode-se assim dizer, que uma causa essencial no pouco sucesso (ou mesmo fracasso, como alguns analistas apontam) no processo de transição na Roménia assim como em outros países do centro e leste europeu que viveram também a transição pós comunismo deve-se a um desajuste entre as normas formais estabelecidas convencionalmente como as leis, normas legais, etc. e as normas informais como sociais e morais.

Os desafios ainda são enormes a estes estados pós comunistas e principalmente na Roménia, com uma tão necessária redefinição da política verdadeiramente dirigida à modernidade, ao bem comum e ao cidadão, e abandonar de vez a ideologia utópica de décadas passadas, ainda notoriamente entranhada em alguns estratos da sociedade. O fortalecimento dum estado social criando soluções aos cidadãos, um desenvolvimento económico por meio de medidas de incentivo ao investimento numa economia de participação aberta, empreendedorismo e antes de mais, um verdadeiro e genuíno combate à corrupção, serão importantes fatores a ter em consideração como manifestamente necessários.

Assim concluindo estas considerações finais e, sem estas pretenderem de forma alguma (porque nunca é esse o seu objetivo), ter a pretensão de indicar soluções ou caminhos, pretende-se simplesmente contribuir modestamente com esta tese para o conhecimento destes importantes acontecimentos na história recente da Europa.

Poder-se-á verificar, que pelas exaustivas pesquisas por mim efetuadas para a execução desta tese, com a demanda pelas teorias dos vários estudiosos, cientistas

políticos, historiadores, politólogos, o que pretenderia se poder concluir com este trabalho, é que a história política é o que é, e as suas várias e por vezes distintas interpretações teóricas nunca poderão ser definitivas pois tal como a ciência científica, as ciências políticas são definitivas somente até aparecer algumas outras teorias que façam repensar o teorismo dos diversos autores nas suas análises.

É inegável a importância do empirismo para todos os estudiosos sobretudo para os historiadores que nele baseiam as suas descrições, mas os consensos de classificação por vezes distanciados, entre cientistas políticos, politólogos, analistas políticos e outros, levam que de forma tendenciosa a verdade possa ser próxima do que estes possam intuir na sua forma de ver e analisar.

BIBLIOGRAFIA

- Abraham, Florin. (2006). ROMÂNIA de la Comunism la Capitalism, 1984-2004, -trad: A Roménia desde o Comunismo ao Capitalismo, Ed. Tritonic Bucureste.
- Adam Przeworsky, Michael Alvarez, José Antonio Cheibub, F. L. (1996). Journal of Democracy, 39–55.
- Alina Mungiu. (1995). Romanii dupa 1989 - istoria unor neintelegeri. Ed. Humanitas.
- Angela Banciu. (1999). Totalitarism si Involuție constituțională în regimul comunist din România. Romanian Journal of Sociology, 3–4, No.9, 397–413, disponibil em: <http://arhiva.revistadesociologie.ro/>.
- Avelas Nunes, J. P. (2010). O estado novo e o volfrâmio (1933-1947), Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Barbu, Daniel. (2004). Republica absentă, Ed. Nemira Bucureste, disponibil em: <https://pt.scribd.com/document/53245778/Daniel-Barbu-Republica-absenta>.
- Brâncoveanu Romulus, S. S. (2006). Partide si Societate, - trad: Partidos e Sociedade, Romanian Journal of Polical Science Sfera Politicii, N°123–124.
- Brasovanu, Vasile. (2015). Calitatea Democratiei si cultura politica in Romania. Ed. Adenium Iasi, disponibil em: <https://pt.scribd.com/read/298402066/Calitatea-democrației-și-cultura-politică-in-Romania>
- Caius Dobrescu, Cristian Bocancea, etc. . . (2011). Totalitarismul, de la origini la consecinte. - trad: O Totalitarismo desde a sua origem às consequências. Revista de Stiinte Politice Sfera Politicii, vol. 19, N°160.
- Carey, Henry F. (2004). Romania since 1989: Politics, Economics, and Society. Ed. Lexington Books.
- Dahl, R. (2012). A democracia e seus críticos Ed. WMF Martins Fontes.
- Dahl, Robert. (1997). Poliarquia: Participacao-e-Oposicao-Robert-Dahl. Ed. da Universidade de São Paulo.
- Dahrendorf, Ralf. (1997). After 1989 : morals, revolution, and civil society. St Antony's series.

- Daniel Sandru, ... (2011). Mass-media și democrația în România postcomunistă. - trad: A Imprensa e a democracia na Roménia pós comunista. Romanian Journal of Political Science Sfera Politicii, vol. 19 N°155.
- Dankwart A. Rustow. (2015). Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model. Comparative Politics, 2(3), 337–363. Disponivel em: <http://www.jstor.org/stable/421307>.
- David H. Bayley. (2017). Political Corruption: Readings in Comparative Analysis. Ed. Arnold Heidenheimer. 1970 Transactions Publishers; 2017 Routledge. Retrieved from: books.google.pt/books.
- David Held. (1987). Modelos-de-democracia. Ed. Paidéia Ltda, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
- Deletant, D. (2010). România sub regimul comunist-trad: A Roménia sob o regime comunista. 3a edição, Ed.Fundatia Academica Civica Bucureste.
- Emanuel Copilas. (2017). Marele Jaf Postcomunist Ed.Adenium. Disponivel em: <https://pt.scribd.com/read/344386852/>.
- Florin-Daniel Sandru, R. C. e R. B. (2011). Democrație prin transparență decizională. Disponivel em: <http://scomunicate.machteamsoft.ro/attachments/948/1948/7276-democratie-prin-transparenta-decizionala.pdf>.
- Giovanni Sartori. (2016). Parties and Party Sistem: A Framework for Analysis. (ECPR Press, Ed.). First publisher 1976 by Cambridge University Press. Disponivel em: <https://pt.scribd.com/read/325618832/Parties-and-Party-Systems-A-Framework-for-Analysis>
- Hannah Arendt. (2014). The Origins of Totalitarianism. Ed.Humanitas Bucureste. 3o edição. Disponivel em: <http://plato.stanford.edu/entries/arendt>.
- Henry Kissinger. (1994). Diplomacia. Ed.Gradiva. 2aedição.
- Hlihor, C. (2016). România și Socurile Geopolite ale razboiului rece (1980-1991) - trad: A Roménia e os choques geopolíticos da guerra-fria (1980-1991). Ed. IRRD Bucureste.

- Ion Iliescu. (2011). *Fragmente de viață și de istorie trăită*. Ed. Litera. Disponivel em: <https://pt.scribd.com/read/316148335/Fragmente-de-viață-și-de-istorie-trăită>
- Ion Mitran e Pamfil Nichitelea. (2006). *Politologie*. Ed. Fundatia Romania de Maine, Bucureste, 2a Edição.
- Iulian Stanescu. (2014). *Puterea politică în România (1989-2004)*. Ed. Pro Universitaria, Bucureste.
- Jacques Rupnik. (n.d.). *L' autre Europe: Le système politique à l'épreuve de la transation*. Disponivel em: [https://books.google.pt/books?id=hEZ_sZSblFQC&lpq=PA37&ots=4lApwnjTif&dq=Jacques Rupnik%2C «Le système politique à l'épreuve de la transition transition»](https://books.google.pt/books?id=hEZ_sZSblFQC&lpq=PA37&ots=4lApwnjTif&dq=Jacques+Rupnik%2C+«Le+système+politique+à+l'épreuve+de+la+transition»).
- Jason M. Brownlee. (2002). *Comparative politics*. Ph.D. Program in Political Science of the City University of New York, 34(4), 1–23 (477–498). Disponivel em: <http://www.jstor.org/stable/4146949>
- Jean-François Revel. (1995). *Revirimentul democrației*. Ed. Humanitas, Bucureste.
- Jean-François Soulet. (2006). *História da Europa de Leste*. Ed. Teorema.
- Juan Linz. (2015). *Autoritarismo e Democracia*. Ed. Livros Horizonte, Lisboa.
- La dottrina del fascismo 1933-xi. (1933) (pp. 17–19), *Enciclopedia italiana*
- Letki, Natalia (2002). *Lustration and Democratisation in East-Central Europe*, 54(4), 529–552.
- Lijphart, A. (2002). *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*. 2ªedição, Ed. Yale University Press/New Haven&London.
- Linz, J. J. . S. A. (1996). *Problems of Democratic Transition and Consolidation*. The Johns Hopkins University Press Baltimor and London.
- Lucian-Dumitru Dirdala. (n.d.). *Valurile democrației: potențialul teoretic al unei metafore - trad: As ondas da democracia: O potencial teórico de uma metáfora*. Artigo: Universidade “Mihail Kogalniceanu”- Iasi, 106(4). Retrieved from http://www.umk.ro/images/documente/publicatii/Buletin16/11_valurile_democratiei.pdf

- Luis Salgado de Matos. (n.d.). Dicionário de filosofia moral e politica. Disponível em:
<http://ifilnova.pt/file/uploads/edef62431338a1b34134e1cdeb528d43.pdf>
- Mark E. Warren. (2004). What Does Corruption Mean in a Democracy? *American Journal of Political Science*, 48, 328–343. Disponível em:
<https://projects.iq.harvard.edu/gov2126/files/warrendemocracy.pdf>
- Mikhail Gorbatchov. (1994). Ante-Memórias. Edições ASA, Porto.
- Olimpiu A. SABĂU-POP. (2011). The Efficiency of the Legal Provisions in the area of corruption crimes punishment through a criminal policy perspective. *The Juridical Current Journal*, No1 (44)(Quarterly Issue).
- Olimpiu Aurelian Sabau-Pop. (2011). Coruptia si Combaterea fenomenului prin mijloace juridice. Ed. Universul Juridic Bucureste. Disponível em:
<https://vdocuments.mx/1310474653-4256-sabau-pop-coruptia-si-combat-ere-a-fenomenului-prin-mijloace-juridice-extras.html>.
- Philipp Claret, Stelian Tănase, Calin Sinescu, ... (2010). The Theory of Civil Society Revisited. *Romanian Journal of Political Science Sfera Politicii*, Vol.18, N°.144.
- Pop, A. (2012). The fall of the Soviet Empire lesson in Retrospect. Ed. Cetatea De Scaun, Bucureste. Disponível em:
https://www.academia.edu/27862338/THE_FALL_OF_THE_SOVIET_EMPIRE_LESSONS_IN_RETROSPECT_LA_CHUTE_DE_LEMPIRE_SOVIETIQUE.
- Radu, A. (2008). Partide si Sistem Partidist. - trad: Partidos e Sistemas partidários. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/46216261/Partide-Si-Sistem-Partidist>.
- Radu, L., & Gyula, G. (2010). Corruption - A Problem without Solutions in Romania? *Transylvanian Journal of Administrative Sciences*, 2(26), 107–124. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/49606820_Coruptia_in_Romania_o_problema_de_nerezolvat
- Romanian Academic Society. (2002). Teoria Democratizarii. - trad: A teoria de democratização. *Romanian Journal of Political Science PolSci*, Vol.2 N°1.
- Romulus Brancoveanu, Steve Sampson, E. . . (2013). Comunism și postcomunism în România. Două decenii de analiză politică. - trad: Comunismo e pós-comunismo

na Roménia. Duas décadas de análise política. *Romanian Journal of Political Science Sfera Politicii*, Vol. 21 N°.173.

Rustow, Dankwart A. (1970). *Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model*. *Comparative Politics*, Vol.2. Disponível em:
<http://www.jstor.org/stable/421307?origin=crossref>.

Șandru Daniel & Bancoveanu Romulus (2005). *Democratia romaneasca pe lungul drum al consolidarii*. trad: *A democracia romena durante o caminho de consolidação*. *Romanian Journal of Political Science Sfera Politica*, N°.115.

Sandru, Daniel. (2014). *Ipostaze ale ideologiei în teoria politică*. - trad: *Posições da ideologia na teoria política*. Ed. Polirom.

Scurtu, I. (2009). *Revoluția Română din Decembrie 1989 în context internațional*. Ed. Redacției Publicațiilor pentru Strainatate.

Serban Lanescu. (2001). *Coruptia ca fenomen social*. trad: *A corrupção como fenómeno social*. *Romanian Journal of Sociology*, (5–6), 617–623. Disponível em:
www.revistadesociologie.ro.

Romanian Society Academic (1995). *Elite politice, elite intelectuale*. trad: *Elites políticas, elites intelectuais*. *Romanian Journal of Political Science Polis*, N°.4. Disponível em:
http://revistapolis.ro/documente/revista/seria_veche/1995/nr_4_1995.pdf.

Stelian Tanase, Nicolae Dragusin, Lavinia Stan, Emanuel-Mihail Socaciu, R. B. (2007). *Raportul Tismaneanu: ecouri*. *Romanian Journal of Political Science Sfera Politicii* No.126-127.

Stelian Tanase, Victor Babiuc, E. . . (1993). *Autoritarism*. *Romanian Journal of Political Science Sfera Politicii*, 5(2), 171.

Stelian Tanase, E. . . (2014). *Revoluția din 1989*. - trad: *Revolução de 1989* - *Romanian Journal of Political Science Sfera Politicii* Vol.22, N°.182.

Strayer, Robert (1998). *Why Did the Soviet Union Collapse?* Ed. New York: M.E.Sharpe, Inc. Disponível em: <https://books.google.pt/books>.

Links acedidos:

<https://www.transparency.org/country/ROU>.

http://europa.eu/rapid/press-release_DOC-03-3_pt.htm.

<http://www.sar.org.ro/polsci>.

http://www.europarl.europa.eu/enlargement_new/europeancouncil/pdf/.

<http://pt.euronews.com/2018/01/31/presidente-da-romenia-promete-defender-independencia-judicial>.

<https://www.publico.pt/2018/02/23/mundo/noticia/ministro-da-justica-pede-demissao-de-procuradora-que-liderou-combate-a-corrupcao>.

<https://revista22.ro/70270181/coruptia-din-sistemul-romnesc-de-santate-este-nc-perceput-la-un-nivel-ridicat.html>.